

A EXPANSÃO DA SOJA E AS TRANSFORMAÇÕES NAS RE-  
LAÇÕES DE TRABALHO NA REGIÃO CENTRO-OESTE PA-  
RANAENSE.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

CODESUL

GOVERNADOR JAIME CANET JUNIOR - Presidente

GOVERNADOR ANTONIO CARLOS KONDER REIS - Vice-Presidente

GOVERNADOR SINVAL GUAZZELLI - Vice-Presidente

SECRETARIA EXECUTIVA

João Ferraz de Campos

- Secretário Executivo

Ario Taborda Dergint

- Secretário Assistente  
Escritório de Curitiba

Amauri Camilo Cantú

- Secretário Assistente  
Escritório de Santa Catarina

Carlos Roberto Martins Brasil

- Secretário Assistente  
Escritório de Porto Alegre

## **APRESENTAÇÃO**

A cultura da soja é um fenômeno relativamente recente na economia regional e mais ainda na do Paraná. Seu cultivo se deu com grande ênfase, no caso paranaense, na Região Centro Oeste que historicamente sempre se caracterizou como área pecuarista.

A convivência daqueles dois tipos de atividades de características distintas poderão apresentar, principalmente no que se refere às relações de trabalho, comportamentos antagônicos. Daí, o interesse do Governo do Estado do Paraná em dispor de estudos desta categoria a fim de dar suporte a possíveis decisões sócio-econômicas que aquela situação possa exigir, além de servir como elemento informativo e orientador para casos semelhantes.

A execução do estudo ficou a cargo do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES.

Curitiba, de maio de 1977

João Ferraz de Campos  
Secretário Executivo

## S U M Á R I O

<b>INTRODUÇÃO</b> - OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	4
<b>PARTE I</b> .....	8
1.1. - CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES GERAIS DA EXPANSÃO DA CULTURA DA SOJA .....	8
1.2. - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE PARANAENSE .....	33
<b>PARTE II</b> .....	54
11.1. - ALGUNS MECANISMOS QUE VIABILIZARAM A CAPITA- LIZAÇÃO DA AGRICULTURA .....	54
11.2. - PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS PRODUTORES NA CUL- TURA DA SOJA .....	69
11.3. - CONSOLIDAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO ASSA- LARIADO NA REGIÃO .....	76
11.4. - CONSEQUÊNCIAS DECORRENTES DA EXPANSÃO DE RE- LAÇÕES DE TRABALHO ASSALARIADO.....	95
<b>ANEXO ESTATÍSTICO</b> .....	107
BIBLIOGRAFIA .....	171
EQUIPE TÉCNICA .....	173

## **INTRODUÇÃO**

### **OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A proposição deste estudo é a caracterização das relações de trabalho na cultura da soja. No entanto, como a expansão desta cultura é recente, e no Paraná se realiza basicamente com a redefinição ou extinção de atividades ditas tradicionais, a preocupação central é entender estas relações de trabalho na sua dinâmica, isto é, enquanto parte de um processo que na sua própria constituição requer o abandono de relações anteriores.

Por relações de trabalho entende-se as relações que se estabelecem num determinado processo produtivo entre os proprietários dos meios de produção e os agentes produtivos.

No decorrer do trabalho, procurar-se-á explicar porque se produz uma determinada relação, neste caso a remuneração estritamente salarial e, mais especialmente, como são geradas as condições para produção e reprodução desta relação de trabalho.

O estudo desenvolveu-se sobre a região centro-oeste do Paraná e especificamente sobre os municípios de Guarapuava e Pírnão. Essa região de formação muito antiga teve sua economia baseada na extração da madeira e na pecuária extensiva, caracte-

rizando-se atualmente por combinar atividades agrícolas diferenciadas, cuja inter-relação resumiria parte do processo de substituição de atividades tradicionais por outras mais adequadas à reorganização das atividades econômicas.

A predominância na estrutura fundiária da região de áreas destinadas às pastagens definiu uma primeira hipótese de trabalho. - A cultura da soja se expande sobre as áreas de pastagens retraindo esta atividade e proporcionando um leve acréscimo na ocupação de mão-de-obra. Por outro lado, a identificação na zona rural de um grande contingente de responsáveis e membros não remunerados da família sugeriu uma segunda hipótese que mereceu maior atenção -. A soja se expande sob relações de trabalho tipicamente capitalistas, determinando portanto, uma necessária acumulação prévia de capital, uma apropriação do trabalho excedente para assegurar a reprodução e continuidade do processo de acumulação, e no seu desenvolvimento está contida a extinção das relações anteriores.

Para dar conta desta problemática, o presente trabalho partiu de considerações gerais a respeito do processo de expansão capitalista, tentando neste ponto evidenciar o que significava a difusão do modelo de produção capitalista, trazendo implicitamente a difusão de determinada tecnologia e resultando finalmente na expansão da relação de trabalho capitalista.

Num segundo momento, a intenção foi de descrever concretamente como se deu a expansão da cultura da soja a nível mundial e depois nacional.

Outro ponto que se procurou evidenciar foi o das condições locais em que se implantou a cultura da soja. O objetivo, neste caso foi o de caracterizar, partir de dados secundários, a estrutura populacional e econômica que acolheu a nova atividade.

Finalmente procurou-se captar e explicar, a partir do trabalho de campo, as transformações nas relações de trabalho, que estão se processando na região em função da expansão da soja em moldes empresariais.

A forma mais viável, para se captar estas transformações, mostrou-se ser o que se chamou de entrevistas qualificadas. Na medida em que a preocupação fundamental foi a qualificação do fenômeno e não a quantificação, a escolha deste instrumento de pesquisa ajustou-se ao propósito. E como a questão é trabalhada dentro de um quadro teórico, foi possível chegar-se a uma aproximação maior com o real, ainda que na sua especificidade. Uma pesquisa exploratória inicial, bem como o contacto com instituições e técnicos locais ligados à atividade agropecuária possibilitou a indicação dos municípios a serem estudados, bem como isolar os estabelecimentos onde se procederiam as entrevistas que segundo os critérios da ACARPA são considerados em categorias - pequenos, médios e grandes.

A entrevista com o produtor enfatizou o histórico do estabelecimento, tentando principalmente apreender:

- quais as relações de trabalho que predominavam antes

do cultivo da soja;

- como se deu a sua integração como produtor de soja;
- como produz e que relações estabelece neste processo;
- como se mantém como produtor - condições de capitalização.

Com o trabalhador procurou-se apreender, através de sua história de vida, as mudanças nas relações de trabalho e as causas que as determinaram.

A situação atual foi pesquisada, tanto junto ao produtor quanto ao trabalhador através dos mesmos quesitos, visando evitar distorções.

## PARTE I

### 1.1. - CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES GERAIS DA EXPANSÃO DA CULTURA DA SOJA.

A expansão mundial da cultura e do consumo da soja, dentro da qual se inserem Brasil e Paraná, que vem ocorrendo desde há aproximadamente três decênios, necessita ser compreendida dentro da expansão do mercado e da produção capitalistas. Isto significa visualizar tal fato não apenas a partir de "desequilíbrios" ocorridos no comércio internacional, nem somente a partir das condições locais que permitiram o desenvolvimento de tal produto. O que é preciso ter-se em conta é a produção capitalista no seu nível ampliado, nas formas tomadas por esse desenvolvimento histórico da internacionalização do ciclo do capital, a partir das condições locais de produção.

No presente trabalho, dadas as suas características, não se ambiciona, no entanto, desenvolver o estudo das condições de internacionalização do capital. São necessárias contudo, certas considerações iniciais para lembrar que se tem presente, durante todo o decorrer do trabalho, tais preocupações.

Por outro lado, não se trata somente de questões metodológicas. Difícil é se conceber um estudo das relações de trabau

lho na cultura da soja, sem se levar em conta as variáveis determinantes dessas relações, extremamente ligadas ao mercado internacional, para onde se destina a grande parte da produção brasileira.

Serão levantados, portanto, alguns pontos a respeito desse mercado internacional, certos aspectos do desenvolvimento histórico da organização atual da comercialização da soja, da expansão da relação capitalista de produção, das condições locais que encontrou. O estudo será centrado, sobretudo, na forma que assumiu a produção dessa cultura, dada toda essa conjuntura, resultando em relações de trabalho específicas.

O fundamento da expansão da produção e do consumo capitalista está definido em sua base econômica ao nível da disputa por uma melhor posição de cada capital individual na produção e na partilha do excedente. Isto é, a elevação da produtividade através da incorporação crescente de tecnologia na busca da apropriação do "maior pedaço" do lucro produzido socialmente, leva a uma concentração e centralização do capital, a uma baixa radical do número dos capitais em concorrência. Esta tendência à diminuição da concorrência e ao domínio do mercado interno, acarreta por sua vez, uma supercapitalização e consequentemente um aumento da exportação de capitais.

A exportação de capitais não é um fenômeno ligado apenas à troca ou à circulação, mas é relativa a uma extensão mundial de determinadas relações de produção, à uma transformação estrutural no sistema econômico predominante e nas relações des-

te com outras formas de produção. Aparece, nessa conjuntura, como forma preponderante de lucro adicional, o tecnológico, as "rendas tecnológicas".<sup>1</sup> O que se observa então é a procura de novos produtos elaborados também segundo novos processos, determinados por uma redução do ciclo do capital fixo e pela acceleração da inovação tecnológica. Em consequência, estas mudanças exigem uma produção a nível internacional, dada a necessidade de uma grande produção e seu escoamento. Tais "necessidades" vão exigir ainda uma reorganização do mercado mundial favorável à realização desses grandes investimentos em capital, o que significa provocar mudanças tanto no consumo de tecnologia, quanto no consumo de mercadorias elaboradas a partir desses novos processos tecnológicos.

Nessa organização da produção e do consumo, a grande sociedade multinacional torna-se o principal instrumento de realização e extensão dessa produção ampliada e diversificada.

A produção de soja e seus derivados está enquadrada dentro dessa nova estruturação. A utilização de soja em larga escala decorre de uma mudança organizada e deliberada na agricultura americana, e introdução do seu consumo na alimentação humana do Ocidente tanto direta quanto indiretamente. Inicialmente introduzida como cultura forrageira, a soja foi a seguir utilizada como matéria-prima para indústria. O desenvolvimento de uma tecnologia que permitiu a sua utilização nos novos

---

<sup>1</sup> Mandel, Ernest - "Le 3<sup>e</sup> age du capitalisme", pág.193. vol.1, Editions 10/18 Paris, 1976.

processos de criação animal, onde são utilizadas grandes quantidades de proteínas, marcou uma nova era para a soja.

A já mencionada mudança na agricultura americana resultou de uma aliança entre agricultores e empresários de indústrias transformadoras de oleaginosas, dando origem ao chamado "complexo soja". Essa aliança, a ajuda do Departamento de Agricultura americano e as condições ora criadas, ora aproveitadas do mercado internacional permitiram aos Estados Unidos atingirem o 1º lugar na produção e exportação de soja e seus derivados industriais, suplantando a China, até então a maior produtora.

A cultura da soja é tida como essencialmente capitalista, pois no Ocidente não se conhece outra forma de produção comercial da soja senão aquela que segue o modelo americano, ou seja, altamente mecanizada, com alto nível de consumo de fertilizantes e corretivos e conseqüentemente com altos índices de produtividade. A conceituação da cultura como "essencialmente capitalista" significa acreditar numa característica própria e natural da soja. Sua forma de produção original no Oriente, no entanto, não seguiu e não apresenta ainda hoje essas características, como se pode confirmar pelos baixos índices de produtividade dessa cultura na China. A concepção da cultura como capitalista ilustra, por outro lado, o grau elevado de disseminação e aceitação da sua forma de produção, de comercialização e de consumo.

No Brasil, onde essa forma de produção da soja se introduziu e vem se impondo rapidamente com todas as suas conseqüências

as, desempenharam um papel central as firmas comercializadoras e transformadoras dos grãos de soja. Essas firmas são lideradas pelas mesmas que implantaram nos Estados Unidos o "complexo soja", as multinacionais do comércio de cereais.<sup>2</sup>

Características das mudanças estruturais ocorridas no sistema capitalista em geral, as multinacionais, contrariamente às empresas do tipo colonial, dirigem-se muito mais ao controle indireto da produção. Esse controle se exerce pela imposição de um modelo produtivo, através da utilização de uma determinada tecnologia, que por sua vez impõe uma determinada organização da produção. Isso se comprova facilmente pelo exame das atividades dessas firmas, onde se verifica a grande diversificação. Essas sociedades controlam o fornecimento de insumos agrícolas, montam esquemas de comercialização, controlando empresas financeiras, armazenagem, etc. A atuação dessas firmas se faz tanto "a jusante", isto é, na utilização dos produtos transformados, quanto "a montante", isto é, no fornecimento de insumos para a agricultura, formando o chamado "complexo agroindustrial".<sup>3</sup> Ocorre pois, maior integração vertical no tratamento dos produtos agrícolas.

A tecnologia, atualmente quase propriedade monopólica, não é neutra nas suas relações com os diferentes grupos sócio-econômicos. Essas técnicas não podem ser absorvidas pelos agricul

---

<sup>2</sup>Henklein, Everlindo e Wilberg, Eunice de Quadros - Soja - Estrutura de mercado no Paraná e Indicações de Política Econômica, trabalho apresentado no 1º Simpósio Nacional da Soja, realizado em Porto Alegre, agosto de 1975.

<sup>3</sup>Guimarães, Alberto Passos - "O complexo agroindustrial" Semanário Opinião, 5/11/76 p.8.

tores com pequenos recursos financeiros e por outro lado, elas dirigem-se às terras férteis, bem irrigadas e bem localizadas, o que traz necessariamente mudanças no valor da terra. Ao mesmo tempo, aumentando o caráter capitalista da exploração agrícola, essas técnicas podem, a longo prazo contribuir para o declínio da importância da propriedade fundiária. O poder tende a ficar com os grupos que detêm os meios modernos da tecnologia.

Por outro lado, a utilização não controlada de técnicas, cuja origem e processamento são externos, torna os países que as recebem cada vez mais dependentes de divisas, o que é facilmente observável na atualidade. É a chamada crise crônica da balança de pagamentos, e o crescente endividamento externo.

A aplicação dessas novas técnicas reduz o emprego de mão-de-obra na agricultura e acelera as migrações do campo para as cidades. A decorrência desse processo em relação à população rural é a de uma mudança radical. A mão-de-obra permanente nos estabelecimentos altamente mecanizados, como se observará em outra parte deste trabalho, é composta de técnicos, de condutores de tratores e máquinas agrícolas. São poucos trabalhadores qualificados. Para os períodos de maior necessidade de trabalho, recorre-se aos trabalhadores temporários recrutados pelas vizinhanças, ou mesmo de regiões distantes. Os antigos arrendatários, parceiros e pequenos proprietários tendem cada vez mais a serem deslocados econômica, social e mesmo espacialmente.

Essas mudanças nas relações de produção trazem inevitavelmente a formação de uma nova elite rural, com funções claramente

distintas das elites tradicionais. São os chamados empresários agrícolas, dada a forma de produção e comercialização de seus estabelecimentos. São eles os agentes introdutores das técnicas modernas e detentores da maior capacidade de comercialização, pela possibilidade de armazenamento, transporte, informações sobre mercados, política agrícola, etc. Pela própria necessidade da administração dos negócios referentes à sua produção, esses empresários têm atividades cada vez mais urbanas, típicas de uma maior mercantilização da agricultura. E com o desaparecimento das antigas relações sociais, observa-se também um sistema de valores tido como típico do "mundo rural", em extinção.

Finalmente, a introdução dessa nova e cara tecnologia em grande escala, facilitada pelo sistema de crédito, tem como consequência o desaparecimento progressivo dos pequenos e médios agricultores e dos sistemas de exploração tradicionais: parceria, colonato, etc. Toda a organização produtiva da exploração agrícola assume um caráter capitalista e todos os esforços no sentido de "salvar" as velhas formas de exploração da terra em situações como esta, têm sido inúteis e irrealistas. A alternativa que se apresenta para os que não conseguiram o seu lugar no novo estado de coisas é, num primeiro momento, a venda de sua capacidade de trabalho como assalariado temporário nas suas diversas formas, ou como assalariado permanente, numa menor proporção e, num segundo momento, a emigração.

## HISTÓRICO DA EXPANSÃO DA CULTURA DA SOJA

A soja, enquanto leguminosa, como uma planta alimentar, tem uma história muito longa. Sua origem é o Extremo Oriente, na região da Mandchúria no nordeste da República Chinesa. Provavelmente antiga, de mais de quatro milênios, é citada nos livros históricos chineses como uma das cinco "sementes sagradas", consideradas fundamentais para a existência da civilização chinesa (soja, trigo, arroz, cevada e painço).<sup>4</sup>

No Ocidente, no entanto, a soja ficou conhecida em 1739, quando foi levada para a França por missionários chineses e plantada no jardim botânico. Em 1790, os jardins botânicos da Inglaterra também a cultivaram. Nos Estados Unidos, a soja foi introduzida em 1804, no Estado da Pensilvânia, onde o clima era considerado adequado.

A partir de 1878, a cultura teve um grande impulso na Europa, devido às experiências desenvolvidas por Fredrich Haberlandt, com sementes obtidas na Exposição de Viena, em 1873. Dessas experimentações com variedades de sementes, a que melhor se adaptou foi introduzida na França pela VILMORIN- ANDRIEUX and Company. A Europa apresentava no entanto, obstáculos naturais e sócio-eco-

---

<sup>4</sup>Atualidade Samba, maio/junho/73 - Texto Dirceu Bohrer.

nômicos para a introdução desse cultivo, ou seja, solos não apropriados e pouca disponibilidade de terras.

Nos Estados Unidos, por outro lado, não havia limitações de área e foram criadas rapidamente condições para o desenvolvimento dessa cultura. A soja vai ser aí utilizada inicialmente como forragem para bovinos e suínos. Em 1898, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos empreende campanha de estímulo à sua plantação, introduzindo e distribuindo um grande número de variedades asiáticas. Continuavam ainda no início deste século, importando grandes quantidades de óleo de soja da China, pois apesar do grande crescimento da superfície cultivada, a soja destinava-se sobretudo às forragens, pastagens ou adubos verdes. Algumas quantidades de grãos são já trituradas nesta época, mas as usinas que o fazem utilizam equipamentos previstos para outros produtos e a título experimental.

Em 1919, é criada a American Soybean Association (ASA), onde se reúnem os cultivadores de soja. Através, dessa associação, aliam-se em 1928, industriais e agricultores, estabelecendo-se que os industriais comprariam por um preço fixado antecipadamente, quantidades de grãos de soja fornecidas pelos agricultores. A partir daí está montada a base para a organização do chamado "complexo soja", isto é, agricultores e industriais aliados sob a direção do capital industrial. As firmas industriais que participaram dessa aliança, fusionaram-se a outras, formando as atuais multinacionais, desta atividade. A maioria dessas firmas processadoras são também exportadoras.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup>Henklein, Everlindo e Wilberg, Eunice de Quadros. Op. Cit., p.206

Constituem um "sistema muito complexo, sofisticado e eficiente conduzido por empresas multinacionais - que articula a comercialização de sementes oleaginosas e seus derivados entre países produtores e consumidores."<sup>6</sup>

Da aliança entre agricultores e processadores de soja, ficou assegurada a expansão da cultura que proporcionou aos Estados Unidos a autosuficiência em óleo de soja. A ASA e os industriais vão a partir daí, tomar medidas que garantam uma demanda interna, condição essencial para a manutenção do preço dos grãos da soja e derivados, da segurança e rentabilidade dos capitais investidos na atividade. Em 1930, o governo americano vai impor taxas proibitivas sobre as importações de grãos e óleo de soja. Mas até então, o óleo de soja destinava-se sobretudo ao fabrico de pinturas e vernizes, sendo 95% de sua produção utilizada para essa finalidade.<sup>7</sup> Mas uma série de condições favoreceu a utilização do óleo de soja também para a alimentação humana. As medidas de restrição tomadas durante o New Deal, e a imposição de taxas sobre as importações de oleaginosas tropicais, provocaram uma diminuição das disponibilidades dos produtos concorrentes (óleo de algodão, gorduras animais). O óleo de soja passa a ser utilizado também na fabricação de margarinas. Em 1934, a parte da produção de soja absorvida pela trituração começa a aumentar consideravelmente, segundo se pode verificar por estes dados:

---

6

Idem p. 206

7 S.P. Berlan, S.P. Bertrand e L. Lebas "Elements sur le Developpement du Complexe soja americain dans le monde".  
Revue Tiers Monde, T. XVII, nº 66, abril - junho 76, p. 310.

TABELA 1.1.(a)

Em 1.000 t.

A N O S	DISPONIBILIDADE DE GRÃOS DE SOJA	U T I L I Z A Ç Ã O			
		SEMENTES	ALIMENTAÇÃO ANIMAL	TRITURAÇÃO	DIVERSOS
1924-1926	139	61	34	9	35
1931-1933	423	151	66	102	104
1938-1940	2.103	415	135	1.500	53

FONTE: "Elements sur le Développement du Complexe Soja Americain dans le Monde". Revue Tiers Monde, T. XVII, nº66, Abril-junho 76, p.309.

A mecanização também proporcionou condições para a expansão da soja americana, liberando importantes áreas antes destinadas à alimentação de animais de tração. A política do governo americano, de colocação de terras em reserva, abrange o algodão e cereais em geral, mas não a soja. Além disso, a cultura da soja foi facilitada também por não haver exigido nenhum equipamento especializado, podendo as máquinas liberadas da cultura do trigo serem aí empregadas.

Na década de 30, a pesquisa científica vai também ser estimulada, visando a descoberta de uma melhor utilização industrial da soja. Nesse período, são identificados os aminoácidos essenciais da soja, base científica para as técnicas de alimentação animal que seriam desenvolvidas.

O "complexo soja" já estará integralmente montado antes da II Guerra Mundial. A infra-estrutura econômica e científica em funcionamento, o mercado interno garantido, a planifica-

ção estatal integrando e com ainda mais força desde que a aliança entre agricultores e industriais na ASA é sólida.

A guerra deu, por outro lado, um grande impulso à atividade econômica nos Estados Unidos e um grande saldo favorável na sua balança comercial, tendo sido o único país após a guerra que poderia exportar alimentos, matérias-primas, máquinas etc. Durante a guerra, pela ameaça de cortes nas fontes de provisionamento, o governo americano decide estimular a produção de alimentos e pela primeira vez (1941) os agricultores de soja fizeram uma garantia de preço. As indústrias processadoras também receberam subvenções. Essas condições estimularam a um grande aumento da superfície cultivada de soja.

Além das condições favoráveis conquistadas durante a guerra, outras mudanças internas favoreceram o crescimento do consumo da soja: utilização das tortas para a alimentação de animais, sobretudo porcos e frangos, baseada numa grande utilização de proteínas. Os industriais montaram a partir daí uma integração vertical de suas operações, indo até à produção de alimentos compostos e desenvolvendo novas formas de organização da produção. A principal forma de organização desenvolvida foi a de integração contratual, onde o agricultor perde quase todo o controle sobre os meios e o destino da produção.

Depois do crescimento decisivo dessa época, a superfície destinada à cultura da soja se estabiliza em 1949, mas o aumento da produtividade é constante. A soja torna-se a grande planta oleagionosa americana, tendo conquistado um grande papel,

tanto internamente quanto no mercado externo. Quando em 1954, a superprodução agrícola ameaça a economia americana, o Congresso vota a lei sobre o Desenvolvimento do Comércio e Assistência (Public Law 480). Esta lei iria favorecer o escoamento de importantes quantidades de óleo, sob a forma de ajuda alimentar. "De 1955 a 1969, aproximadamente 2/3 de todas as exportações americanas de óleo de soja foram feitos através de programas financiados pelo governo, principalmente pagas com moedas estrangeiras."<sup>8</sup>

Nos anos 60, as firmas americanas instalam usinas de trituração na Europa (Alemanha, Holanda, Espanha e França), permitindo a substituição das exportações de óleos e tortas pelas exportações de grãos de soja. Grãos e tortas são quase que exclusivamente exportados para os países em desenvolvimento, enquanto o óleo, graças a lei PL. 480, dirige-se aos países subdesenvolvidos.

Depois da alta geral do preço da soja, em 1973/74, a proporção de óleo exportado sob a forma de ajuda alimentar caiu violentamente, pois tornou-se mais vantajoso vender no mercado mundial, favorecendo a balança comercial americana.<sup>9</sup>

Os países do Mercado Comum Europeu e o Japão são os maiores fregueses de grãos e tortas de soja exportadas pelos Estados

---

<sup>8</sup>Foreign Agricultural Trade of the United States (USDA), Washington, julho 1970, p.7., mencionado por JOHNSON, Gale in 'World Agriculture in Disarray', Fontana/Collins e Trade Policy Research Center, Londres, 1973.

<sup>9</sup>Berlan, Bertrand e Lebas, op. cit. p. 319.

Unidos. A partir de 1950 haviam sido introduzidos, em larga escala, na Europa, sistemas modernos de criação de porcos e aves, estes grandes consumidores de rações elaboradas com proteínas de soja. O sistema de criação americano introduzido na Europa, é o chamado de Modelo "Milho-Soja", onde a pouca quantidade de proteínas contidas no milho é compensada pelas proteínas concentradas das tortas de soja. Os países europeus obtiveram grandes progressos na produção de cereais depois da II Guerra, mas não criaram no entanto, condições para o desenvolvimento de uma base proteagínosa autônoma, necessitando desse modo, das importações de soja americana. Os preços da soja apresentavam-se vantajosos em relação a outros cereais europeus, o que também favoreceu a sua utilização intensiva. Esses preços permaneceram baixos até 1972, permitindo às firmas americanas a conquista de uma posição determinante no mercado das tortas de soja.

De alguns anos para cá, o "complexo soja" procura a utilização direta das proteínas vegetais na alimentação humana. Desde que são necessárias de 5 a 20 quilos de proteínas vegetais para produzir 1 quilo de proteína animal, a utilização direta da soja aparece como uma alternativa mais racional. Não se trata entretanto, de favorecer o consumo humano de soja tal como se faz desde épocas remotas, na Ásia, onde ela é utilizada basicamente como legume. As proteínas são extraídas através da utilização de tecnologia avançada, permitindo a obtenção de altos lucros pelo processamento, cujo monopólio pertence aos Estados Unidos. Contudo, apesar de estarem resolvidas as questões técnicas para o processamento das proteínas, o mercado para esses produtos ainda não está assegurado.

Por outro lado, o desenvolvimento de novas formas de consumo alimentar nos países desenvolvidos, está muito menos orientada para as preferências individuais dos consumidores do que para as exigências de lucro e desenvolvimento das firmas agroalimentares. Sendo a venda direta dos novos produtos alimentares dificultada, de certa forma, por problemas de marketing, tende-se a utilizar o aparelho estatal desses países para uma introdução indireta de novos hábitos de alimentação. Essa política fica evidenciada nos programas de alimentação escolar, aplicada também no Brasil.

A alta dos preços da soja ocorrida durante o ano de 1973 é atribuída pela maioria dos estudos como decorrente de uma série conjugada de acidentes: seca na África, desaparecimento dos bancos de anchovas no Peru, redução da colheita americana de 1972, as compras da União Soviética. Para evitar a escassez no mercado interno, os Estados Unidos decretam a proibição provisória da exportação dos grãos e tortas de soja. Embora a proibição tenha durado apenas 5 dias, os preços subiram vertiginosamente na Bolsa de Chicago.<sup>10</sup>

Por outro lado, sabe-se que as transações entre as firmas comercializadoras de soja se fazem muito pouco no mercado formal. As firmas transferem diretamente às suas filiais instaladas na Europa ou fazem contratos a termo com as principais compradoras de grãos e tortas de soja. Desde que nos Estados

---

<sup>10</sup> "Matières Premières: les interets em presence", Revista Economia, Paris, setembro, 1975, p.71.

Unidos os estoques de grãos caíram de 13,5 milhões de toneladas em abril de 1973 para 4,8 milhões de toneladas no início de julho, pode-se supor que as firmas multinacionais transferiram seus estoques para suas filiais na Europa e no Japão.<sup>11</sup> Essa situação, conjugada com a diminuição da produção de outras matérias-primas proteagionosas, provocou a elevação exagerada dos preços dos grãos e tortas de soja, no que foi ajudada ainda por uma grande especulação.

A instalação dessas firmas no Brasil, em primeiro lugar, e em seguida a alta dos preços da soja no mercado internacional provocaram uma grande expansão do cultivo da soja, como se descreverá adiante. As firmas multinacionais obtêm no Brasil, graças aos menores custos de produção, taxas maiores de lucro do que no mercado americano ou europeu e são favorecidas ainda pela política de estímulo às exportações, obtendo isenções, estímulos financeiros, etc..

O desenvolvimento da produção brasileira de soja e suas possibilidades de crescimento futuro podem estremecer a coerência do complexo soja americano, pela possibilidade de maiores lucros e sobretudo pela extensão das atividades das firmas multinacionais voltadas à agroindústria. Mas, por outro lado, há uma tendência crescente por parte dos produtores bra-

---

<sup>11</sup> Berlan, J.P., Chabert J.P., Macloiem e Spitz, P.: "Blé et Soja Penuries sur Commande"? Revista "La Recherche", nº 56, maio 75, p. 414.

sileiros, e também dos importadores japoneses e europeus, de libertarem-se das transações efetuadas por meio das multinacionais, obtendo assim um maior controle sobre os lucros obtidos.

As tendências atuais de consumo de produtos animais nos países desenvolvidos devem continuar se produzindo, em detrimento do consumo de cereais, legumes secos, batatas e gorduras animais em geral. No entanto, este modelo de consumo, que exige grande quantidade de proteínas vegetais para a produção de pequena quantidade de proteínas animais, é muito caro para que possa se generalizar. Pode ainda levar a um grande déficit mundial de cereais e de tortas para alimentação animal, déficit que será sentido principalmente pelos países subdesenvolvidos e pelas populações pobres, desde que a alta de preços seria a consequência. No entanto, os limites físicos para este modelo de consumo ainda não foram atingidos. Há ainda possibilidades de ocupação de novas terras e de obtenção de maiores rendimentos, graças à alta utilização dos modernos insumos agrícolas.

#### Brasil - dados comparativos

A importância do Brasil no mercado internacional da soja pode ser facilmente compreendida, pois a partir de 1974/75 se coloca como segundo maior produtor mundial, apresentando as maiores taxas de incremento em produção e área plantada, conforme se pode observar nas tabelas seguintes.

I.1.(b) - TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE SOJA EM GRÃO

PAÍSES	TAXA DE INCR.		PERCENTUAL				
	1961/70	1970/75	1961/65	1969/70	1972/73	1973/74	1974/75
U.S.A.	5,13	1,51	60,25	70,15	66,62	66,28	58,27
Brasil	21,76	36,64	1,09	3,43	9,66	12,40	17,43
China	-1,07	0,10	32,90	20,93	17,72	15,11	17,18
Outros	4,44	7,87	5,76	5,49	6,00	6,21	7,12
Total	3,75	4,65	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %

FONTE: FAO, PRODUCTION YEARBOOK, 1973

CONJUNTURA ECONÔMICA, IPARDES

Obs.: dados absolutos: tabela I.1.(b) em anexo

I.1.(c) - TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA ÁREA CULTIVADA DE SOJA NO MUNDO

PAÍSES	+ X Δ 1970/75	%					
		1970	1971	1972	1973	1974	1975
E.U.A.	4,70	57,53	56,80	52,42	49,38	59,48	54,06
Brasil	34,58	4,46	5,66	6,61	9,52	13,50	14,71
China	0,22	27,09	26,70	25,32	21,10	21,26	20,46
Outros	5,73	10,92	10,84	15,65	20,00	5,76	10,77
Total	6,01	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA/IPARDES

Obs.: dados absolutos: tabela I.1.(c) em anexo

Sua participação no mercado internacional no entanto, já é significativa a partir de 1972, como segundo maior exportador mundial de grãos de soja, quando esta passa de 1,73 para 7,53 % do total das exportações no período 1971/72 (ver tabelas seguin

tes). As taxas de incremento das exportações brasileiras são, na maior parte, mais significativas que os demais, exceto em 1969/70 quando os E.U.A. são praticamente os únicos a terem suas exportações acrescidas. A participação da China cresce somente no período 1970/71, justamente quando a taxa de crescimento do total exportado no mundo é negativa. Entretanto, o comportamento da China no comércio internacional da soja é pouco significativo, pois sua produção está voltada principalmente para o abastecimento interno.

1.1.(d) - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES DE SOJA EM GRÃO NO MUNDO

PAÍSES	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
U.S.A.	91,51	90,78	93,80	93,80	87,05	84,42	82,80	76,53
Brasil	0,75	3,32	2,30	1,73	7,53	11,40	16,22	20,41
China	6,52	5,23	3,25	3,75	2,69	1,98	-	-
Outros	1,22	0,67	0,65	0,72	2,73	2,20	0,98	3,06
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: FAO, TRADE YEARBOOK - 1973

CONJUNTURA ECONÔMICA/IPARDES

Obs.: dados absolutos: tabela 1.1.(d) em anexo

1.1.(e) - TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DAS EXPORTAÇÕES DE SOJA EM GRÃO NO MUNDO

PAÍSES	1968/75	1968/69	1969/70	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75
U.S.A.	6,56	5,69	39,81	-2,69	4,10	10,25	5,43	-10,36
Brasil	75,12	369,70	-6,45	-0,31	386,85	72,23	52,86	22,09
China	-	-14,54	-15,98	12,20	-19,57	-16,22	-	-
Outros	-	-42,06	33,87	6,02	327,27	- 8,51	-51,74	201,20
Total	9,31	6,53	35,31	-2,69	12,16	13,69	7,50	- 3,01

FONTE: FAO, TRADE YEARBOOK - 1973

CONJUNTURA ECONÔMICA/IPARDES

Obs.: dados absolutos: tabela 1.1.(e) em anexo

No que diz respeito ao farelo e torta de soja, as exportações brasileiras também vêm crescendo, embora o comportamento dos preços seja inverso. No caso do farelo e do grão, na maioria das vezes o Brasil vende grande parte da produção nas épocas em que as cotações internacionais sofrem quedas. Desta forma, as altas nas cotações internacionais da soja, que supostamente poderiam ter servido como estímulo para o incremento da produção, na verdade não trazem os benefícios esperados.

1.1.(f) - TAXA DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E PARANAENSES DE GRÃOS FARELO E ÓLEO DE SOJA

ANOS	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA		EXPORTAÇÃO PARANAENSE		
	FARELO/TORTA	ÓLEO	GRÃOS	FARELO	ÓLEO
1968/70	49,67	-	149,25	-	-
1970/75	42,93	151,98	110,07	55,00	54,23

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA/IPARDES/BADEP

Obs.: dados absolutos: tabela 1.1.(f) em anexo

No entanto, para se compreender de fato o que determinou a expansão da cultura no Brasil, não basta considerar apenas a conjuntura de altos preços, pois na realidade, estes se mantiveram estáveis até 1972 (ver tabela que segue) e somente nesta época obtiveram um alto crescimento, voltando a se estabilizar nos anos seguintes. Deve-se considerar também que o significativo acréscimo da demanda, que vem permitir o aumento de preços, está associado a vários fatores. Além da queda na produção da farinha de peixe e do aumento da demanda mundial por proteínas, tanto na alimentação animal como humana, a utiliza-

ção cada vez maior da soja nos diversos ramos de produção constitui-se em importante forma de garantir a quantidade demandada.

I.1.(g) - COTAÇÕES REGISTRADAS NA BOLSA DE ROTTERDAN DA SOJA EM GRÃO (EM DÓLARES DE DEZEMBRO DE 1975)

COTAÇÕES	A N O S							
	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Média mensal mais alta	194,35	183,85	201,29	209,02	247,09	614,22	351,74	266,36
Média mensal mais baixa	171,79	164,18	174,47	187,70	192,01	301,12	261,80	185,00
Média Anual	185,63	173,81	194,72	196,93	209,46	382,83	307,25	223,23

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA

Este fator aliado ao próprio incentivo para o plantio por parte tanto de órgãos governamentais como das empresas voltadas à exportação e/ou industrialização do grão, e de certa garantia de uma margem razoável de lucro, leva a que agricultores - empresários agrícolas - aumentem a área cultivada da soja, fazendo com que a cultura se expanda e consolide.

Por outro lado, no Brasil o cultivo da soja é normalmente alternado com o trigo e, desta maneira, os estímulos dados para o cultivo do trigo, de crédito por exemplo, vem estimular também o da soja, na medida em que os agricultores procuram aproveitar melhor o capital investido, e que os equipamentos utilizados são os mesmos. Ainda, como outro dado que vem completar

os atrativos tanto para os agricultores como para as indústrias elaboradoras que aqui se instalam, a produtividade brasileira da soja vem se apresentando cada vez maior, segundo pode-se observar na tabela abaixo.

1.1.(h) - PRODUTIVIDADE DA CULTURA DA SOJA NO MUNDO  
(kg/ha)

PAÍSES	1970	1971	1972	1973	1974	1975
E.U.A.	1.813	1.780	1.841	1.844	1.857	1.545
Brasil	1.144	1.210	1.234	1.386	1.531	1.699
China	1.148	1.198	1.143	1.148	1.185	1.204

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA

A expansão da soja no Brasil se dá a partir do Rio Grande do Sul que desde a década de 1930 produz esta leguminosa com fins comerciais. É este Estado que tem mantido a hegemonia em quantidade produzida e área cultivada da soja no Brasil conforme pode-se observar nas tabelas que se seguem. Em 1960 este Estado é responsável por 91,62% da produção brasileira. Neste ano o Paraná já é o segundo maior produtor sendo responsável por apenas 3,58% da produção nacional do grão de soja. Progressivamente a produção paranaense vem crescendo, chegando em 1975 a representar 36,64% do total produzido no país, sendo o Rio Grande do Sul responsável por 47,40% neste ano.

O expressivo crescimento da produção paranaense de soja se revela nas taxas de crescimento anual que obviamente têm se mostrado maiores que as do Rio Grande do Sul.

Em termos de área cultivada as posições históricas destes dois Estados se confirmam, conforme pode-se verificar na tabela a seguir.

A N O S	E S T A D O S								B R A S I L
	GOIÁS	M T	M G	P R	R S	S C	S P	OUTROS	
1960	-	0,01	0,10	3,58	91,62	1,83	1,50	1,35	100,00
1961	-	0,21	0,06	3,30	93,03	1,46	1,72	0,22	100,00
1962	-	0,25	0,04	4,04	92,92	1,20	1,34	0,21	100,00
1963	-	0,29	0,08	5,57	91,31	1,35	1,27	0,19	100,00
1964	-	0,27	0,05	6,08	90,51	1,55	1,23	0,31	100,00
1965	-	0,14	0,02	8,43	88,54	0,98	1,69	0,20	100,00
1966	-	0,19	0,01	13,96	81,35	1,28	3,07	0,14	100,00
1967	-	0,38	0,06	15,83	76,97	1,28	5,34	0,14	100,00
1968	-	0,62	0,05	24,94	66,10	2,26	6,01	0,12	100,00
1969	0,18	0,32	0,05	20,21	70,46	3,00	5,77	0,01	100,00
1970	0,65	0,60	0,12	24,39	64,75	3,51	5,97	0,01	100,00
1971	1,97	0,78	0,07	22,23	67,05	3,74	4,15	0,01	100,00
1972	1,85	1,03	0,33	25,45	61,19	3,66	6,48	0,01	100,00
1973	1,79	2,06	0,72	26,47	57,31	5,06	6,59	0,00	100,00
1974	1,26	3,90	0,73	32,87	49,14	5,48	6,63	0,00	100,00
1975	0,74	2,76	0,88	36,64	47,40	4,72	6,85	0,01	100,00
1960/65	-	84,83	-12,48	43,05	19,70	6,38	23,48	-17,54	20,52
1960/70	-	74,18	23,32	47,87	17,88	30,29	40,12	-37,56	22,05
1965/70	-	64,14	73,77	52,85	16,10	59,57	59,01	-52,72	23,59
1965/75	-	80,20	94,29	55,40	26,05	57,03	54,30	-12,42	34,17
1970/75	49,53	97,84	117,24	58,01	36,85	54,54	49,73	62,24	45,66

FONTE: IBGE - ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS - F.G.V. - CONJUNTURA ECONÔMICA, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

OBS: Dados absolutos: Tabela 1.1. (i) em anexo.

Os dados sobre produtividade completam esse quadro geral a respeito da expansão da soja no Brasil. Nos anos de 1974 e 1975 se verificam os mais altos índices de produtividade por ha desta cultura no Brasil, sendo o Paraná o Estado responsável por esta elevação. Em 1975 o Paraná alcançou um índice de 2.221 kg/ha suplantando a média brasileira 1.699 kg/ha.

I.1.(j) - TAXA DE CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO DA ÁREA CULTIVADA DE SOJA NO BRASIL

ESTADOS	TAXA DE INCREMENTO		%				
	1966/70	1970/75	1966	1970	1973	1974	1975
Rio Grande do Sul	20,28	29,01	84,84	66,06	61,34	53,86	53,46
Paraná	53,84	39,93	11,07	23,06	22,62	26,05	28,02
São Paulo	49,93	44,47	2,51	4,71	5,58	6,51	6,72
Santa Catarina	84,44	40,53	1,16	5,00	5,79	7,10	6,21
Mato Grosso	41,11	101,77	0,30	0,44	2,39	3,40	3,34
Minas Gerais	67,00	116,89	0,04	0,12	0,63	0,93	1,30
Goiás	-	47,80	-	0,60	1,65	2,14	0,95
Outros	-55,63	68,29	0,08	0,01	0,00	0,01	0,00
Brasil	28,04	34,59	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE - ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS F.G.V. - CONJUNTURA ECONÔMICA

Obs.: dados absolutos: tabela I.1.(j) em anexo.

Este é um dado significativo quando se quer compreender não só o peso atual do Estado como produtor desta leguminosa, como também quando se tem em mente as perspectivas futuras deste cultivo no Estado. Ao que os dados de incremento de área e volume de produção indicam aliado aos dados de produtividade a tendência da cultura no Estado ainda é de crescimento. É claro que apenas tais dados não bastam para se fazer tal afirmativa. 0

comportamento da demanda e conseqüentemente a política de preços são variáveis determinantes para se estabelecer algum prognóstico. No entanto, se para efeito de análise, considerar-se estas variáveis como estáveis, pode-se afirmar que o Estado tende a consolidar-se como produtor de soja. Novas terras estão sendo integradas ao cultivo da soja constituindo-se num exemplo dessa expansão a região Centro-Oeste do Estado, objeto do presente estudo.

1.1.(1) - PRODUTIVIDADE DA CULTURA DA SOJA NO BRASIL - kg/ha

ESTADOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975
R.G.S.	1.121	1.229	1.134	1.295	1.397	1.506
Paraná	1.210	1.291	1.520	1.622	1.932	2.221
São Paulo	1.450	1.160	1.750	1.638	1.552	1.733
Santa Catarina	804	763	861	1.211	1.182	1.292
Mato Grosso	1.548	1.215	1.282	1.195	1.756	1.403
Minas Gerais	1.146	796	995	1.592	1.200	1.153
Goiás	1.246	1.201	1.492	1.505	900	1.320
Outros	1.250	1.364	1.290	1.789	878	1.301
Brasil	1.144	1.210	1.234	1.386	1.531	1.699

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA

## 1.2. - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE PARANAENSE.

Escolheu-se esta região por ser uma das mais recentes frentes de expansão da cultura da soja, cultura esta, considerada como uma atividade dinâmica, sobre uma estrutura produtiva de base tradicional. Tal estrutura produtiva está assentada principalmente sobre uma agricultura de subsistência e uma pecuária extensiva. Dessa forma poderia se apreender muito mais objetivamente as transformações que a entrada de soja provoca numa dada estrutura sócio-econômica.

Neste item pretende-se formular portanto, um quadro geral da região Centro-Oeste paranaense composta pelas microrregiões homogêneas (Mr.H) 20 e 23 e mais o município de Prudentópolis, que na classificação do IBGE pertence à MrH 9. Tal procedimento visa fornecer elementos para se compreender a formação populacional e econômica da Região sobre a qual possa se assentar e desenvolver o tema central deste estudo.

Não se pode afirmar que a soja penetra como uma cultura importante em termos de área colhida e valor da produção em todos os municípios desta Região. As condições de solo e relevo, especialmente dos municípios da microrregião 20, não permitem o cultivo da Soja em larga escala. É a MrH 23 que apresenta

condições para a expansão da soja, em especial os municípios de Guarapuava e Pinhão, como mostram os dados do quadro a seguir.

#### ÁREA COLHIDA DE SOJA

ANOS	MRH 23						MRH 20				
	TOTAL	GUARA PUAVÁ	INÁCIO MAR- TINS	LARANJEI RAS DO SUL	PINHÃO	QUEDAS DO IGUAÇU	TOTAL	MANO- EL RI BAS	PALMI TAL	PITAN GA	PRU - DENTÓ POLIS
1970	10500	8500	-	-	2000	-	-	-	-	-	-
1971	10700	8500	-	-	2200	-	-	-	-	-	-
1972	20250	16250	-	-	4000	-	350	50	-	300	-
1973	30100	22000	300	2400	5400	-	600	60	140	400	-

FONTE: M.A./SUPLAN - IPARDES

Obs.: dados extraídos da tabela 1.2.(b.1.)em anexo.

O município de Pinhão representa mais uma extensão desta cultura em Guarapuava, mais especificamente da Cooperativa Central Agrária de Entre Rios, sediada no distrito de Entre Rios, pertencente ao município de Guarapuava. Esta cooperativa formada por imigrantes europeus, os Suábios do Danúbio, dedica-se à agricultura e a realiza sob padrões empresariais e capitalistas. São eles responsáveis por boa parte da produção de soja de Guarapuava e Pinhão.

Por outro lado, é também a MRH 23 que apresenta a maior área de pastagem e o maior número de cabeças de gado bovino no contexto da Região Centro-Oeste paranaense, como pode ser visto pelo quadro que segue.

MRH	NÚMERO DE CABEÇAS 1972	ÁREA DE PASTAGEM 1972
MRH 20	77.085	104.574
MRH 23	167.124	371.767

FONTE: INCRA - IPARDES

Na MRH 23 é, notadamente, o município de Guarapuava que se destaca na pecuária. Em 1973, segundo dados do C.B.E.A. / FIBGE, Guarapuava possuía 86.979 cabeças de gado, de um total microrregional de 174.976 cabeças.

A evidência de tais dados justifica a opção por Guarapuava como o município onde se centralizou o estudo propriamente dito.

É principalmente em torno da atividade madeireira e da pecuária que se deu a exploração e ocupação desta Região. Estes dados históricos são significativos, pois explicam, em grande parte, certas características atuais desta Região que a distinguem no conjunto estadual.

A atividade madeireira agregou um contingente populacional que assume a característica itinerante da própria atividade. Dessa forma, a extração e 1º beneficiamento do mato e da madeira ao não permitir a fixação do homem na terra impede o desenvolvimento de centros de povoamento e, portanto, o crescimento de setores urbanos mais aparelhados e consolidados.

A par desta característica da atividade extrativa, pode-se dizer que os grupos madeireiros não tinham interesse na pro

moção da agricultura como forma de utilização econômica das áreas desmatadas. Tais terras transformavam-se em imensos latifúndios inexplorados ou subutilizados, com uma agricultura de tipo familiar pouco integrada numa economia de mercado.

Por outro lado, nas áreas de campos onde prevaleceu a pecuária, o seu caráter extensivo significou uma baixa absorção de mão-de-obra e, logo, em termos populacionais uma baixa densidade demográfica.

A ocupação desta Região, apesar de ter se iniciado já no século passado, foi muito lenta. Nas três últimas décadas (1950/70) não apresentou movimento intenso, conforme mostram as tabelas 1.2.(a) e 1.2.(b).

No entanto, pode-se dizer que, nos últimos cinco anos, tomando-se por limite superior o ano de 1970, intensificou-se o fluxo - 41,36% de população imigrante da Região.

Para alguns municípios a população imigrante representa praticamente 50% da sua população, enquanto que para o total da Região chega a 26,62%. É uma proporção elevada, mas que não representa um grande contingente populacional; pois esta é uma Região ainda pouco ocupada em comparação com outras MRH do Estado. Um dado demonstrativo é a densidade demográfica, que no caso é de apenas 13 habitantes por Km<sup>2</sup>, enquanto que a média estadual é de 34,81 habitantes por Km<sup>2</sup>.<sup>12</sup> Tais dados, no en-

---

<sup>12</sup>Ver Termo de Referência para o Plano Microrregional de Desenvolvimento Integrado da AMCOPAR.

tanto, não significam uma dispersão populacional. A análise da estrutura fundiária regional que se fará mais adiante, demonstra que pequenas parcelas de área são ocupadas pela maior parte da população em virtude da acentuada concentração da terra.

A ocupação desta Região se faz basicamente, através de deslocamentos internos ao próprio Estado, conforme pode-se verificar nas tabelas 1.2.(c) e 1.2.(d). Os imigrantes originários de Santa Catarina e Rio Grande do Sul representam o segundo maior contingente de imigrantes (18,30%). A imigração para esta Região é resultado da expansão da fronteira agrícola dentro do Estado, apesar desta não se constituir em uma das grandes frentes de expansão. É a disponibilidade de terras que atrai esta população que se dirige basicamente para a zona rural (78,89%, tabela 1.2.(e)).

O único município desta Região que se destaca por congrega um contingente maior de imigrantes na zona urbana é Guarapuava (55,12%). Sem dúvida este é o maior centro urbano na Região. Em 1970, 39,01% do total de sua população encontrava-se na zona urbana, proporção acima da registrada para a Região (20,80%) e para o próprio Estado (36,40%, tabela 1.2.(g)). No entanto, excetuando-se Guarapuava, os demais municípios são eminentemente rurais, principalmente aqueles que compõem a MRH 20. Na projeção da população para 1980 confirma-se esta composição, apesar de que em termos de taxa de incremento populacional é na zona urbana que se registram as maiores taxas (tabela 1.2.(i)).

A característica eminentemente rural desta Região explica a alta taxa de ocupação que aí se verifica. O setor primário é capaz de suportar um elevado contingente populacional que se auto-empregue, porque, enquanto há terras disponíveis e subutilizadas a população pode nela se ocupar e produzir a sua subsistência. Não se pode falar, é claro, num setor primário em geral, pois as regras de funcionamento de atividades voltadas para mercado e definitivamente capitalistas, não se coadunam com esta característica. São as atividades de subsistência-excedente que podem suportar uma população crescente até o ponto em que a produtividade do trabalho decresça até a saturação.

Nesta Região a taxa de ocupação é alta, maior que a do próprio Estado (63,38% e 59,05%, respectivamente - tabela 1.2. (L)). Note-se que a alta taxa de ocupação feminina, em comparação com o total do Estado, é responsável pela elevação da taxa total de 1950 para 1970. Enquanto o crescimento da ocupação total em cada setor duplica, o crescimento da mão-de-obra feminina triplica no primário, quadruplica no secundário e quintuplica no terciário (vide tabela 1.2. (m) e 1.2. (p)). Principalmente no setor primário, explica-se este crescimento pelo próprio incremento populacional nas zonas rurais e crescimento das atividades agrícolas, bem como a proliferação de pequenos estabelecimentos rurais onde prevalece a mão-de-obra familiar como a principal e mesmo exclusiva, força de trabalho.

Já no setor terciário, o aumento da mão-de-obra feminina se justifica pela frequente autogeração de emprego, devido à necessidade de sobrevivência da população como também de mão-

-de-obra barata para a execução de determinadas tarefas por parte do sistema econômico.

De modo geral o aumento da ocupação feminina é indicativo de um empobrecimento crescente da população, que se vê na contingência de aumentar a mão-de-obra produtiva no seio de cada família como forma de equilíbrio da receita familiar.

Em termos de montante de pessoal ocupado é, sem dúvida, o setor primário aquele que congrega o maior contingente, apesar de haver um decréscimo progressivo na sua participação dentro da estrutura interna de emprego de uma para a outra década, (84,33% em 1950, 78,26% em 1970, segundo as tabelas 1.2.(n) e 1.2.(g)).

Ao inverso do que acontece para o total do Estado, a segunda maior proporção do pessoal ocupado em 1950 está no secundário (8,09%). Isto se explica, basicamente, pela presença de serrarias tanto nos núcleos urbanos, quanto espalhadas pelas matas.

A presença de serrarias, conforme já foi dito anteriormente, não é capaz de gerar um dinamismo urbano pelo seu próprio caráter transitório e pouca capacidade em gerar efeitos multiplicadores na economia regional. Dessa forma tem-se um terciário inexpressivo.

Neste ponto é novamente Guarapuava que se destaca, apresentando não apenas a maior proporção de pessoal ocupado no secundário como também no terciário (13,26% e 11,44% respectiva-

mente). Esta sua estrutura setorial interna se apresenta ainda mais configurada como destacadamente urbana dentro do contexto regional, segundo os dados de 1970. Neste ano 55,04% do pessoal ocupado encontra-se no setor primário, sendo no terciário a segunda maior proporção 27,09% ao lado de 17,87% no secundário (tabela 1.2.(g)). A nível regional também se verifica um incremento na proporção de pessoal ocupado no setor terciário que passa de 7,58% em 1950 para 12,97% em 1970; enquanto que o secundário praticamente se mantém em termos proporcionais.

Apesar das alterações sofridas nestas duas últimas décadas a estrutura setorial de emprego confirma a característica regional básica, ou seja, o caráter eminentemente primário de sua economia e rural de sua população.

Dessa forma impõe-se a necessidade de um detalhamento maior do setor primário, empregando basicamente as variáveis de utilização da terra, estrutura fundiária e pessoal ocupado.

O quadro a seguir evidencia primeiramente uma baixa exploração real de terra, à medida em que a maior proporção da área, nas três décadas analisadas, é considerada como terra in culta. Como tais terras constituem estabelecimentos, ou parte delas, pode-se depreender a existência de uma estrutura altamente concentradora da terra, dentro de padrões de exploração irracionais do ponto de vista capitalista.

UTILIZAÇÃO DE ÁREA - REGIÃO CENTRO-OESTE PARANAENSE - 1950/70

Utilização da Área	1 9 5 0		1 9 6 0				1 9 7 0			
	Á R E A		ESTABELECIMENTO		Á R E A		ESTABELECIMENTO		Á R E A	
	absoluto	%	absoluto	Área média	absoluto	%	absoluto	Área média	absoluto	%
Lavoura	124.400	9,00	27.860	10,38	289.172	17,53	33.946	9,71	329.559	18,36
Pastagem	409.293	29,60	17.304	24,15	417.978	25,34	24.285	20,63	500.904	27,90
Matas	391.868	28,34	8.861	38,52	341.342	20,70	7.628	40,84	311.518	17,35
Terras Incultas	416.861	30,14	13.735	40,78	560.165	33,96	22.445	25,73	577.567	32,17
Total de Área Produtiva	1.342.422	97,08	-	-	1.608.657	97,54	-	-	1.719.545	95,79
Terras Improdutivas	4.039	2,92	-	-	40.633	2,46	-	-	75.616	4,21
TOTAL	1.382.812	100,00	27.235	60,56	1.649.290	100,00	37.673	40,01	1.795.162	100,00

FONTE: IBGE / CA - IPARDES

Dados retirados das tabelas 1.2.(s) e (t), em anexo.

Em termos da Estrutura interna de utilização da área é nítido o decréscimo das áreas de matas nestas três décadas e o ascenso das áreas com lavouras, enquanto a pecuária diminui em poucos pontos percentuais, mas cresce em termos absolutos. Tais alterações configuram uma estrutura de utilização da área em 1970 onde ainda predominam as terras incultas (32,17%), seguindo-se as áreas de pastagem (27,90%), de lavoura (18,36%) e por último as áreas de matas (17,35%).

Tomando-se em separado primeiramente as áreas de lavoura pode-se perceber que o maior incremento se dá na década de 1950. Isto ocorre não só para esta região como para o próprio Estado. O incremento percentual destas áreas foi nesta década de 132,45% para a Região e de 153,34% para o Estado (tabela 1.2.(s)). A nível de município é Guarapuava aquele que se destaca com um incremento percentual de 270,47%, indiscutivelmente é o município que sofre a maior alteração em termos de estrutura de utilização da terra.

Na década seguinte (1960/70) as áreas com lavouras continuam crescendo, mas de forma bem menos intensa.

Tal comportamento acompanha o ritmo de crescimento das áreas de lavoura no Estado. Na década de 1950 se intensifica a expansão da fronteira agrícola do Estado, implicando no aumento das áreas de lavoura. Semelhante processo se verifica também nesta região, notadamente em Guarapuava. O decréscimo verificado nas áreas e estabelecimentos de lavoura em Guarapuava, no ano de 1970, explica-se, em parte, pelos desmembramentos que

este município sofre, dando origem aos municípios de Inácio Martins e Pinhão.

Da mesma forma o município de Manoel Ribas, que perde para outra microrregião três de seus distritos.

Tais desmembramentos atingem igualmente as áreas destinadas à pecuária, sendo Guarapuava um dos municípios mais afetados da Região na década de 1960. No entanto, somando-se as áreas de pecuária correspondentes a Guarapuava, Inácio Martins e Pinhão, verifica-se que houve crescimento no montante de tais áreas.

Em termos relativos é a microrregião 20 a que mais cresce em área de pastagem no período 1960/70. Mas esse crescimento - (90,32%) perde seu significado quando se compara o montante de área de pecuária entre as duas microrregiões em termos de números absolutos. - 393.757 ha - MRH 23; 93.592 ha - MRH 20. Indiscutivelmente é a microrregião 23, e em especial o município de Guarapuava, que apresenta o maior destaque no conjunto regional em termos de área de pecuária.

Outro dado interessante que se pode retirar desta tabela (1.2.(t)) diz respeito à evolução da área de pasto plantado. De 1950 para 1970 a área de pasto plantado cresce de 1056 c/ha para 113.194 ha no total da Região Centro-Oeste. Isto é indicativo de uma racionalização da pecuária, uma pastagem gradativa de uma pecuária extensiva, rarefeita, pouco preocupada com a qualidade do gado e a rentabilidade econômica, para uma pecuária

mais intensiva, com preocupação pela melhoria do plantel bovino que procura se especializar na função de produtora de gado de corte e produtora de bezerros, que deverão ser repassados para a Região norte e noroeste do Estado para lá serem engordados.

Se o crescimento de área explorada em alguns casos não é claramente visível, o crescimento do número de estabelecimentos tanto de lavoura como de pecuária é evidente. Isto significa que a região passa por um processo de subdivisão de terra, sem que isso denote, até a década de 1970, mudanças profundas na estrutura fundiária Regional.

Em 1950 pode-se perceber, especialmente através da tabela I.2.(v), que a concentração de estabelecimentos e de área está em extratos diferentes. Melhor dizendo, enquanto a maioria dos estabelecimentos Rurais da Região se concentram em extratos de área que vão de 20 a 100 ha, o maior montante de área compõe os menores extratos - 100 a 500 ha e mais de 500 ha.

Dentro desta característica geral os pontos de destaque se encontram de um lado na microrregião 20, representada pelo município de Pitanga, onde se verifica a concentração num mesmo extrato tanto de estabelecimentos quanto de área (100 a 500 ha, se guindo-se o extrato de 50 - 100 ha). Tal situação, revela-se menos concentradora da terra quando comparada aos demais municípios da Região Centro-Oeste Paranaense. Em posição oposta encontra-se o município de Guarapuava. Neste a concentração da terra é um dado evidente - 66,93% do total das terras formam estabelecimentos maiores que 500 ha, que por sua vez constituem-se

apenas 11,45% do total de estabelecimentos. Os dados da tabela 1.2.(x) reforçam esta posição de Guarapuava, na medida em que mostram que 88,86% do total das terras que formam estabelecimentos maiores que 500 ha na Região Centro-Oeste paranaense encontram-se em Guarapuava. Neste aspecto pode-se perceber também a distribuição da participação desta Região no conjunto do Estado. Observando-se esta tabela, nota-se que a participação da Região no montante estadual cresce de forma progressiva dos menores para os maiores extratos de área. Assim, tem-se que a maior participação que a Região obtém no conjunto do Estado tanto para estabelecimentos quanto para montante de área encontra-se no extrato de 100 a 500 ha. Isto é também indicativo da característica de Região onde prevalecem os grandes latifúndios.

Em 1960 se polarizam ainda mais os estabelecimentos nos extratos inferiores, estando a área concentrada nos extratos superiores a 100 ha (tabela 1.2.(z) e 1.2.(a.a.)). Disto se depreende um processo de subdivisão da terra pela proliferação de estabelecimentos e aumento de área em todos os extratos até 500 ha. O único extrato a sofrer decréscimo de estabelecimentos e área é o de mais de 500 ha. No entanto, não se pode afirmar que este grupo sustente o processo de subdivisão da terra pois a sua perda é relativamente pequena. O que acontece é uma subdivisão dentro de todos os extratos de área, exceto no de 100 a 500 ha, pois este tem sua área média acrescida (tabela 1.2.(a.f.)).

Sem alcançar profundas alterações, esta estratificação se confirma em 1970 com 83,06% dos estabelecimentos concentra

dos nos grupos da área até 50 ha; e 83,27% da área compondo os grupos maiores de 50 ha. Portanto, a proliferação de estabelecimentos nos extratos inferiores fortalece uma estrutura concentradora da terra. São pequenos estabelecimentos que se multiplicam, e mesmo não se podendo precisar com os dados disponíveis quais as áreas que estas ocupam, pode-se afirmar a sua localização nas terras mais prejudicadas em termos de relevo, fertilidade, acesso, etc. Isto porque são estas terras as acessíveis para a maior parte da população rural tanto em termos financeiros, por serem as mais baratas, como em termos de disponibilidade para a venda ou para a ocupação. É natural que as melhores terras, as mais próprias da mecanização se concentrem em estabelecimentos médios ou grandes e que passem a ser exploradas dentro de padrões de produção mais definitivamente capitalistas. Isto ocorre, sem dúvida, na Região, principalmente na zona de Guarapuava por ocasião da introdução e expansão do cultivo da soja.

O crescimento no número de estabelecimentos rurais pode ser percebido também quando visto pelo aspecto de sua condição legal.

Tomando-se apenas os estabelecimentos predominantes, classificados como "únicos"<sup>13</sup>, percebe-se que, em termos absolutos, estes aumentam no decorrer das 3 décadas para todas as catego-

---

<sup>13</sup>O Censo Agropecuário classifica os estabelecimentos em únicos e mistos. Únicos são aqueles que se apresentam apenas sob uma condição legal e os mistos aqueles que se apresentam sob duas condições - ex.: próprios e ocupados.

rias. Já, em termos relativos, os estabelecimentos com propriedade legal e os ocupados decrescem em participação de 1950 para 1970, em favor dos estabelecimentos arrendados. (Ver tabela 1.2.(a.g.) e 1.2.(a.p.)).

Em termos da condição legal das terras só existe decréscimo tanto real como relativo para a situação de terras ocupadas. O decréscimo na situação de posse ilegal de terras e estabelecimentos é um dado significativo na Região. No entanto, em 1970 ainda é grande a participação de estabelecimentos na condição de ocupados, 15,51% - proporção maior que a registrada para o Estado, 9,03% (tabela 1.2.(a.o.)). Na verdade é nesta categoria que a Região alcança maior participação no total estadual - 11,67% do total de estabelecimentos ocupados - do Estado e 13,84% da área (tabela 1.2.(a.p.) e 1.2.(b.a.)).

O Centro-Oeste paranaense é uma das regiões do Estado onde o conflito gerado pela disputa das terras é problema de graves consequências sociais e mesmo econômicas. Isto porque a condição de posse não legalizada da terra gera uma situação de insegurança que afeta não somente a pessoa e a família do trabalhador como também a produção. O crédito agrícola é vedado em situações deste tipo, o que dificulta um aumento na produção e melhoria na produtividade pela aplicação de capital. Por outro lado a grilagem da terra que sempre está presente nas áreas de posse traz uma situação de total insegurança desde quanto à própria vida até quanto às possibilidades de produção. O decréscimo no montante de área e estabelecimentos nestas condições revela a ocorrência de um proces-

so de legalização e portanto a tendência à diminuição nos conflitos daí advindos.

Internamente à Região, é o município de Pitanga aquele que concentra a maior parte destes estabelecimentos - 30,12%. Apenas como ilustração, note-se que este município é notoriamente conhecido pelo que se convencionou chamar de "o grilo do Tigre" - área famosa pelos conflitos gerados pela posse e grilagem da terra.

Em termos de montante de área nesta condição no total da Região não é Pitanga o município que mais se sobressai, mas sim Guarapuava (ver tabela 1.2.(b.a.)).

Destaca-se nesta Região o crescimento que obteve o arrendamento de terras e estabelecimentos. Em 1950 os estabelecimentos arrendados representavam apenas 1,64% e a área 1,99% do Total Regional. Duas décadas após os estabelecimentos representam - 13,18% e a área 3,55% da Região. É uma participação muito inferior à registrada para o Estado nesta categoria, mas seu crescimento denota algumas mudanças nesta região. A prática do arrendamento, tradicionalmente, obedece a uma equação composta de algumas variáveis básicas: concentração de terras e baixo nível de exploração. Os pequenos proprietários, ou ocupantes, normalmente situados em áreas pequenas e/ou prejudicadas necessitam arrendar terras de outras propriedades como forma de complementar a produção. Por outro lado, as médias e grandes propriedades dispõem de terras a arrendar em decorrência de sua baixa exploração. Dessa forma, a tendência é aumentar o arren-

damento na medida em que diminuem as possibilidades de produção na pequena propriedade. Dentro destas características normalmente são arrendadas pequenas áreas vista pela área média em 1970, aproximadamente 12 ha.

Este tipo de arrendamento parece ter predominado até o final da década de 1960. É provável que o arrendamento continue crescendo em importância, mas atualmente dentro de novas formas e em função de novas necessidades que a entrada e expansão de soja - e com ela de outras culturas - da mecanização, etc, passou a requerer.

O maior crescimento, tanto em exploração de terras quanto em ocupação de pessoal na agricultura, deu-se na década de 1950. O número de proprietários triplica, o de arrendatários é, em 1960, dezenove vezes maior do que o montante que havia em 1950, o de membros não remunerados da família quadruplica e dobra o número de empregados. No entanto, nas três décadas, a categoria que congrega o maior número de pessoas ocupadas no setor primário e que aumenta progressivamente a sua participação, é a dos membros não remunerados da família (47,58 % em 1950; 46,79% em 1960 e 59,62% em 1970, segundo as tabelas I.2.(b.c.), I.2.(b.f.) e I.2.(b.i.)). Esta é a mão-de-obra típica de uma economia de subsistência excedente. É a população que se auto-sustenta, produzindo em pequenos estabelecimentos tanto próprios como ocupados, ou mesmo na situação de parceria e arrendamento. No entanto, falar apenas em auto-sustentação ou auto-geração de emprego para caracterizar esta condição seria cometer uma séria omissão. Esta população, alocada em peque-

nos estabelecimentos, produzindo através do emprego da sua força, de algumas ferramentas e, quando muito, da força animal, gera um excedente comercializável capaz de suprir a demanda do mercado urbano por determinados produtos. Este é o caso típico da produção de feijão e também, em larga escala, do milho.

Sem se pretender fazer uma análise do papel econômico e social da pequena propriedade e nem da população que nela trabalha e sobrevive, pode-se apontar ainda, a característica de oferta potencial de mão-de-obra que assume esta população.

Uma população que tende sempre a crescer numa terra propensa a reduzir-se e desgastar-se, passa a ser sempre uma oferta disponível para o trabalho em épocas de maior exigência da produção nos grandes e médios estabelecimentos rurais. As relações de trabalho que, neste caso, se estabelecem variam desde o assalariamento por tempo determinado, por hora ou dia, ou a empreitada, até a parceria e o arrendamento.

A relação de assalariamento é, na região, decrescente tanto em termos relativos como absolutos. A categoria de empregados chegou a representar, em 1950, 27,98% do total da força de trabalho regional, diminuindo em 1960 a participação relativa, mas aumentando a absoluta. No entanto em 1970 esta categoria apresenta um decréscimo absoluto, passando a representar apenas 7,72% da força de trabalho na Região. Mesmo sendo a maioria considerada como empregados temporários, nas três décadas, supõe-se ser a atividade extrativa aquela que congregou a maior parcela desta mão-de-obra. Com a decadência desta atividade di

minui sensivelmente a quantidade de pessoas que nela podiam se ocupar.

Na verdade não se pode, com os dados secundários disponíveis, apontar outra atividade econômica que possa ter sido responsável por absorver população na condição de assalariados a ponto de representar no caso dos empregados temporários 9,96% em 1950 e 9,86% em 1960 desta categoria no total estadual (tabela 1.2.(b.d.) e 1.2.(b.g.)).

A atividade pecuária tem, sabidamente, um baixo coeficiente H/ha. Por sua vez a atividade agrícola que apresenta um crescimento significativo somente após 1950, não se baseia em culturas que exijam a utilização de mão-de-obra assalariada. Tomando-se dados mais recentes, numa série histórica que vai de 1970 a 1973, pode-se observar que a base agrícola regional é composta basicamente por culturas realizáveis em pequenos estabelecimentos com mão-de-obra familiar, é o caso do milho que representa a maior área escolhida nestes quatro anos, e o feijão, segunda maior área (tabela 1.2.(b.L.)).

A produção de milho e feijão é relativamente instável, sendo o ano de 1973 aquele que apresenta o principal decréscimo em área colhida. Estas variações estão na dependência não só de problemas climatológicos como de oscilações no preço dos produtos no mercado.

Na produção de milho e feijão não é o Município de Guaruapuava aquele que mais se destaca, mas sim Pitanga, Palmital e

Laranjeiras do Sul (no primeiro caso). No entanto, tratando-se de culturas mais dinâmicas que exigem produção de tipo empresarial é, indiscutivelmente, Guarapuava o município que se destaca. Isso não só na produção da soja como também na do trigo e arroz, conforme mostram os dados da tabela 1.2.(b.L.).

Esta tabela mostra também que a produção de soja em Guarapuava é pouco significativa em 1970, tomando-se por base a sua produção nas demais culturas. Pode-se dizer que ela começa a se tornar representativa em área colhida a partir de 1972.

Segundo dados obtidos na Acarpa, no período 1973/74, a área plantada de soja em Guarapuava era de 34.500 ha, com uma produção total de 60.375. Eram responsáveis, por esta produção 1.100 produtores. No período seguinte, de acordo com tais dados, a cultura da soja passa a liderar em termos de área plantada em relação às demais culturas. São 48.000 ha plantados, que resultam em 95.000 t de grão. O milho que é a segunda maior produção atinge 81.000 t num total de 45.000 ha de área plantada. Neste período os técnicos da Acarpa calcularam que 97% da área plantada de soja era mecanizada.

Em termos de expansão da cultura da soja neste município, os dados de Acarpa são reveladores. No ano agrícola de 1975/76 a área plantada da soja passa para 57.000 ha, obtendo-se uma produção 106.000 t. Calcula-se neste ano que praticamente toda a produção seja motomecanizada.

Apesar de tais dados não poderem ser tomados com absoluto rigor, eles evidenciam um crescimento acelerado da soja no

município e em moldes totalmente empresariais. No município praticamente não se encontra a pequena propriedade produzindo soja com baixo nível tecnológico, segundo a caracterização dos produtores de soja elaborada no último encontro da soja realizado no ano de 1976, na cidade de Ponta Grossa.

## PARTE II

### II.1 ALGUNS MECANISMOS QUE VIABILIZARAM A CAPITALIZAÇÃO DA AGRICULTURA.

Conforme foi visto no item I, o processo que culmina com um incremento do consumo da soja tanto a nível nacional como no mercado internacional ocorreu e continua ocorrendo como parte da expansão do capitalismo. A riqueza protéica da leguminosa vai fundamentar o desenvolvimento de mecanismos ligados à produção de maquinários que vão operar em todas as fases da obtenção do produto, desde seu plantio até os muito variados derivados industriais. Na economia nacional os efeitos são sentidos, sobretudo, pela elevação da demanda do produto em grão o que vai incidir diretamente sobre a agricultura, que responde por sua vez com notável incremento de área. A movimentação internacional para a produção e transformação da soja se traduz em acréscimo no produto interno bruto e na receita cambial, o que vem de encontro aos interesses da política de exportação. Nesse sentido considerou-se importante reproduzir duas tabelas e trechos da análise retiradas do trabalho: "A política brasileira de comércio exterior e seus efeitos: 1967/73"<sup>1</sup>, que apontam o compor-

---

<sup>1</sup>Doellinger, Carlos Von, Faria, Hugo B. de Castro e Cavalcanti. Leonardo Caserta in a política brasileira de comércio exterior e seus efeitos:1967/73 - IPEA - coleção relatório de pesquisa IPEA/INPES - 1974 - Rio de Janeiro.

tamento da pauta de exportações. A partir da tabela 11.1.(a) - "pode-se constatar, então, que do acréscimo de US\$ 2337 milhões observado no período US\$ 743 milhões (31,8%) couberam ao setor Agropecuário, US\$ 938 milhões (40,1%) ao setor Agroindustriais e Indústrias Tradicionais, US\$ 297 milhões (12,7%) ao setor de Indústrias Modernas, US\$ 266 (11,4%) ao setor de Atividades Extrativas e US\$ 93 milhões (4,0%) ao grupo "Outros Produtos".<sup>2</sup>

Adiante a análise introduz ponderações acerca da taxa de crescimento setorial das exportações concluindo: "apesar do grande incremento experimentado nos últimos anos nas exportações de produto com maior grau de industrialização, ainda assim os produtos agrícolas em bruto ou com pequeno coeficiente de elaboração foram os principais responsáveis pela elevada taxa de crescimento das exportações brasileiras no período"<sup>3</sup>. Na tabela 11.1.(b) que especifica a participação no total das exportações para os principais produtos agropecuários está muito nítido o incremento tanto para soja de 1,8% em 1967 para 3,2% em 1972, como para farelo e torta de soja respectivamente 0,6% e 3,8% no mesmo período.

Por outro lado, são desencadeados nesta época mecanismos que vão tornar possível um crescimento da oferta desses produtos cuja demanda é crescente no mercado externo e interno. O instrumental empregado é amplo e vai desde a divulgação para reforçar o "efeito demonstração" de produtores bem sucedidos à criação de programas em várias frentes.

---

<sup>2</sup> Idem, Ibidem

<sup>3</sup> Idem, Ibidem

TABELA 11.1.(a) - EXPORTAÇÕES POR SETORES DE ATIVIDADES

SETORES	MILHÕES DE DÓLARES FOB						Taxa Média de Crescimento Anual	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA EXPORTAÇÃO						Participação Média no Período	Decomposição da Taxa Média de Crescim. Anual	Participação dos Setares na Taxa de Crescimento
	1967	1968	1969	1970	1971	1972		1967	1968	1969	1970	1971	1972			
Agropecuária <sup>a</sup>	1047	1195	1407	1546	1392	1790	11,3	63,29	63,52	60,88	56,46	47,94	44,85	56,16	6,4	33,2
Agroindústrias e Ind. Tradic. <sup>b</sup>	316	391	492	563	715	1254	31,7	19,13	20,81	21,31	20,54	24,63	31,42	22,97	7,3	37,8
Ind. Moderna <sup>c</sup>	113	96	139	239	252	410	29,4	6,83	5,10	6,02	8,74	8,66	10,27	7,60	2,2	11,4
Extrativismo <sup>d</sup>	149	171	226	315	358	415	22,7	8,98	9,06	9,76	11,49	12,32	10,40	10,34	2,4	12,4
Outros Produtos <sup>e</sup>	29	28	47	76	187	122	33,3	1,77	1,51	2,03	2,77	6,45	3,06	2,93	1,0	5,2
TOTAL	1654	1881	2311	2739	2904	3991	19,3	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	19,3	100,00

FONTES. CACEX, Exportação JAN/DEZ 72, e Relatório da CACEX, Elaboração: IPEA

- a) Inclui os produtos agrícolas em bruto e carnes congeladas
- b) Inclui as indústrias de alimentos, couros e peles, processamento de fumo (exclusive cigarros), madeiras, têxteis naturais, vestuário e calçado, gorduras, óleos e ceras vegetais e animais.
- c) Inclui as indústrias de produtos químicos (inclusive plásticos e farmacêuticos) têxteis sintéticos, metais comuns e seus manufaturados, máquinas e aparelhos, material elétrico, material de transporte e cigarros.
- d) Produtos extrativos vegetais, animais (pesca) e minerais (minérios em bruto).
- e) Inclui indústrias de borracha, papel e papelão, cartolina e cartão, livros, artes gráficas em geral, vidros e produtos não classificados, assim como as chamadas "Transações Especiais".

TABELA II. 1. (b) - EXPORTAÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS PRIMÁRIOS

(US\$ Milhões)

PRODUTO	1967	%	1968	%	1969	%	1970	%	1971	%	1972	%
CAFÉ	707	42,7	774	41,2	813	35,2	939	34,3	773	26,8	989	24,8
ALGODÃO	91	5,5	131	7,0	196	8,5	154	5,6	137	4,8	189	4,7
CARNE BOVINA	4	0,2	13	0,7	28	1,2	63	2,3	99	3,4	169	4,2
CACAU	61	3,7	46	2,5	106	4,6	78	2,9	62	2,2	59	1,5
AÇÚCAR	84	5,1	104	5,5	117	5,1	132	4,8	146	5,1	314	7,9
SOJA	29	1,8	6	0,3	29	1,3	27	1,0	24	0,8	128	3,2
SISAL	16	1,0	17	0,9	16	0,7	15	0,6	15	0,5	22	0,6
ÓLEO DE MAMONA	23	1,4	36	1,9	45	2,0	38	1,4	39	1,4	54	1,4
FARELO E TORTA DE SOJA	10	0,6	19	1,0	23	1,0	44	1,6	82	2,9	152	3,8
MILHO	22	1,3	57	3,0	33	1,4	81	3,0	75	2,6	10	0,3
TOTAL	1047	63,3	1203	64,0	1406	61,0	1571	57,5	1452	50,5	2086	52,1
TOTAL DAS EXPOTAÇÕES 1654	100,0	100,0	1881	100,0	2311	100,0	2739	100,0	2882	100,0	3989	100,0

FONTE: CACEX, po. cit.

Estes aspectos estão muito nítidos no discurso proferido pelo assessor especial da diretoria do Badep no III encontro com a soja: "O mercado internacional é ávido por soja, é ávido pelo conteúdo protéico da soja... em 1970 a soja em grão tinha uma cotação internacional em torno de 95 dólares a tonelada... o farelo em torno de 80 dólares a tonelada... em maio o Mercado de Chicago fechou em baixa com 322 dólares a tonelada, da soja em grão... e o farelo... fechou a 318 dólares a tonelada de farelo e torta. Demonstrada a aceitação no mercado externo salienta a capacidade de processamento das várias indústrias no Estado":... "Aqui vai um apelo aos senhores produtores, haverá necessidade de aumentar a produção da soja, porque esta é a nossa capacidade atual (5.000 t/dia), perspectivas de ampliação desse parque existem"...<sup>4</sup>

A capacidade de resposta dos produtores agrícolas esteve assentada em medidas de política econômica, que asseguraram - acesso a crédito, assistência técnica, investimento em infraestrutura necessária, transporte, armazenagem e escoamento da produção, próprios a um momento na conjuntura brasileira que visou incrementar a produtividade e a produção agrícola do país na década de 1970. Vinicius Caldeira Brant<sup>5</sup> no trabalho "Do colono ao bóia-fria" cita uma lei complementar aprovada pelo congresso em 1969, visando estimular o emprego de insumos mo-

---

<sup>4</sup>Estado do Paraná. Corredores de exportação em relação à soja no Paraná. 24/8/73.

<sup>5</sup>Brandt, Vinicius Caldeira, do Colono ao Bóia-Fria. Transformação na Agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis (EBRAP) - 1975.

dermos na agricultura"... isenção do ICM às matérias-primas participantes, da produção agrícola, o que virá proporcionar sensível redução nos preços de adubos, fertilizantes, inseticidas, rações balanceadas, sementes, mudas e mais uma dezena de produtos essenciais à avicultura, pecuária e agricultura. Outras medidas adotadas na mesma ocasião: dedução do imposto de renda para os investimentos realizados no setor agrícola, isenção total do imposto de renda para as empresas agrícolas criadas nos próximos 3 anos, etc...

O sistema de transporte, armazenagem e escoamento da produção agrícola no Paraná mereceu um programa especial - Corredores de Exportação que previa:

- aumento na capacidade estática de armazenamento de 155.000 toneladas na primeira etapa e 145.000 na segunda;
- adequação do porto de Paranaguá em termos de ampliação da capacidade de recepção, de armazenagem e dragagem que permitam aproximação ao porto para navios de maior porte;
- construção e pavimentação da rede viária troncal e do sistema viário complementar, as estradas vicinais.

Com o sentido de transformar os moldes de produção agrícola e introduzir melhorias e, ainda, para cumprir as necessidades de tornar a agropecuária nacional mais produtiva e rentável um volume significativo de recursos foi destinado à área de pesquisa na agropecuária. As verbas destinadas à pesquisa nessa área foram aumentadas de 43 milhões de cruzeiros em 1973 para 776

milhões em 1976. Paralelamente a Embrater, para o trabalho de assistência técnica, teve seu orçamento aumentado de 50 milhões de cruzeiros em 1974 para 518 milhões em 1976.<sup>6</sup>

Para melhor atender às necessidades tecnológicas determinadas pelo objetivo de aumentar a produtividade, a Embrapa implantou onze centros nacionais de pesquisas por produto, três centros regionais dedicados a pesquisas em recursos naturais, um banco de Germoplasma, um Serviço de Produção de Sementes Básicas e Serviço de Conservação de Solos.

O Centro Nacional de Pesquisa da Soja representa uma dessas unidades específicas. Como objetivos a curto prazo consta do projeto de implantação desse centro o desenvolvimento de uma tecnologia adequada para cada região, bem como a definição das espécies de soja mais apropriadas. Paralelamente estão previstas pesquisas voltadas à solução de problemas que se constituem limitantes ao desenvolvimento da cultura e que exigem resposta mais imediata. A longo prazo estão previstas as pesquisas básicas, que visam o conhecimento dos fatores do complexo limitante da produção.

Complementando estas medidas são manejados outros mecanismos como preço mínimo e PROAGRO e fundamentalmente um incremento substancial nos recursos financeiros.

---

<sup>6</sup>Revista Veja, 25 de fevereiro de 1976.

As Duas Faces da Agricultura, página 63.

Nesse sentido os dados de empréstimos realizados pelo Banco do Brasil - que representa cerca de 70% do crédito rural brasileiro são relevantes: em 1972 o volume de recursos financeiros orientados para agropecuária alcançou a cifra de 15 bilhões de cruzeiros, em julho de 1975 esse total tem um aumento notável para 57,5 bilhões. Vale observar que comparando-se ao total de empréstimos nota-se neste período 1972/75 um crescimento acentuado da proporção dos recursos destinados a custeio e investimento na agropecuária. Ao que parece, esta é a principal fonte fornecedora de recursos para a capitalização da agricultura neste período.

Em outras palavras, a expansão e desenvolvimento de lavouras mecanizadas, bem como a utilização de práticas agrícolas mais avançadas, emprego de fertilizantes, inseticidas ou herbicidas foram viabilizados quando medidas de política econômica canalizaram recursos financeiros para a formação de capital na agricultura.

Não seria correto apontar a orientação do capital para a agricultura sem reconhecer a importância desta atividade constituindo-se num novo e importante mercado consumidor e produtor para o conjunto da economia, principalmente para as grandes firmas que respondem pela produção de máquinas e fertilizantes e ainda pela comercialização e transformação.

O aumento no volume de recursos orientados para a introdução de máquinas e insumos modernos na agricultura pode ser observado nas tabelas II.1.(c), (d), (e) e (f), referentes à

TABELA 11.1.(c) - CRÉDITO PARA INVESTIMENTO NOS PRINCIPAIS PRODUTOS PARANAENSES MELHORAMENTOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E AQUISIÇÃO DE ANIMAIS - Cr\$ 1.000,00

	NÚMERO DE CONTRATOS					
	1973	%	1974	%	1975	%
ALGODÃO	17.960	3,0	33.814	3,4	14.416	1,0
AMENDOIM	608	0,1	212	0,0	672	0,0
ARROZ	20.412	3,4	29.446	2,9	94.845	4,9
BATATA-INGLESA	8.303	1,4	15.354	1,5	15.315	0,8
CANA-DE-AÇÚCAR	1.554	0,3	142.336	14,1	395.014	20,3
CAFÉ	139.148	23,2	181.622	18,0	396.749	20,3
FEIJÃO	2.810	0,5	4.183	0,4	2.660	0,1
MAMONA	1.921	0,3	1.772	0,2	114	0,0
MANDIOCA	1.322	0,2	980	0,1	762	0,0
MILHO	38.632	6,4	77.224	7,7	139.059	7,1
RAMI	3.017	0,5	3.376	0,3	2.427	0,1
SOJA	322.415	53,7	442.133	43,8	697.477	35,8
TRIGO	41.704	7,0	76.743	7,6	187.269	9,6
TOTAL	599.806	100,0	1.009.195	100,0	1.950.779	100,0

FONTE : BANCO DO BRASIL - CREA I

TABELA II. 1. (d) CRÉDITO PARA INVESTIMENTOS NOS PRINCIPAIS PRODUTOS PARANAENSES MELHORAMENTOS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ,  
VEÍCULOS E AQUISIÇÃO DE ANIMAIS

	NÚMERO DE CONTRATOS					
	1973	%	1974	%	1975	%
Algodão	1.317	5,1	1.963	7,9	626	2,4
Amendoim	89	0,3	36	0,1	57	0,2
Arroz	649	2,5	581	2,4	1.621	6,3
Batata-Inglesa	774	3,0	655	2,7	395	1,5
Cana-de Açúcar	19	0,1	29	0,1	27	0,1
Café	9.926	38,4	7.621	30,9	6.158	23,8
Feijão	274	1,1	243	1,0	198	0,8
Mamona	277	1,1	200	0,8	9	0,0
Mandioca	70	0,3	55	0,2	37	0,1
Milho	3.484	13,5	4.349	17,6	5.325	20,5
Rami	132	0,5	131	0,5	49	0,2
Soja	8.110	31,3	7.720	31,3	9.277	35,8
Trigo	756	2,9	1.105	4,5	2.153	8,3
TOTAL	25.877	100,0	24.688	100,0	25.932	100,0

FONTE : Banco do Brasil - CREA I

TABELA II. 1. (e) FINANCIAMENTO PARA COMERCIALIZAÇÃO DE SOJA NO PARANÁ - 1970/75

ANOS	FINANCIAMENTOS CR\$ 1.000,00			PRODUÇÃO (*)		
	TOTAL*	SOJA	%	ESTADUAL	FINANCIADA	%
1970	574,82	100,36	17,6	369.006	413,83	11,2
1971	859,83	187,48	21,8	461.746	656,02	14,2
1972	2.125,88	793,02	39,3	688.158	1.943,92	28,2
1973	3.587,98	2.133,02	59,4	1.327.418	2.862,59	21,6
1974	7.519,47	4.620,46	61,5	2.588.880	7.951,66	30,7
1975	22.993,94	16.709,39	72,7	3.624.946	19.431,90	53,6

\*Total dos financiamentos se refere à comercialização de algodão, amendoim, arroz, feijão, mamona, e soja

FONTE : Banco do Brasil - CREA I

TABELA 11.1. (f) - PARTICIPAÇÃO DO FINANCIAMENTO DE CUSTEIO DE SOJA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CULTURAS NO PARANÁ - 1970/75.

ANOS	FINANCIAMENTO PARA CUSTEIO Cr\$ 1.000			ÁREA FINANCIADA 1000 ha			FINANCIAMENTOS MÉDIOS Cr\$ / ha			ÁREA CULTIVADA 1000 ha			ÁREA FINANCIADA ÁREA CULTIVADA%	
	TOTAL *	SOJA	%	TOTAL	SOJA	%	TOTAL	SOJA	%	TOTAL	SOJA	%	TOTAL	SOJA
1970	421,396	197,33	4,7	1.370	103	7,5	307,6	191,6	62,2	5.509	304	5,5	24,9	33,9
1971	430,756	564,82	13,1	1.344	161	12,0	319,6	350,8	109,8	5.717	358	6,3	23,5	45,0
1972	719,014	1.273,70	17,7	1.818	314	17,3	395,4	405,6	102,6	5.809	453	7,8	31,3	69,3
1973	1.208,269	2.764,75	22,9	1.995	488	24,5	606,0	566,5	93,5	5.417	818	15,1	36,8	59,7
1974	2.494,762	5.851,24	23,5	2.340	601	25,7	1.066,1	973,6	91,3	6.997	1.340	19,2	33,4	44,9
1975	3.655,177	11.173,38	32,1	2.911	950	32,6	1.255,6	1.235,1	98,4	7.224	1.632	22,6	40,3	58,2

\* Total dos financiamentos se refere ao custeio de algodão, amendoim, arroz, café, feijão, batata-inglesa, mamona, mandioca, milho, rami, soja e trigo.

FONTE: Banco do Brasil - CREA1

evolução do crédito para investimento, custeio e comercialização para os principais produtos agrícolas.

Nos dados pertinentes a investimento que compreendem a aquisição de máquina, equipamentos, veículos, animais e mais os melhoramentos realizados no estabelecimento, percebe-se que em bora o número de contratos não apresente alteração muito significativa, passando de 25.877 em 1973 para 25.932 em 1975, no valor desses contratos o aumento é notável: 599.806 mil cruzeiros em 1973 para 1.950.779 mil cruzeiros em 1975. Tomando-se o financiamento para custeio, onde incide principalmente o emprego de produtos químicos, o aumento é de 421.396 mil cruzeiros em 1970 para 3.655.177 mil cruzeiros em 1975.

Observando-se o conjunto dos produtos nota-se para ambas as categorias de financiamento - investimento e custeio - e mesmo para comercialização, que a soja no decorrer do período 1970/75 responde pela absorção desses recursos em proporções nitidamente maiores. Se em termos de custeio e comercialização a participação é crescente, na ordem dos recursos para investimento o peso relativo diminui. Isto leva a se pensar que a necessidade de equipar-se para lavouras mecanizadas, como da soja, tenha ocorrido mais acentuadamente neste período e que a demanda para estes fins tenda a reduzir-se. No entanto, tem-se a considerar que as constantes inovações na mecânica de implementos e máquinas agrícolas obrigam os produtores a enfrentar com muita velocidade a obsolescência de certos equipamentos. O exagero deste processo se pode constatar in loco quando se depara com colhedeiras que se tornaram obsoletas em 5 anos. A obsolescência pasa a ser muito mais extrema porque a técnica empregada faz par

te de um conjunto que deve operar articulado. Por exemplo, na medida em que o transporte e recepção do produto é realizado a granel, torna-se muito mais complicado e quase impraticável o trabalho em colhedei<sup>r</sup>as que ensacam o produto.

Por sua vez deve ser considerado que ao se acelerar o processo de colheita está se aumentando a produtividade do trabalho e reduzindo a dependência de mão-de-obra e os riscos imbutidos no processo mais lento de colheitas, como quebras na produção física em função de problemas climáticos.

A problemática própria ao momento de colheita, que implica na coincidência de condições climáticas favoráveis com o ponto de maturação da lavoura, é permeada de riscos, o que leva o agricultor a ter preocupações em equipar-se seguramente para a colheita. Entre os produtores entrevistados, provavelmente porque a região está mais sujeita à frequência de chuvas, percebe-se uma atenção especial à este momento.

A aquisição da colhedeira representa a emancipação do produtor, e como é economicamente inviável se adquirir uma colhedeira para área inferior a 200 ha a propriedade da colhedeira implica numa área mínima. Por sua vez o aumento da área vai obedecendo a medidas técnicas adequadas ao número de máquinas. Assim, a expansão da área se vincula a acréscimo também no capital investido em equipamentos. Embora o aluguel de máquinas, particularmente de colhedei<sup>r</sup>as seja submetido a rigoroso contrato, comprometendo seu locador com a safra contratada, a insegurança transparece na observação de um produtor, dentre os entrevistados, que recorre ao expediente de aluguel: "o dia da colheita está tratado, mas se chove vai atrasar a minha e a dos outros que também já trataram,

daí, muitos podem ter prejuízo". A outro dos produtores entrevistados a segurança estava em operar com equipamento novo, fator que permite empregar intensivamente a máquina sem os riscos presentes em equipamentos mais usados. Isto exigia a substituição anual da máquina, mas também lhe possibilitava colher 350 ha com apenas uma colhedeira, enquanto na média a proporção é de uma para 200 ha.

Não se pode afirmar que na fase da preparação do solo que consome um maior número de horas/máquinas não ocorra a preocupação com o desempenho, ou que o equipamento seja empregado menos intensivamente. Entretanto, nesta fase, a margem de flexibilidade é maior e os riscos de se atrasar um pouco o plantio não são comparáveis aos contidos num atraso na colheita. O aumento na intensidade de utilização do equipamento se deve na maioria das vezes ao pouco espaço de tempo que separa a colheita do trigo do plantio da soja. Como via-de-regra, a soja vai ocupar estas áreas, a preparação implica em intensificar o trabalho. Em vista disso, os produtores têm tacitamente mantido como alternativa uma área de trigo bem inferior à de soja, na medida em que a soja é economicamente mais rentável.

O acesso a recursos financeiros que possibilita aos produtores obter grandes índices de produtividade, internaliza-se na forma de produção, condicionando constantemente a absorção de novos equipamentos e insumos.

O engajamento e a continuidade neste tipo de agricultura traz em si implicações que ora se apresentam como as grandes questões na agricultura paranaense.

## 11.2. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS PRODUTORES NA CULTURA DA SOJA.

Na região em estudo observa-se um processo de modernização da agricultura, isto é, uma transformação na composição dos meios de produção. Ocorre, pois, um aumento no capital empregado na forma de máquinas, implementos e insumos agrícolas em geral e a diminuição dos gastos com mão-de-obra. Esse processo, com todas as suas conseqüências, vem se dando fundamentalmente na cultura da soja e em decorrência nas culturas de arroz e trigo, cuja expansão é impulsionada pela soja.

Conforme já se observou anteriormente, a expansão da cultura da soja no Brasil foi condicionada por uma demanda organizada no mercado internacional, feita pelas grandes firmas transformadoras e comercializadoras dos grãos de soja. O mercado a que se destinava a produção foi, portanto, um importante fator para que a cultura da soja se fizesse dentro de determinadas condições técnicas.

Toda essa conjuntura foi favorecida por uma política agrícola governamental de aumento de produtividade, principalmente nos produtos destinados à exportação, já descrita.

Foram estabelecidas, pois, todas as condições e exigências para que se desenvolvesse uma determinada forma de produ-

ção, assentada num alto investimento em capital.

Quando foram dadas as condições para a expansão (as grandes compras das usinas a partir de 1971<sup>7</sup> e aumento da demanda internacional a partir de 1973) com o alto preço do grão de soja, as altas taxas de lucro iniciais obtidas na produção desta cultura atraíram capitais para esta atividade, tendo também muitos pequenos produtores abandonado suas culturas tradicionais para dedicarem-se a ela.

O investimento em capital diminui os custos de produção tanto aumentando a produtividade por hectare, quanto aumentando a produtividade da força de trabalho. Os menores custos de produção vão favorecer os estabelecimentos agrícolas, cuja capitalização é maior pelo mecanismo de apropriação do excedente e pelas economias de escala. Considerando que há um único preço, no mercado, para o produto - e que este preço, desde que haja uma demanda é suficiente para cobrir os custos de produção mais a taxa média de lucro, mesmo para os produtores colocados nas piores condições (fertilidade natural, pouca capitalização, etc.) - os agricultores que conseguem produzir a custos menores, conseqüentemente têm maiores oportunidades de realizar uma acumulação, investindo em mais terras ou em novos equipamentos, insumos etc.

Ora, tem-se que considerar ainda que se os produtores obtêm pelo menos o preço mínimo estabelecido pelo governo, podendo colocar o produto a venda no melhor momento do mercado, não

---

<sup>7</sup>Henklein, Everlindo e Wilberg, Eunice de Quadros. Op. Cit.

é o que acontece sempre com os pequenos produtores que acabam muitas vezes vendendo sua produção abaixo do preço mínimo por não possuírem condições de esperar por esses melhores momentos. Isso significa que os produtores colocados em pior situação só podem manter-se dentro da atividade, desde que haja uma demanda suficiente do produto que assegure um preço no mercado para que mesmo esses produtores obtenham com a cobertura dos seus custos de produção.

Essas considerações foram introduzidas para evidenciar que a participação do produtor na soja só será possível na medida em que este se adapte às medidas técnicas socialmente estabelecidas, assim a entrada de um produtor nesta atividade implica em disponibilidade de recursos financeiros suficientes - para enfrentar este nível de investimento.

De modo geral a forma de produção da soja obedece a critérios definidos, no entanto é importante conhecer os aspectos específicos que envolvem esta cultura no seu papel de uma cultura tipicamente capitalista, que vem se expandindo numa região onde predomina a agropecuária tradicional. A noção de agricultura tradicional é empregada para designar atividades rurais cuja produção se destina em parte para o consumo do produtor e de sua família e um excedente é comercializado, ou ainda, aquelas economias onde a forma de produção não esteja implicando em investimentos em insumos e maquinário que em última instância conduzem a uma concentração do capital.

Em Guarapuava, município privilegiado nesta análise, estas duas formas estão presentes. A coexistência destas e, prin

principalmente, o avanço sobre uma forma tradicional da agricultura empresarial, resultam em especificidades, no processo capitalista, que orientam o desenvolvimento da soja.

O desenvolvimento da produção agrícola em moldes empresariais liga-se assim como apontou Brandt "a uma nova estrutura produtiva de rápida resposta à conjuntura de preços, estrutura que se deve menos aos pressupostos herdados do passado, do que às condições criadas pelo mercado, pelo crédito e last but not least pela política governamental em relação ao grande capital na agricultura."<sup>8</sup>

A participação neste processo implica portanto em uma certa acumulação de capital. Para os produtores mais antigos, os cooperados da Central Agrária de Entre-Rios, este processo, ainda que gradativo, se fez com bastante velocidade na medida em que não apenas ocuparam uma área muito fértil, o que lhes garantiu uma renda adicional, como contaram com facilidades de financiamentos tanto nacionais como estrangeiros. A experiência bem sucedida se expande não apenas em áreas próprias como em terras arrendadas, levando a muitos proprietários de terra se transformarem em simples rentistas. A perspectiva de obter o aluguel da terra é um dos elementos que trará mudanças importantes na população ocupada, isto porque o arrendamento passa a ser uma opção que substitui as atividades agrícolas que se realizavam por exemplo com parceiros, e que agora se tornam comparativamente desvantajosas.

---

<sup>8</sup> Brandt, Vinicius Caldeira. Op. cit.

Também é possível distinguir um grupo para o qual as condições de inserir-se, ou manter-se numa agricultura empresarial, esteve baseado em avanço de fronteira agrícola.

Neste caso as terras de Guarapuava significaram esta possibilidade não exatamente como disponibilidade de terras, mas como terras mais baratas. Desse modo o capital necessário para que se desse esta passagem adveio da venda em regiões mais valorizadas e compra na nova frente de expansão dessa cultura. Entretanto não se pode afirmar que Guarapuava de fato tenha se constituído em uma nova frente de expansão. Na verdade, a região se caracteriza por grandes áreas de propriedade muito antiga. São áreas mantidas, em geral, como investimento que oportunamente podem ser acionados para incrementar seus rendimentos. Assim, as terras negociáveis não serão aquelas de maior fertilidade ou mais aptas para mecanização, estas serão as sujeitas a arrendamento, ou exploradas por conta própria; portanto as áreas disponíveis são principalmente áreas menores, em regiões menos apropriadas, e a expansão de fato se daria sobre áreas em grande parte arrendadas. Este aspecto pode ser observado nas entrevistas realizadas, quando ao lado da cultura em terra própria se encontram muitas vezes uma área plantada maior, em terras arrendadas.

Um terceiro grupo pode ser apontado. Compreende os casos em que as condições de inserção na produção da soja são dadas a partir de uma sociedade estabelecida sob normas contratuais - entre um proprietário de terras e um proprietário de equipamentos agrícolas. Tais sociedades tendem a encarar como equivalente a terra e o equipamento, repartindo os custos e rendimentos.

É evidente que em todos os casos as medidas de política econômica através de facilidade de financiamento a juros baixos estão respaldando a entrada do produtor no empreendimento agrícola. Para tornar mais explícito em que condições esta ocorre, tentou-se isolar certos aspectos.

Não se pode deixar de lado aqueles casos onde o processo de integração com o produtor de soja é preparado a longo prazo. Esta situação diz respeito principalmente aos proprietários de terras que vêm perpetuando na região a criação extensiva do rebanho bovino. A mudança implica em reorganização da atividade anterior num processo de gradual intensificação da pastagem plantada acompanhada de melhoria na qualidade do rebanho, com a finalidade de liberar áreas de pastagem para a agricultura. Nesse contexto o primeiro passo é a formação de pastagem. Na maioria dos casos a via empregada tem sido o arrendamento a terceiros de uma área para exploração de diferentes culturas - (batata, arroz etc.) através de contratos onde está prevista como forma complementar ao pagamento, deixar o pasto em formação.

Por outro lado, como a soja requer um preparo rigoroso de solo, uma lavoura desta leguminosa em terra bruta implica em custos muito elevados. Portanto, a forma economicamente viável tem sido realizar em terras de primeira lavoura uma cultura mais rústica como o arroz durante um ou dois anos e simultaneamente proceder à correção e preparo de solo exigida pela soja. Desse modo num prazo de, mais ou menos, três anos, esta mudança de atividade econômica tem sido economicamente viável pa

ra o pecuarista tradicional da região. Tanto o arrendamento que visa a formação do pasto quanto a produção do arroz são formas de reduzir os custos neste processo de mudança.

Seguramente esta abordagem não pretende se constituir numa tipologia dos produtores locais, mas visa descrever situações concretas percebidas em campo e que ao qualificar o processo facilitam sua compreensão.

### 11.3. CONSOLIDAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO ASSALARIADO NA REGIÃO.

Todas as observações que antecederam esta análise estiveram voltadas para mostrar a importância que adquire a soja no mercado interno e externo como parte de um processo que Alberto Passos Guimarães chama de complexo agroindustrial, na medida em que articula e combina a produção agrícola compondo dois conjuntos de indústrias: um, a montante e outro a jusante da produção agrícola.<sup>9</sup> O funcionamento deste complexo é viabilizado com medidas de política econômica que caracterizam o modelo econômico brasileiro, cada vez mais integrado no processo de expansão do capitalismo. A interiorização da mecanização e da quimificação na agricultura e na soja, em particular, foi apontada para comprovar o caráter altamente capitalista deste setor da agricultura.

O aspecto a ser estudado agora é a relação de trabalho, com objetivo de compreendê-la e explicá-la enquanto própria a uma forma de produção, procurando incorporar no decorrer do trabalho as especificidades apreendidas em trabalho de campo, no que toca mais especialmente este estudo: as relações de trabalho na soja.

---

<sup>9</sup> Guimarães, Alberto Passos - "O complexo agroindustrial" Semanário Opinião 5/11/76 pág. 8.

Para o estudo deste caso específico, parte-se do princípio discutido no trabalho de Maria Rita Garcia Loureiro, *Parceria e Capitalismo* "A realidade sobre a agricultura brasileira é que milhares de variações e combinações das relações de trabalho agrícola se misturam e se entrosam em todas as áreas da economia, agrícola... Estas relações são determinadas por razões econômicas inflexíveis ou considerações técnicas... Elas diferem em função dos produtos (...) E a modificação na forma de emprego e seu pagamento acompanharão as mudanças nos produtos ou dos bens produzidos".<sup>10</sup>

Na medida em que a região em pauta, caracteriza-se por integrar o cultivo da soja em padrões nitidamente empresariais, isto significa que em função de razões econômicas e considerações técnicas se estabelece uma relação de trabalho que pode trazer ao nível da força de trabalho mudanças passíveis de alterar o modo de sobrevivência e de fixação desta população no campo. Assim, este item comporta dois níveis de análise. O primeiro voltado a perceber a relação que se estabelece na soja como uma possível relação nova no meio rural, procurando estudá-la, enquanto parte de uma forma de produção racionalmente dirigida para maximizar o investimento. No passo seguinte, a preocupação é conhecer o processo de transformação nas relações de trabalho, procurando perceber, basicamente a partir dos depoimentos de produtores e trabalhadores, o que significa, para a população rural em termos de condições de trabalho e in-

---

<sup>10</sup> Loureiro, Maria Rita Garcia - Dissertação de Mestrado em Sociologia. *Parceria e Capitalismo* - Zahar Ed.1977.

diretamente em termos de continuidade dos padrões de produção vigentes, a penetração da soja na sua forma definidamente capitalista.

O primeiro momento da análise trata do surgimento do trabalhador assalariado e envolve duas questões importantes:

- a) Porque o trabalhador da soja é assalariado;
- b) Como é incorporado pela forma de produção o trabalho assalariado.

O aspecto mais explicativo desta primeira questão parece estar contido no caráter tipicamente capitalista desta atividade. Em outras palavras, com o desenvolvimento de uma tecnologia adequada e a disponibilidade na economia em canalizar recursos para capitalização desta cultura se eleva a produtividade do trabalho, ao mesmo tempo em que estabelece uma nítida divisão de trabalho e um número definido de trabalhadores. Ao empregador não é mais suficiente possuir a terra, pode mesmo arrendá-la, mas precisa estar apto para um elevado investimento em equipamento e insumos; enquanto para o trabalhador são dispensáveis seus tradicionais instrumentos de trabalho, bem como o domínio do processo de cultivo, o conhecimento necessário que sempre acompanhou o trabalhador agrícola. A força de trabalho empregada na soja é fundamentalmente o operador de máquina. Sabidamente, na produção mecanizada o ritmo de trabalho é imprimido pela própria máquina o que na verdade intensifica o trabalho obtendo com isso para o produtor um trabalho excedente. Obviamente o trabalho excedente está

contido nas múltiplas relações de trabalho que permeiam a economia agrícola, por exemplo, na parceria o aumento na produtividade do trabalho assegura um excedente maior para o produtor e, embora o parceiro trabalhe estimulado pelo aumento que recai também sobre a sua cota-parte, os limites do aumento de sua produtividade decorrem da sua própria condição de ser um indivíduo, com possibilidades de explorar sua capacidade de trabalho dentro de certos limites, assim, levando a extremos, um trabalhador tem um máximo de 24 horas por dia para trabalhar. Por sua vez na produção mecanizada o aumento no trabalho excedente, isto é, uma parcela que excede o necessário para remunerar a força de trabalho, pode ser obtido não apenas pelo emprego de equipamentos que elevem a produtividade do trabalho fazendo com que um menor tempo de trabalho seja necessário para remunerar o trabalhador, como pode também recorrer ao aumento no número de horas trabalhadas na medida em que a jornada de trabalho no campo, apesar de legislada em 8:00 horas diárias, seguramente excede o número de horas previstas no estatuto do trabalhador rural. Baseado nos depoimentos de produtores, os operadores de máquina trabalham uma média anual de 10:00 a 12:00 horas diárias. Como as entrevistas de campo coincidiram com o período de preparação do solo para o plantio da soja, pode-se constatar junto aos trabalhadores que nesta época a exigência ficava em torno de 15:00 até 18:00 horas, enquanto em situação normal o trabalho vai de sol a sol. Embora entre os produtores alguns afirmassem que em momentos de intensa utilização das máquinas são contratados mais operadores, introduzindo o revezamento, não se chegou a identificar tais situações em campo.

Salvo entre produtores menores onde ele próprio substitui o operador principalmente no trabalho noturno, no geral o número de operadores é equivalente ao número de tratores existentes no estabelecimento. No entanto, como entre os operadores alguns tinham contratos recentes, pode-se supor que há períodos no ano em que parte das máquinas de tração ficam ociosas e, portanto, ainda que os operadores não se considerem trabalhadores temporários sujeitos a emprego apenas enquanto dure a preparação do solo, isto pode estar ocorrendo, principalmente em estabelecimentos com investimento maior nesse setor.

Como, a rigor, não vigora no campo a legislação trabalhista, o excedente de horas trabalhadas também não é remunerado com base no estatuto do trabalhador rural<sup>11</sup> e, em muitos casos, nem mesmo remunerado na medida em que o pagamento consta de um salário mínimo, enquanto em outros o ajuste do excesso de horas é acertado com uma gratificação muito inferior à remuneração prevista para este caso.

Na medida em que o empresário conta com a flexibilidade, de somar os incrementos da produtividade do trabalho, gerado na produção mecanizada, ao aumento de jornada de trabalho está automaticamente cumprindo seus objetivos de elevar a renda. Mas a utilização deste expediente não está assentada apenas na vontade do empresário, deve-se levar em conta a contrapartida presente na oferta da força-de-trabalho. Aí dois fatores estão reunidos: um elevado contingente de oferta - que, conforme se

---

<sup>11</sup> Idem - Russomano, Mário Vitor.

verá mais adiante, é produzido no decorrer do processo de expansão do capital na agricultura - e na condição de desorganização e desinformação que caracterizam no Brasil a força de trabalho, principalmente no campo. Como exemplo pode-se apontar que, entre os trinta e um trabalhadores entrevistados, apenas três portavam carteira de trabalho assinada, sendo importante ressaltar que para dois destes foi a alocação anterior em atividade urbana, um em transporte, outro em construção civil que determinou a necessidade do documento.

A este ítem da entrevista foram integrados outros dois, pagamento do 13º salário e a observação das férias vigentes na legislação trabalhista, com a finalidade de apreender a definição dos vínculos empregatícios. Para ambos os pontos não foi registrado nenhum rigor, revelando um grau de liberdade embutido na relação de trabalho que desobriga o empregador da observação rigorosa da legislação trabalhista, que reverte em benefício para o empresário.

Baseado nas condições da oferta de mão-de-obra disponível, o empresário rural orientado pela lógica do capital pode adequar mais um elemento - o trabalhador temporário - obtendo desse modo uma redução nos custos de manter mais um trabalhador permanente. Este tipo de trabalhador, na soja, é contratado em dois momentos distintos: plantio que vai de novembro a dezembro e colheita de abril a maio, e utilizado sobretudo para o trabalho braçal como peneirar adubo e carregar sementes. No conjunto dos trabalhadores temporários que compreende também o trabalho volante, o trabalhador integrado na so

ja, nesta região, representa mais uma especificidade desta categoria.

Quantitativamente o trabalhador temporário é pouco expressivo. Nos casos entrevistados o número variava de 1 a 15, por estabelecimento, verificando-se que a demanda para um contingente de 10 a 15 trabalhadores está associada a uma área de 1.100 ha de soja, considerada uma área grande no contexto da região. Nas áreas médias a exigência constatada foi em torno de três trabalhadores.

Em função do número reduzido a contratação deste tipo de trabalhador, dispensa o intermediário, bem como os meios, para contactá-los ainda estão mais próximos a uma procura direta (um vizinho por exemplo) mas já exigindo algumas vezes a utilização do rádio. Entretanto, o aumento na demanda vem trazendo a definição de algumas formas interessantes como por exemplo, a concentração de trabalhadores junto às cooperativas. Isto se verifica principalmente nos momentos de pique de demanda, o que reforça o caráter de uma oferta de mão-de-obra disponível, visível também no pronto atendimento a anúncios de rádio.

Embora esta população esteja percebendo uma remuneração como diarista a duração de seu trabalho alcança cerca de 40 dias, correspondentes à necessidade de trabalho em cada ciclo da cultura. Obviamente em função do número o deslocamento raramente é diário e geralmente ficam alojados no próprio estabelecimento, integrando-se ao esquema de vida que em geral vigora nestas plantações: um improvisado abrigo para dormir e uma

forma simplificada de pensão para resolver o problema de alimentação que nos estabelecimentos maiores comporta uma ou até mais cozinheiras e nos menores, onde o número de empregados é muito pequeno, esse papel é assumido pela mulher, esposa ou companheira, de um trabalhador, geralmente aquele que tem maiores responsabilidades, um misto de administrador e tratorista, por exemplo.

Na curta história da soja nesta região, percebem-se mudanças na tecnologia, determinando um aumento da produtividade do trabalho e liberando mão-de-obra. Um exemplo típico que provocou uma diminuição no número dos trabalhadores temporários foi a generalização de colhedoras automotrises graneleiras que dispensam o ensacamento e portanto, a presença dos amarradores e carregadores das sacas. Na verdade a introdução destas colhedoras causou uma revolução no processo de colheita e automaticamente o abandono e obsolescência de ensacadeiras anteriores, que hoje constam como um peso morto no rol dos bens de capital do estabelecimento.

Em resumo tem-se que a utilização do trabalhador temporário na soja, como nas demais culturas, é mais numa forma de incorporar as vantagens de uma oferta elástica de mão-de-obra no processo da acumulação de capital na agricultura.

Como elemento intrínseco à forma de produção capitalista, se estabelece no processo de produção uma divisão de trabalho cada vez mais definida, provocada pela complexidade da tecnologia a partir da qual é possível obter um aumento na produtivi-

dade física e na produtividade do trabalho, bem como torna possível uma produção em grande escala.

A separação fundamental se dá entre o conhecimento, o domínio da técnica, enfim, como produzir, e a produção propriamente dita, o trabalho direto, a execução. Nesse contexto o trabalhador não detém mais o domínio do processo de cultivo, mas executa tarefas impostas pela técnica, a parte que em geral cabe ao agrônomo. Cabe lembrar que para o trabalhador rural esta é uma situação muito distinta à que normalmente esteve envolvido, na medida em que nas culturas tradicionais a técnica lhe pertencia. Em outras palavras, dentro de padrões rudimentares sabia fazer uma plantação, conhecia o momento certo de todas as etapas. Isto tem assegurado para um grande contingente rural a própria subsistência e um excedente para mercado. Na agricultura moderna é absolutamente dispensável que domine o processo global, espera-se dele uma adaptação à máquina. Tendo-se em conta que na região a mecanização é recente, mas não ocorrem dificuldades na contratação deste profissional, pode-se admitir que o treinamento necessário é razoavelmente simples. Os depoimentos de empresários entrevistados não contêm preocupações com a oferta desta categoria ou de qualquer outra, embora tenham emitido considerações a respeito da dificuldade na contratação de pessoal com mais responsabilidade. Esta qualidade é particularmente requerida para operadores, na medida em que o equipamento significa um alto investimento que pode sofrer riscos caso seja manejado por pessoa de pouca experiência.

Por outro lado, ouvindo-se o parecer de mecânicos da região, as despesas em reparo parecem se aproximarem mais à qualidade do equipamento que à qualidade do operador. Constatou-se nos estabelecimentos que os próprios operadores, ao passo que vão ganhando domínio sobre o funcionamento das máquinas, passam a executar pequenos reparos e a adotar medidas de conservação, improvisando no estabelecimento uma oficina de reparação. Indiscutivelmente isto constitui uma medida que traz vantagens para a empresa, embora a rigor não acrescente ganhos para a mão-de-obra.

Também cabe apontar a proliferação de pequenas oficinas de reparo na periferia urbana, a emergência do mecânico volante e a necessidade, que se vai precisando no estabelecimento, de um setor de conservação do equipamento.

Considerando a idade dos equipamentos - nos estabelecimentos abarcados no estudo, dificilmente ultrapassa a 4 anos, com tendência à substituição em menor intervalo - a origem dos elevados custos em reparos está mais próxima a ser buscada numa menor vida útil do equipamento. Note-se que esta já é estabelecida quando da sua produção, o que da ótica da produção industrial vem assegurar uma continuidade no consumo desses equipamentos quer na substituição de peças quer na renovação desse próprio equipamento.

Como a rigor são os técnicos agrônomos que detêm o conhecimento dos resultados de múltiplas pesquisas sobre qualidade, rendimento e adequabilidade da soja, a presença desta ca-

tegoria no processo técnico de produção passa a ser uma condição para enfrentar a complexidade do processo, observando o manejo adequado à maximização do investimento.

A exceção de tarefas específicas, por exemplo, dimensionamento da curva de nível que representa um custo elevado e é geralmente realizado por esta categoria de técnico, a assistência é prestada por um agrônomo em geral vinculado à ACARPA, ou à Cooperativa. No entanto, discute-se que muitas empresas de produtos agropecuários estabelecem vínculos comerciais com técnicos desta área o que muitas vezes resulta em indicações influenciadas pela marca do produto, descartando possíveis opções mais adequadas.

Visto deste ângulo, pode-se admitir que em benefício da racionalidade deste aspecto somado à importância de uma presença mais assídua no estabelecimento, tais técnicos possam ser contratados como força de trabalho remunerada pela empresa individual.

Uma outra categoria de trabalhador presente na produção da soja e que teoricamente é determinada pela forma de produção capitalista é o administrador, mais propriamente um chefe de produção. Sua função está estreitamente ligada às contradições inerentes à separação entre capital e trabalho. Mais explicitamente tem-se que no momento em que se estabelece uma relação de trabalho entre o proprietário do capital e a mão-de-obra, definindo uma remuneração mensal fixa, isto significa ao nível da força de trabalho que a quantidade de trabalho que ex

ceda ao necessário para sua remuneração não lhe trará acréscimo, enquanto ao capital cabe obter desta relação um excedente. Portanto por parte do empresário faz-se necessário fiscalizar a produção do trabalhador procurando, conforme se apontou anteriormente, obter o máximo aproveitamento dos meios de produção e da força de trabalho. O elemento mediador a serviço do capital, que zela pela coordenação e eficiência da força de trabalho assalariada, é o administrador. Também, é sua função promover o intercâmbio entre as indicações técnicas e a execução, com a tarefa de intermediário no processo de divisão técnica do trabalho entre o trabalhador que executa e o trabalhador que domina a tecnologia.

Partindo dos depoimentos que vem subsidiando esta análise, a categoria de administrador está, na maioria dos casos, mesclada na pessoa de um tratorista. Isto pode ser apreendido através da remuneração e tarefas. Assim, enquanto a remuneração para tratoristas está ao redor do salário mínimo ou ligeiramente acima, identificou-se praticamente em cada estabelecimento entrevistado, um operador que recebe cerca de Cr\$2.000,00 acompanhado ou não de uma participação na produção (de 1% a 2% sobre o líquido da produção). Na prática ele acumula a condição de um operador eficiente, experiência em lavoura mecanizada além do controle dos demais (muitas vezes apenas um ou dois), distribui tarefas e assegura as condições para o cumprimento das mesmas.

Embora se note um acompanhamento muito próximo e às vezes até uma participação direta na produção por parte do empre

sário, ele está muito mais comprometido com o processo de comercialização e em manter-se informado de modo geral no que diz respeito à produção da soja. Nesse sentido, cabe apontar que a nível local a cooperativa é uma referência básica. Embora informalmente, ela centraliza vários canais de informações nas áreas de crédito, preços, mercados etc., complementada pelos contatos inter-produtores. A importância de inteirar-se deste processo pode ser percebida pelo depoimento de um dos maiores produtores locais da soja, para quem a vinculação com a cooperativa está estreitamente ligada à sua importância como fonte de informações.

Ainda a propósito da divisão de trabalho é importante notar que lentamente se faz necessário o trabalho de um contador. A rigor, a contabilidade é uma condição para levar a efeito o processo de racionalização que vigora na produção empresarial. Assim, é importante observar em que nível está presente na soja. Em princípio considerada como característica de forma de produção, é uma área que está mais incipiente. Na prática ela existe nos seus princípios rudimentares de uma caderneta de apontamentos ou num arquivo improvisado que consta de duas voltas de arame fixadas em uma parede qualquer, nas quais são penduradas notas fiscais, anotações, duplicatas etc., distinguindo segundo receita ou despesa. O obstáculo a um controle mais rigoroso é a falta de tempo para organizar, ou o alto custo para contratar uma pessoa especializada. Entre os grandes produtores a segunda alternativa foi apontada como em vias de ser implementada.

Até aqui tratou-se de relações de trabalho enquanto relações próprias à natureza da forma de produção capitalista. Procurou-se compreender em que medida estão presentes na produção local da soja e como suas especificidades corroboram para maximizar o capital. Por outro lado, fez-se considerações quando as formas típicas ainda não se constituíram de fato e apenas se esboçam, mostrando o lento processo de formação de capital na agricultura até que ela disponha de recursos suficientes para implementar em todos os níveis do processo produtivo formas adequadas para maximizar o investimento.

Neste ponto cabe introduzir algumas observações sobre como ao pequeno produtor que passa a integrar esta forma de produção, se viabiliza a reprodução do capital.

Segundo o resultado do encontro local entre produtores e técnicos da ACARPA, conforme foi apontado no item 2 da primeira parte, na região estudada esta categoria não é representativa. No entanto se a partir do critério de área ou produção ele pode ser descartado, do aspecto sociológico interessa especialmente conhecer as condições de integração na produção, na medida em que, de fato, ele faz parte do conjunto de produtores.

No contexto regional, o pequeno produtor de soja, pelo que se pode perceber, está ligado ao contingente de emigrantes do Rio Grande do Sul e do sudoeste do Estado, mobilizados pela perspectiva de aumentar sua área de terra. Considerando os projetos de vida destes produtores entrevistados - que em todos os casos se encontram voltados para aquisição de terras no

Estado do Mato Grosso - fica nítido o caráter de sua transitoriedade na região. Porém uma transitoriedade que implica na aquisição de uma área, mesmo inadequada para mecanização, obviamente as mais baratas e portanto condizentes ao seu poder de investimento. Isto determina que, em grande parte, a produção se realize em terras arrendadas. Em princípio, a importância conferida à propriedade da terra tende a parecer contraditória aos objetivos mais caracterizadamente capitalistas, na medida que comprometem seu poder de investimento. Por outra parte, pode ser o mecanismo que lhes possibilita sua continuidade no processo de produção como um produtor autônomo. Assim contam com a valorização das terras e a possibilidade de amortizar rapidamente o investimento, e desse modo asseguram recursos para participar do processo de expansão da fronteira agrícola.

Mas, à parte estas considerações, o pequeno produtor de soja emprega a mesma tecnologia e comercializa através da cooperativa com as mesmas empresas que o grande produtor. A particularidade está em que dispõe de capital insuficiente para viabilizar os princípios de reprodução e acumulação do capital que tipificam a atividade capitalista. Um aspecto muito nítido é a necessidade de participação direta na produção, assim não se verifica na prática a divisão básica entre capital e trabalho, que está muito nítida na forma de produção local apontada na análise anterior. O que se realiza é um processo de auto-exploração da força-de-trabalho que em princípio, à exceção do técnico agrônomo, integra todas as tarefas da divisão técnica de trabalho.

Partindo-se das observações diretas, bem como dos depoimentos obtidos, parece que a existência destes agricultores como produtores de soja está na dependência de certos mecanismos de ajuste que são gerados e implementados, naturalmente, neste processo. Assim, como o investimento em equipamento se resume ao mínimo, o que corresponde, em geral a um trator e determinados equipamentos. Estabelecem-se entre pequenos produtores esquemas de cooperação mútua, baseados na utilização comum de equipamentos, troca de implementos, máquinas e mais especialmente troca de serviços. Embora não se constate a exigência de uma estrutura mais formal, percebe-se que estão sujeitos a arranjos como por exemplo, a aquisição diferenciada de equipamentos o que permite a eficiência e o desenvolvimento do esquema. Obviamente, isto só é possível na medida em que tais produtores estão mais ou menos concentrados, numa situação bastante singular, e cuja participação é decisiva para cada um deles.

Operando num esquema de troca de serviços e da utilização de sua própria força de trabalho, esporadicamente e em alguns casos está presente o trabalho assalariado, e quando ocorre é em caráter temporário. Num dos estabelecimentos onde se procedeu a entrevista, a presença de um operador estava se fazendo cada vez mais necessária, em vista do tempo que o produtor deve dispendir para atender, por exemplo, burocracias bancárias para obtenção de crédito, ou outros serviços à própria lavoura como a compra de produtos, que o afastam do trabalho direto.

Outro aspecto que distingue o pequeno produtor neste conjunto é o fato de ter sua vida muito ligada ao estabelecimento. É seu lugar de trabalho e de moradia. Além disso, paralelamente a uma atividade como a lavoura de soja, voltada fundamentalmente para o mercado, ainda desenvolve uma pequena lavoura para autoconsumo envolvendo basicamente o trabalho da mulher.

Ao que parece as condições de continuidade do pequeno produtor neste conjunto são dependentes da continuidade desta estrutura singular. Isto confere a este aspecto uma importância relevante, sugerindo a necessidade de estudos que examinem com maior profundidade este ponto.

Por outro lado, cabe levantar também como questão, em que medida a utilização desses esquemas possibilita a reprodução do capital. Em princípio os elementos disponíveis são insuficientes para arriscar uma observação mais categórica.

A rigor nestas condições o pequeno produtor não está propriamente integrado, mas à margem desta forma de produção; esperando criar condições reais de integração e ao que parece seguro sobretudo pelos preços do produto, na medida em que não conta com os elementos que teoricamente asseguram a acumulação de capital. Nesta ordem pode-se levantar que não conta com as condições necessárias contidas no trabalho excedente, nos ganhos de produtividade contidos na divisão técnica do trabalho, não conta com os ganhos de uma economia de escala das grandes plantações e menos ainda, com a renda diferencial auferida em terras mais férteis e que se concretiza no menor custo por uni

dade produzida.

Com respeito a este último ponto, a presença do pequeno produtor na agricultura de mercado tem influência direta na elevação do preço. Isto porque teoricamente o preço é formado tomando-se por base o custo de produção que é simplificarmente, uma relação entre investimento e produtividade por hectare. Considerando que o conjunto dos produtores empregam uma tecnologia comum, mas que em função da fertilidade do solo, podendo-se acrescentar do manejo desta tecnologia e recursos de aumentar a produtividade através de maiores investimentos obtém rendimentos diferentes por hectare plantado, é óbvio que o custo por unidade ou quilo do produto também é diferente, o que implica na determinação de um custo médio, influenciado pelo alto custo que as condições desvantajosas do pequeno produtor apresentam.

Na prática esse mecanismo torna o pequeno produtor extremamente vulnerável às menores quedas de preço no mercado, na medida em que o seu custo de produção é muito alto em relação à média do mercado, ficando sujeito a ser facilmente deslocado do mercado. Enquanto para o grande produtor, cujas lavouras registram uma produtividade acima da média - nos depoimentos obtidos a produtividade por hectare de soja para os grandes produtores alcança 2.000 Kg enquanto para os pequenos normalmente não chega a 1.800 Kg - a presença do pequeno produtor, e sua influência na formação do preço é um elemento a mais no contexto de acumulação de capital, é a concretização da renda adicional.

Finalizando, tem-se que a continuidade do pequeno produtor na cultura da soja está estreitamente dependente de que os preços de mercado mantenham uma razoável margem de diferença em relação ao preço mínimo, que é a base do crédito para a lavoura. A aproximação do preço de mercado ao preço mínimo condena as condições de reprodução do seu capital e portanto sua permanência na atividade. No entanto, para aqueles produtores que operam em moldes tipicamente empresariais, uma mudança na conjuntura de preços significa em última instância uma redução no lucro, porém não interfere diretamente na reprodução do capital.

#### 11.4. CONSEQUÊNCIAS DECORRENTES DA EXPANSÃO DE RELAÇÕES DE TRABALHO ASSALARIADO.

A esta parte da análise estão ligados os aspectos que tratam da transformação operada no meio rural com a expansão de uma produção tipicamente capitalista. É importante notar que no bojo desta transformação estão presentes as condições para a produção do trabalhador assalariado. Estas condições dizem respeito à destruição do seu modo de vida anterior, isto é, suas relações com os meios de trabalho como forma de produzir para sobrevivência ou para mercado e que se está chamando de relações de trabalho.

O ponto de partida está na forma predominante de produção de soja, em moldes empresariais, o que provoca uma mudança fundamental na utilização da terra.

Tomando-se o estudo de campo, mais especialmente no que diz respeito à história do estabelecimento que hoje está voltado à produção de soja, percebe-se uma redefinição na forma de utilização da terra.

No item 2 da parte I que descreve, em linhas gerais, a estrutura fundiária da região, está apontada a predominância de áreas de pastagem, sobretudo natural. Considerando o rebanho bo

vino existente, a capacidade de suporte está entre as mais baixas do Estado, denotando uma prática de pecuária extensiva, valendo-se basicamente das condições naturais. Tendo em conta estes aspectos, a seleção de estabelecimentos esteve direcionada para apreender os efeitos da penetração da soja sobre estas áreas. Outro aspecto que no decorrer do trabalho, determinado pelo melhor conhecimento da região, foi ganhando importância está ligado ao pequeno produtor, mais propriamente dito o trabalhador rural da região, que indiscutivelmente, compõe o maior contingente de mão-de-obra rural, envolvidos seguramente numa multiplicidade de formas típicas e combinadas de relações de trabalho.

Para este contingente a subutilização da terra proporcionou uma relativa independência para a realização de sua agricultura, geralmente em parte destinada ao próprio consumo; mas quase sempre, comercializando um excedente, num processo de subordinação ao capital comercial que caracteriza a agricultura nos vários setores, onde o capitalismo na sua forma de subordinação direta ao capital ainda não se consolidou.

Tanto no primeiro como no segundo caso, o que parece estar ocorrendo é a destruição das formas de produção anteriores introduzindo cada vez em maior quantidade a variável capital tanto em equipamentos quanto em produtos químicos. Nesse contexto, torna-se viável a utilização de grandes áreas de terra, bem como, torna-se possível integrar, neste processo, áreas de pior qualidade. Em suma, a terra é encarada como base para investimentos rentáveis.

Como a evolução do preço da terra está influenciada pelo nível de renda e como este está determinado pelo nível de preço dos produtos agrícolas, a sua utilização mais rentável desencadeia um processo de valorização da terra, que por sua vez determina uma utilização que assegure um certo nível de renda. Na tabela a seguir fica evidente a concretização deste processo de valorização da terra, coincidente com o período em que se expande na região a agricultura mecanizada liderada pela soja.

Retomando o estudo de campo, mais especialmente no que diz respeito à história do estabelecimento que hoje está voltado à produção da soja, percebe-se uma redefinição na forma de utilização da terra. Esta redefinição diz respeito a dois aspectos: o primeiro abrange a reorganização da produção, que é o exemplo típico do pecuarista que integra a atividade agrícola individualmente, associando-se a terceiros ou ainda arrendando parte da área; o outro ponto que polariza a problemática social do campo é a extinção da forma de produção anterior para utilização economicamente mais rentável da terra.

Dada a especificidade da região a primeira questão que se coloca é o efeito da expansão da soja sobre a pecuária.

Sobre este aspecto, conforme se apontou no início desta parte, as observações levam a admitir que a expansão da soja sobre áreas de pastagem a rigor não significa a extinção da primeira, mas uma reorganização desta atividade combinada à moderna agricultura.

Tabela 11.4 (a) - Valor aproximado do alqueire do campo mecanizável e mato mecanizável para diversos distritos do município de Guarapuava.

LOCALIDADE	CAMPO 1960	MECANIZÁVEL 1976	MATO MECANIZÁVEL 1960	(Já destocado) 1976
Candói	Cr\$ 1.200,00	Cr\$ 30.000,00	Cr\$ 1.500,00	Cr\$ 15.000,00
Guairacã	-----	-----	600,00	13.000,00
Jordão	-----	-----	700,00	13.500,00
Goioxim	1.200,00	35.000,00	500,00	15.000,00
Turvo	-----	-----	500,00	13.000,00
Colônias	1.500,00	40.000,00	800,00	15.000,00
Palmeirinha	1.500,00	40.000,00	800,00	15.000,00
Canta Galo	800,00	35.000,00	900,00	14.000,00
Guarã	300,00	25.000,00	400,00	12.000,00
Marquinhos	-----	-----	300,00	12.000,00
Carro Verde	1.000,00	35.000,00	300,00	13.000,00
Campinha do Simão	1.000,00	35.000,00	300,00	13.000,00

FONTE: Secretaria das Finanças do Estado, 5ª Delegacia Regional da Receita

Como ambas as atividades se desenvolvem de forma distinta, ocorre indiscutivelmente um acréscimo no número de trabalhadores no estabelecimento, acréscimo que é definido pelas proporções técnicas de força de trabalho na lavoura de soja determinada pela sua forma de produção.

Por sua vez, a reorganização na atividade pecuária traz certas alterações na composição do seu pessoal ocupado que convém considerar; adiantando que essas alterações correspondem à complexificação da atividade se concretizando numa divisão social do trabalho com níveis de especialização cada vez mais definidos.

Considerando as informações obtidas em campo, nota-se que a liberação de área para lavoura tem como contrapartida investimentos em pastagens plantada que, por sua vez, são acompanhados por introdução de outras práticas que visam a melhoria do rebanho. Por exemplo, um objetivo para os produtores da região, que tende a se especializar na criação de bezerras, é reduzir o índice de mortalidade, o que implica basicamente em controlar a cicatrização umbilical. Estas medidas no geral não exigem um maior número de peões, mas uma orientação que em geral introduz na atividade a presença de um técnico veterinário paralelamente à do agrônomo que organiza o modelo de pastagem. Assim, como na soja, esses técnicos estão normalmente vinculadas à Secretaria de Agricultura ou às cooperativas.

Face à natureza da atividade, o trabalho de administração do estabelecimento tradicionalmente significava a presença

do produtor com uma certa frequência e em determinados momentos, como na vacinação. Com a introdução do pasto plantado, cuja eficiência depende de um manejo adequado, isto é, observar a rotatividade do rebanho nas diferentes áreas de pastagem, vem se tornando cada vez mais necessária a presença de pessoal mais especializado.

A nível do trabalhador direto - o peão - este processo significa a expropriação de parcela do seu valor como força de trabalho, na medida em que é desprezado um componente básico que faz parte de sua história anterior, o domínio, o conhecimento do processo completo do qual agora é apenas executor. Isto se traduz num rebaixamento do seu papel no processo, ao mesmo tempo em que o torna facilmente substituível, contribuindo para a desvalorização da sua força de trabalho.

Por outra parte o trabalhador que vive no interstício desse processo é lesado ainda mais profundamente na medida em que não apenas seus conhecimentos anteriores são desprezados, não fazem mais sentido no sistema, como não lhe cabe mais decidir, mas deve se render à sujeição completa aos meios de trabalho. Na prática, torna-se mais difícil se situar no conjunto do processo, admitir a nova técnica, então ele aparece como resistente à implementar as novas ordens, mais sujeito a ser substituído como também mais fácil de ser substituído. Portanto, para o contingente ocupado na pecuária as condições tendem a se reproduzir qualitativamente diferentes, porém conservando as possibilidades de ocupação remuneradas em torno dos padrões mínimos vigentes.

As condições que de fato tendem a se extinguir são aquelas que vigoravam para grande parte da população através da parceria ou do pequeno arrendamento. Em ambos os casos está envolvido o grande contingente de força de trabalho do campo.

Com a penetração da soja dois aspectos se conjugam na destruição destas relações: o primeiro e mais fundamental é que a soja não requer, conforme já se levantou, no seu reduzido contingente de trabalhadores a integração da força de trabalho familiar. Assim nos estabelecimentos entrevistados, ainda que em muitos casos a família resida no estabelecimento, não tem participação na produção. A esse respeito vale notar uma transformação: muitos trabalhadores não residem no estabelecimento e ora habitam nas vizinhanças, ora até em outros distritos.

Outro fator determinante no processo de extinção das relações de parceria e pequeno arrendamento é a utilização das melhores áreas para a soja. Para isso vão sendo recuperadas pelos proprietários aquelas áreas que estavam cedidas para parceiros ou pequenos arrendatários, tornando-se disponíveis para integrar a nova cultura. Como contrapartida torna também "disponível" um elevado contingente de força de trabalho, que subtraído de seus meios de trabalho incrementam a oferta de mão-de-obra que seguramente o sistema produtivo local não consegue integrar.

Os depoimentos obtidos junto a produtores e trabalhadores deixam entrever o fenômeno com bastante clareza. No entanto, dada a existência na região de grandes áreas subexploradas

é provável que este processo, a nível local, seja mais atenuado, comparando-se por exemplo a violência que acompanhou a recuperação de áreas em alguns Municípios do sudoeste paranaense, onde a falta de perspectiva para o parceiro implicou no despejo judicial e outras formas mais violentas.

Partindo do histórico do estabelecimento, a extinção de relações de trabalho anteriores, de parceria principalmente, faz parte da lógica que acompanha sua inserção numa cultura mecanizada. Não se pode afirmar que o empresário extinguiu de todo a utilização destas relações, porém agora apenas são utilizadas quando se coadunam com a racionalidade do capital. Assim, num estabelecimento altamente mecanizado identificou-se uma área de 100 ha com lavoura de milho, entregue para vários parceiros contratados verbalmente, produzindo em padrão bastante rudimentar. Por conta do parceiro corriam todas as despesas, enquanto pela propriedade da terra o proprietário recebia em cada alqueire o líquido de 30 sacas de milho, isto é, 1.800 kg. Na verdade as vantagens para o empresário, neste caso, excedem a esses 1800 Kg de milho, na medida em que o interesse principal desta parceria era a limpeza de uma área a ser destocada. Portanto, ao destinar uma área para parceria no milho, em última instância, simplificava-se o trabalho de destoca, na medida em que o terreno já fora limpo.

Seguramente a vigência destas relações sempre esteve associada a uma determinada ótica de racionalidade. Neste sentido cabe introduzir algumas observações em torno do papel que tiveram, na atividade agrícola baseada no trabalho intensivo, as relações de trabalho como a parceria nas suas múltiplas mani

festações.

O papel desta população que precipitadamente poderia ter entendido como subocupada, e operando em padrões de produtividade muito baixas, está ligado a um determinado funcionamento da agricultura, onde a estrutura de mercado oferecia riscos muito elevados. Neste caso as alternativas de arcar com o ônus de sua exploração estiveram associadas às possibilidades de se valer de um elevado contingente rural que praticamente se responsabilizava por sua reprodução, e estabelecer com eles relações de trabalho que contivessem a racionalidade necessária para o cumprimento do processo. Assim para determinadas tarefas a parceria era a relação de trabalho mais adequada pois o trabalhador, diretamente interessado no rendimento da produção, dedicava-lhe os tratos convenientes e se comprometia ao lado de sua força de trabalho familiar, com os resultados da produção. Por outro lado, em muitas ocasiões o parceiro se transforma em trabalhador assalariado ou mesmo empreiteiro que assalaria para determinadas tarefas a mão-de-obra necessária, com o papel de fiscalizar o trabalho nos diferentes momentos da produção como aponta Maria Rita Garcia Loureiro no estudo *Parceria e Capitalismo*.<sup>12</sup>

A vigência desta relação está fundamentalmente ligada à um determinado estágio de exploração da terra. Neste a terra é subexplorada e a força de trabalho usada sob relações que resultam em maior produtividade, em socialização de perdas e

---

<sup>12</sup>Loureiro, Maria Rita Garcia - Op. Cit.

menores custos sociais,

O fator produtividade tem sido ressaltado por vários autores e particularmente no estudo já citado - Parceria e Capitalismo - é explicado em função de que ao trabalhar também para si, na parceria, o trabalhador registra uma produtividade muito mais elevada. Enquanto ao trabalhar como assalariado o produto do seu dia de trabalho é bem menor que aquele realizado na parceria. Além dessa vantagem, nos casos de colheitas ruins, os prejuízos são repartidos e como autônomo, o parceiro libera o dono da terra do ônus com os custos sociais.

Assim a prevalência em algumas atividades desta relação de trabalho tem sido a forma de assegurar ao dono da terra ou ao empresário agrícola maior rentabilidade, e para a população rural, condições de ocupação e sobrevivência com razoável autonomia, na medida em que participa de todo o processo com certo grau de liberdade na definição do seu trabalho e porque são seus os instrumentos de trabalho.

Ao lado das relações de parceria, a alternativa de arrendamento esteve presente para a população rural que não dispunha de terras próprias, ou era proprietária de pequenas áreas e muitas vezes impróprias à lavoura (alagadiças, declivosas, com afloramento de rochas, etc.).

A coexistência de pequenas propriedades com grandes propriedades subexploradas, facilitou o desenvolvimento deste tipo de relações principalmente enquanto a terra se encontra me-

nos valorizada, isto é, enquanto não se objetivam condições para uma exploração mais rentável da terra.

Entre os trabalhadores entrevistados, o processo citado é muito recente. Nas causas que levaram à sua integração como trabalhador assalariado da soja está muito viva a destruição do modo de vida anterior: - "ninguém tem terra prá parceria, só querem plantar com máquina" - "tem terra prá arrendar, mas é muito caro" - "fui parceiro com muitos donos da terra, dava prá ele e prá mim, mas dava pouco, com a soja ele ganha mais".

Sob as observações subjetivas fica registrada a destruição da relação anterior que produz o trabalhador assalariado.

Ao se tentar apreender como o trabalhador percebe esta passagem, nota-se que o peso maior está na consciência de que "agora vai trabalhar só para os outros". Nesta condição para a maioria não parece ter muita diferença ter direito a uma faixa de terra, na medida em que não lhe sobra tempo algum para trabalhar para si, acrescentado por sua vez que na cidade tudo é muito caro, deixando entrever uma vinculação e dependência, cada vez maior do mercado urbano.

A rigor são as condições do trabalhador urbano que se instalam no campo, lembrando que estão limitadas a um reduzido grupo que se integra de fato no mercado de trabalho rural. Para a outra parte da população parece restar uma alternativa — trabalhos esporádicos — as empreitadas nos estabelecimentos e o trabalho temporário nas lavouras propriamente ditas. De

resto em Guarapuava, que é um núcleo urbano de porte razoável, as possibilidades de emprego são precárias e na periferia da cidade vão se somando barracas improvisadas, evidentes sinais da migração rural-urbana.

Seguramente a saída deste contingente, que incrementava a oferta de produtos tradicionais na agricultura, deve trazer um desequilíbrio no mercado destes produtos, o que no entanto tende a ser corrigido com muito maior facilidade que a absorção desta população.

Em termos sociais a problemática tende a se agravar, na medida em que a perspectiva de reprodução do quadro rural fundamentada no trabalho intensivo é passo a passo descartado. É óbvio que no contexto agrícola ainda se combinam diferentes relações de trabalho, porém a relação de trabalho baseada no salário, "destaca-se como uma forma dominante que aponta o caminho para todas as outras".<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup>Garcia, Ronaldo. Contribuição ao Estudo do Trabalhador Assalariado no Campo.

**A N E X O   E S T A T Í S T I C O**

TABELA I.1 (b) - PRODUÇÃO MUNDIAL DE SOJA EM GRÃO - EM 1.000 t

A N O S	TOTAL	U.S.A	BRASIL	CHINA	OUTROS
1961/65	32.467	19.560	353	10.683	1.871
1969/70	43.960	30.839	1.509	9.200	2.412
1970/71	45.218	30.675	2.077	9.700	2.766
1971/72	48.191	32.006	2.704	9.600	3.881
1972/73	51.910	34.581	5.012	9.200	3.117
1973/74	63.528	42.108	7.876	9.600	3.944
1974/75	56.743	33.062	9.892	9.750	4.039

FORNTE: FAO, PRODUCTION YEARBOOK, 1973

CONJUNTURA ECONÔMICA

TABELA I.1 (c) - ÁREA CULTIVADA DE SOJA NO MUNDO - 1.000 ha

P A Í S E S	1970	1971	1972	1973	1974	1975
E.U.A.	17.014	17.233	17.389	18.754	22.670	21.403
Brasil	1.319	1.716	2.191	3.615	5.143	5.824
China	8.013	8.100	8.400	8.013	8.100	8.100
Outros	3.229	3.287	5.190	7.596	2.195	4.266
Total	29.575	30.336	33.170	37.978	38.108	39.593

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA

TABELA I.1 (d) - PAÍSES EXPORTADORES DE SOJA EM GRÃO - 1.000 t

A N O S	TOTAL	U.S.A	BRASIL	CHINA	OUTROS
1 9 6 8	8.756	8.012	66	571	107
1 9 6 9	9.328	8.468	310	488	62
1 9 7 0	12.622	11.839	290	410	83
1 9 7 1	12.282	11.521	213	460	88
1 9 7 2	13.776	11.993	1.037	370	376
1 9 7 3	15.662	13.222	1.786	310	344
1 9 7 4	16.836	13.940	2.730	-	166
1 9 7 5	16.329	12.496	3.333	-	500

FONTE: FAO, TRADE YEARBOOK - 1973

CONJUNTURA ECONÔMICA.

TABELA I.1 (f) - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA E PARANAENSE DE GRÃOS, FARELO, TORTA E ÓLEO DE SOJA (t)

A N O S	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA		EXPORTAÇÃO PARANAENSE		
	FARELO/TORTA	ÓLEO	GRÃOS	FARELO	ÓLEO
1 9 6 8	234.530	-	3.391	-	-
1 9 6 9	295.370	-	39.710	24.037	-
1 9 7 0	525.370	-	24.421	157.833	-
1 9 7 1	911.410	6.560	14.000	252.569	-
1 9 7 2	1.405.330	60.030	186.701	374.105	-
1 9 7 3	1.581.490	90.860	514.219	544.444	34.150
1 9 7 4	2.030.940	2.290	1.065.371	135.132	4.872
1 9 7 5	3.133.580	264.480	999.000	1.412.103	81.234

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA

ANÁLISE SETORIAL DAS INDÚSTRIAS E ÓLEOS VEGETAIS NO PARANÁ -

BADEP

TABELA I.1 (i) - PRODUÇÃO BRASILEIRA DE SOJA EM GRÃO (em t)

ANOS	ESTADOS								BRASIL
	GOIAS	MT	MG	PR	RS	SC	SP	OUTROS	
1960	-	35	222	7.364	188.500	3.761	3.087	2.775	205.744
1961	-	554	160	8.963	252.556	3.970	4.677	608	271.488
1962	-	876	131	13.934	320.755	4.129	4.625	725	345.175
1963	-	897	230	17.937	294.828	4.339	4,072	612	322.915
1964	-	825	159	18.531	275.946	4.733	3.749	954	304.897
1965	-	755	114	44.111	463.153	5.123	8.862	1.058	523.176
1966	-	1.095	72	82.959	483.339	7.595	18.248	857	594.165
1967	-	2.686	423	113.292	550.814	9.187	38.216	983	715.606
1968	-	3.392	360	163.200	432.585	14.827	39.335	777	654.476
1969	1.891	3,392	559	213.584	744.498	31.650	61.010	23	1.056.607
1970	9.817	8.995	1.806	368.006	976.807	52.998	90.086	25	1.508.540
1971	41.012	16.175	1.379	461.746	1.392.917	77.728	86.299	35	2.077.291
1972	49.920	27.870	8.900	688.160	1.654.550	98.850	175.300	70	2.703.620
1973	89.701	103.226	36.318	1.326.338	2.872.060	253.510	330.427	34	5.011.614
1974	99.000	307.010	57.600	2.588.880	3.870.000	431.489	522.000	230	7.876.209
1975	73.392	272.624	87.375	3.624.946	4.688.521	467.160	678.000	281	9.892.299

FONTE: IBGE - ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS - F.G.V. - CONJUNTURA ECONÔMICA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.

TABELA I.1 (j) - ÁREA CULTIVADA DE SOJA NO BRASIL - ha

ESTADOS	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Rio Grande do Sul	416.297	490.870	557.027	649.116	871.202	1.133.213	1.459.594	2.217.570	2.770.000	3.113.286
Paraná	54.309	82.942	119.583	172.401	304.211	357.701	452.692	817.627	1.340.000	1.631.897
São Paulo	12.300	27.669	29.203	47.121	62.152	74.417	100.181	201.690	335.000	391.200
Sta.Catarina	5.700	7.342	11.507	32.049	65.956	101.874	114.790	209.385	364.985	361.475
Mato Grosso	1.465	2.322	2.660	3.149	5.809	13.320	21.737	86.359	174.869	194.280
Minas Gerais	203	455	341	649	1.579	1.733	8.949	22.808	48.000	75.781
Goias	-	-	-	1.573	7.884	34.140	33.450	59.600	110.000	55.600
Outros	413	515	1.592	15	16	22	62	19	262	216
Brasil	490.687	612.115	721.913	906.073	1.318.809	1.716.420	2.191.455	3.615.058	5.143.116	5.823.735

FONTE: IBGE - ANUÁRIO ESTATÍSTICO

FGV - CONJUNTURA ECONÔMICA

TABELA I.2.(a) - TEMPO DE RESIDÊNCIA DAS PESSOAS NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO ONDE RESIDEM  
REGIÃO CENTRO OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1970

DOMICILIO ATUAL	ANOS TOTAL	MENOS DE 1 ANO	1 ANO A 5 ANOS	6 ANOS A 10 ANOS	11 ANOS E MAIS	SEM DECLARAÇÃO
Prudentópolis	2.637	238	712	407	1.280	-
MR 20	43.306	6.748	13.909	5.884	16.765	-
Manuel Ribas	6.064	695	1.539	994	2.836	-
Palmital	14.810	2.063	5.808	2.256	4.683	-
Pitanga	22.432	3.990	6.562	2.634	9.246	-
MR 23	41.950	4.517	10.233	8.185	19.015	-
Guarapuava	18.594	1.967	5.011	3.221	8.395	-
Inácio Martins	2.370	338	606	432	994	-
Laranjeiras do Sul	12.590	1.029	2.727	2.925	5.909	-
Pinhão	1.938	256	454	329	899	-
Quedas do Iguaçu	6.458	927	1.435	1.278	2.818	-
Total da Região Plano	87.893	11.503	24.854	14.476	37.060	-
Total do Estado	3.895.549	541.658	1.383.144	864.949	1.105.668	130

Fonte: IBGE/CD - IPARDES

TABELA I.2. (b) - TEMPO DE RESIDÊNCIA DAS PESSOAS NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO ONDE RESIDEM  
 REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1970 (%)

DOMICÍLIO ATUAL	ANOS	TOTAL	MENOS DE 1 ANO	1 ANO A 5 ANOS	6 ANOS A 10 ANOS	11 ANOS E MAIS	SEM DECLARAÇÃO
Prudentópolis		100,00	9,03	27,00	15,43	48,54	-
MR 20		100,00	15,58	32,12	13,59	38,71	-
Manuel Ribas		100,00	11,46	25,39	16,39	46,77	-
Palmital		100,00	13,93	39,22	15,23	31,62	-
Pitanga		100,00	17,78	29,25	11,74	41,23	-
MR 23		100,00	10,77	24,40	19,51	45,33	-
Guarapuava		100,00	10,58	26,95	17,32	45,15	-
Inácio Martins		100,00	14,26	25,57	18,23	41,94	-
Laranjeiras do Sul		100,00	8,17	21,66	23,23	46,94	-
Pinhão		100,00	13,21	23,43	16,98	46,38	-
Quedas do Iguaçu		100,00	14,35	22,22	19,79	43,64	-
Total da Região Plano		100,00	13,08	28,28	16,47	42,17	-
Total do Estado		100,00	13,90	35,51	22,20	28,38	0,01

Fonte: IBGE/CD - IPARDES

TABELA 1.2. (c) - PESSOAS NÃO NATURAIS DOS MUNICÍPIOS ONDE RESIDEM, SEGUNDO DOMICÍLIO ANTERIOR E ATUAL -  
REGIÃO CENTRO OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1970

DOMICÍLIO ANTERIOR DOMICÍLIO ATUAL	TOTAL	REGIÃO I	REGIÃO II	REGIÃO III	REGIÃO IV	REGIÃO V	REGIÃO VI	REGIÃO VII	REGIÃO VIII	REGIÃO IX	REGIÃO X	SEM ESPECIFICAÇÕES	EXTERIOR
		(RO-AC-AM-RP-PA-AP)	(MA-PI)	(CE-RN-PB-PE-AL-FN)	(SE-BA)	(MG-ES)	(RJ-GB)	(SP)	(PR)	(SC-RS)	(MT-GO-DF)		
Prudentópolis	2.637	-	-	4	-	3	-	37	2.132	91	-	4	366
MR-20	43.306	21	3	183	202	1.956	64	785	35.897	4.016	70	-	109
Manuel Ribas	6.064	-	-	55	25	148	3	80	3.517	2.207	-	-	29
Palmital	14.810	-	3	34	36	1.266	28	377	12.410	580	70	-	6
Pitanga	22.432	21	-	94	141	542	33	328	19.970	1.229	-	-	74
MR-23	41.950	7	15	56	26	68	93	637	27.818	11.982	7	4	1.237
Guarapuava	18.594	7	15	30	16	31	75	504	13.250	3.550	7	4	1.105
Inácio Martins	2.370	-	-	-	-	-	-	8	2.295	64	-	-	3
Laranj. do Sul	12.590	-	-	22	-	13	18	95	6.709	5.687	-	-	46
Pinhão	1.938	-	-	4	-	4	-	16	1.637	256	-	-	21
Quedas do Iguaçu	6.458	-	-	-	10	20	-	14	3.927	2.425	-	-	62
TOTAL DA REGIÃO PLANO	87.893	28	18	243	228	2.027	157	1.459	65.847	16.089	77	8	1.712
TOTAL DO ESTADO	3.895.549	1.060	2.040	76.905	55.670	269.500	18.310	522.306	2.379.533	526.927	12.285	79	30.934

FONTE: IBGE-C/D-IPARDES

TABELA 1.2. (d) - PESSOAS NÃO NATURAIS DOS MUNICÍPIOS ONDE RESIDEM, SEGUNDO DOMICÍLIO ANTERIOR E ATUAL. REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1970 (%)

DOMICÍLIO ANTERIOR DOMICÍLIO ATUAL	TOTAL	REGIÃO I	REGIÃO II	REGIÃO III	REGIÃO IV	REGIÃO V	REGIÃO VI	REGIÃO VII	REGIÃO VIII	REGIÃO IX	REGIÃO X	SEM ESPECIFICAÇÃO	EXTERIOR
Prudentópolis	100	-	-	0,15	-	0,11	-	1,40	80,86	3,45	-	0,15	13,88
MR-20	100	0,05	0,01	0,42	0,47	4,52	0,15	1,81	82,89	9,27	0,16	-	0,25
Manuel Ribas	100	-	-	0,91	0,41	2,44	0,05	1,32	58,00	36,39	-	-	0,48
Palmital	100	-	0,02	0,23	0,24	8,55	0,19	2,55	83,79	3,92	0,47	-	0,04
Pitanga	100	0,09	-	0,42	0,63	2,42	0,15	1,46	89,02	5,48	-	-	0,33
MR-23	100	0,02	0,03	0,13	0,06	0,16	0,22	1,52	0,66	28,56	0,02	0,01	2,95
Guarapuava	100	0,04	0,08	0,16	0,09	0,17	0,40	2,71	71,26	19,09	0,04	0,02	5,94
Inácio Martins	100	-	-	-	-	-	-	0,34	96,83	2,70	-	-	0,13
Laranjeiras do Sul	100	-	-	0,17	-	0,10	0,14	0,75	53,29	45,18	-	-	0,37
Pinhão	100	-	-	0,21	-	0,21	-	0,82	84,47	13,21	-	-	1,08
Quedas do Iguaçu	100	-	-	-	0,15	0,31	-	0,22	60,81	37,55	-	-	0,96
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100	0,03	0,02	0,28	0,26	2,31	0,18	1,66	74,91	18,30	0,09	0,01	1,95
TOTAL DO ESTADO	100	0,03	0,05	1,97	1,43	6,92	0,47	13,41	61,08	13,53	0,31	0,01	0,79

Fonte: IBGE/CD - IPARDES.

TABELA I.2. (e) - POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO A PROCEDÊNCIA. REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1970

(absoluto e %)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	IMIGRAÇÃO PARA A ZONA URBANA		IMIGRAÇÃO PARA A ZONA RURAL		TOTAL DE IMIGRAÇÃO	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
Prudentópolis	914	36,03	1.623	63,97	2.537	100,00
MR-20	3.312	7,65	39.994	92,35	43.306	100,00
Manuel Ribas	391	6,45	5.673	93,55	6.064	100,00
Palmital	966	6,52	13.844	93,46	14.810	100,00
Pitanga	1.955	8,72	20.477	91,28	22.432	100,00
MR-23	14.232	33,93	27.718	66,07	41.950	100,00
Guarapuava	10.250	55,12	8.344	44,88	18.594	100,00
Inácio Martins	421	17,76	1.949	82,24	2.370	100,00
Laranjeiras do Sul	2.655	21,09	9.935	78,91	12.590	100,00
Pinhão	434	22,39	1.504	77,61	1.938	100,00
Quedas do Iguaçu	472	7,31	5.986	92,69	6.458	100,00
TOTAL DA REGIÃO	18.558	21,11	69.335	78,89	87.893	100,00
TOTAL DO ESTADO	1.359.278		2.536.271			

Fonte: IBGE/CD - Ipardes.

TABELA 1.2. (f) - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA. REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950/1980

MUNICÍPIOS. MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	1950			1960			1970			1975			1980		
	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA
Prudentópolis	27.958	24.990	2.968	30.182	25.461	4.721	34.314	28.131	6.183	38.700	31.000	7.700	43.600	34.900	8.700
MR-20	54.738	53.730	1.008	63.172	58.346	4.826	105.986	97.933	8.053	135.400	123.800	11.600	168.500	152.000	16.500
Manuel Ribas	17.087	17.087	-	7.166	6.702	464	12.552	11.871	681	15.600	14.700	900	18.800	17.500	1.300
Palmital	-	-	-	13.239	12.490	749	29.420	27.824	1.596	37.800	35.400	2.400	45.300	42.000	3.300
Pitanga	37.651	36.643	1.008	42.767	39.154	3.613	64.014	58.238	5.776	82.000	73.700	8.300	104.400	92.500	11.900
MR-23	88.558	60.677	27.881	133.034	110.754	22.280	189.830	135.403	54.427	228.400	151.700	76.700	270.600	168.700	101.900
Guarapuava	49.653	43.683	5.970	77.670	63.217	14.453	110.903	67.639	43.264	136.800	74.900	61.900	165.700	84.400	81.300
Inácio Martins	9.120	7.798	1.322	8.198	7.102	1.096	7.647	6.668	979	8.800	7.600	1.200	10.400	8.600	1.800
Laranjeiras do Sul	21.122	20.160	962	31.104	25.516	5.588	39.651	33.257	6.394	45.600	37.500	8.100	51.800	40.200	11.600
Pinhão	8.663	8.234	429	11.079	10.266	813	20.356	17.164	3.192	24.200	19.600	4.600	28.400	22.400	6.000
Quedas do Iguaçu	-	-	-	4.983	4.653	330	11.273	10.675	598	13.000	12.100	900	14.300	13.100	1.200
TOTAL DA REGIÃO PLANO	171.254	139.397	31.857	226.388	194.561	31.827	330.130	261.467	68.663	402.500	306.500	96.000	482.700	355.600	127.100
TOTAL DO ESTADO	2.115.547	1.587.259	528.288	4.277.763	2.949.781	1.327.982	6.997.700	4.450.800	2.546.900	8.468.300	5.194.300	3.274.000	10.017.900	5.928.100	4.089.800

Fonte: IBGE-CD: 1950, 1960 e 1970

COPEL (estimativa): 1975 - 1980.

QUADRO I.2. (g) - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL. REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950/1980 (%)

MUNICÍPIOS MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	1950			1960			1970			1975			1980		
	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA
Prudentópolis	100,00	89,38	10,62	100,00	84,36	15,64	100,00	81,98	18,02	100,00	80,10	19,90	100,00	80,05	19,95
MR-20	100,00	98,16	1,84	100,00	92,35	7,65	100,00	92,40	7,60	100,00	91,43	8,57	100,00	90,21	9,79
Manuel Ribas	100,00	100,00	-	100,00	93,53	6,47	100,00	94,58	5,42	100,00	94,23	5,77	100,00	93,09	6,91
Palmital	-	-	-	100,00	94,34	5,66	100,00	94,58	5,42	100,00	93,65	6,35	100,00	92,72	7,28
Pitanga	100,00	97,32	2,68	100,00	91,55	8,45	100,00	90,98	9,02	100,00	89,88	10,12	100,00	88,60	11,40
MR 23	100,00	88,52	31,48	100,00	83,25	16,75	100,00	71,33	28,67	100,00	66,42	33,58	100,00	62,34	37,66
Guarapuava	100,00	87,98	12,02	100,00	81,39	18,61	100,00	60,99	39,01	100,00	54,75	45,25	100,00	50,94	49,06
Inácio Martins	100,00	85,50	14,50	100,00	86,63	13,37	100,00	87,20	12,80	100,00	86,36	13,64	100,00	82,69	17,31
Laranjeiras do Sul	100,00	95,45	4,55	100,00	82,03	17,97	100,00	83,87	16,12	100,00	82,24	17,76	100,00	77,61	22,39
Pinhão	100,00	95,05	4,95	100,00	92,66	7,34	100,00	84,32	15,68	100,00	80,99	19,01	100,00	78,87	21,13
Quedas do Iguaçu	-	-	-	100,00	93,38	6,62	100,00	94,70	5,30	100,00	93,08	6,92	100,00	91,61	8,39
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	81,40	18,60	100,00	85,94	14,06	100,00	79,20	20,80	100,00	76,15	23,85	100,00	73,67	26,33
TOTAL DO ESTADO	100,00	75,03	24,97	100,00	68,96	31,04	100,00	63,60	36,40	100,00	61,34	38,66	100,00	59,18	40,82

Fonte: IBGE/CD - 1950, 1960 e 1970

COPEL - Estimativa - 1975, 1980 - IPARDES

QUADRO I.2. (h) - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL, URBANA E TOTAL DOS MUNICÍPIOS NO TOTAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950/1980

MUNICÍPIOS E MICRORREGIÕES	1950			1960			1970			1975			1980		
	TOTAL	RURAL	URBANA												
Prudentópolis	16,32	17,93	9,32	13,34	13,09	14,83	10,39	10,76	9,00	9,61	10,11	8,02	9,03	9,81	6,84
MR 20	31,96	38,54	3,16	27,90	29,98	15,16	32,11	37,45	11,73	33,64	40,39	12,08	34,91	42,74	12,98
Manuel Ribas	9,98	12,26	-	3,16	3,44	1,46	3,80	4,54	0,99	3,87	4,80	0,93	3,84	4,92	1,02
Palmital	-	-	-	5,85	6,42	2,35	8,91	10,64	2,32	9,39	11,55	2,50	9,38	11,81	2,60
Pitanga	21,98	26,29	3,16	18,89	20,12	11,35	19,39	22,27	8,41	20,37	24,05	8,64	21,62	26,01	9,36
MR 23	51,72	43,53	87,52	58,76	56,93	70,01	57,50	51,79	79,27	56,75	49,50	79,90	56,06	47,45	80,16
Guarapuava	28,99	31,34	18,74	34,31	32,49	45,41	33,54	25,87	63,01	33,99	24,44	64,48	34,33	23,73	63,96
Inácio Martins	5,32	5,59	4,15	3,62	3,65	3,44	2,32	2,55	1,42	2,19	2,48	1,25	2,15	2,42	1,41
Laranjeiras do Sul	12,33	14,46	3,02	13,74	13,11	17,56	12,01	12,72	9,31	11,33	12,23	8,44	10,73	11,30	9,13
Pinhão	5,06	5,91	1,35	4,89	5,28	2,55	6,17	6,56	4,65	6,01	6,39	4,79	5,88	6,30	4,72
Quedas do Iguaçu	-	-	-	2,20	2,39	1,04	3,41	4,08	0,87	3,23	3,95	0,94	2,96	3,68	0,94
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE/CD - 1950, 1960 e 1970. COPEL - 1975, 1980 - IPARDES.

QUADRO 1.2. (i) - TAXA DE INCREMENTO DA POPULAÇÃO RURAL, URBANA E TOTAL - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950/1980

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	1950/60			1960/70			1970/80			1970/75			1950/80		
	TOTAL	RURAL	URBANA												
Prudentópolis	0,77	0,18	4,75	1,29	1,00	2,73	2,42	2,18	3,47	2,43	1,96	4,48	1,49	1,12	3,65
MR 20	1,44	0,83	16,95	5,31	5,31	5,25	4,74	4,49	16,50	5,02	4,80	7,57	3,82	3,53	9,77
Manuel Ribas	-	-	-	5,76	8,31	3,91	4,12	3,96	6,68	4,44	4,37	5,73	3,27*	3,25*	3,49*
Palmital	-	-	-	8,31	8,34	7,86	4,41	4,20	7,53	5,14	4,93	8,50	4,18*	4,12	5,07*
Pitanga	7,92	0,66	13,60	4,12	4,05	4,80	5,01	4,73	7,49	5,07	4,82	7,52	3,46	3,13	8,57
MR 23	4,16	6,20	-2,22	3,62	2,03	9,34	3,60	2,22	6,47	3,77	2,30	7,10	3,79	3,43	4,41
Guarapuava	4,57	3,76	9,24	3,63	0,68	11,59	4,10	2,24	6,51	4,29	2,06	7,43	4,10	2,22	9,09
Inácio Martins	-1,06	-0,93	-1,86	-0,69	0,62	-1,12	3,12	2,58	6,28	2,85	2,65	4,15	0,44	0,32	1,03
Laranjeiras do Sul	3,95	2,38	19,24	2,46	2,68	1,36	2,71	1,91	6,14	2,83	2,43	4,84	3,04	2,33	8,65
Pinhão	2,49	2,23	6,60	6,27	5,74	14,66	3,39	2,70	6,51	3,52	2,69	7,58	4,04	3,39	11,62
Quedas do Iguçu	-	-	-	8,51	8,66	6,12	2,41	2,07	7,21	2,89	2,54	8,52	3,58*	3,51*	4,40*
TOTAL DA REGIÃO PLANO	2,83	3,39	-0,01	3,84	2,99	7,94	3,87	3,12	6,35	4,04	3,23	6,93	3,51	3,17	4,72
TOTAL DO ESTADO	7,29	6,39	13,18	5,04	4,20	6,73	3,65	2,94	4,85	3,89	3,14	5,15	5,32	4,49	7,06

Fonte: IBGE/CD - 1950, 1960, 1970. COPEL - 1975, 1980 - IPARDES

(\*) 1960 - 1980.

TABELA I.2. (j) - POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, POR SEXO - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950/1970

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	1 9 5 0			1 9 7 0		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Prudentópolis	19.802	9.902	9.900	24.401	12.375	12.026
MR 20	35.346	18.206	17.140	68.110	35.641	32.469
Manuel Ribas	-	-	-	7.867	4.139	3.728
Palmital	-	-	-	18.849	9.957	8.892
Pitanga	35.346	18.206	17.140	41.394	21.545	19.849
MR 23	65.020	33.517	31.503	126.866	64.535	62.331
Guarapuava	45.738	23.384	22.354	75.013	37.775	37.238
Inácio Martins	-	-	-	5.070	2.583	2.487
Laranjeiras do Sul	19.282	10.133	9.149	26.028	13.297	12.731
Pinhão	-	-	-	13.662	7.090	6.572
Quedas do Iguaçu	-	-	-	7.093	3.790	3.303
Total da Região Plano	120.168	61.625	58.543	219.377	112.551	106.826
Total do Estado	1.456.271	755.565	700.706	4.700.282	2.425.651	2.274.631

Fonte: IBGE/CD - IPARDES

TABELA I.2. (L) - TAXA DE OCUPAÇÃO, POR SEXO - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950/1970 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÃO E TOTAL DO ESTADO	1 9 5 0			1 9 7 0		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Prudentópolis	58,34	81,70	31,99	66,99	80,27	53,32
MR 20	51,85	83,15	17,81	73,04	83,81	61,22
Manuel Ribas	-	-	-	80,27	82,48	77,82
Palmital	-	-	-	76,34	87,28	64,09
Pitanga	51,85	83,15	17,81	70,16	82,45	56,82
MR 23	51,33	81,56	16,43	57,49	74,92	39,45
Guarapuava	50,64	81,07	15,69	53,05	73,51	32,30
Inácio Martins	-	-	-	53,92	74,41	32,65
Laranjeiras do Sul	52,97	82,68	18,23	64,18	77,09	50,69
Pinhão	-	-	-	65,05	75,33	53,96
Quedas do Iguaçu	-	-	-	67,94	80,98	52,98
Total da Região Plano	52,64	82,05	19,47	63,38	78,32	47,63
Total do Estado	55,41	82,85	21,50	59,05	78,19	38,65

Fonte: IBGE/CD - IPARDES

TABELA 1.2. (m) - PESSOAL OCUPADO, POR SETOR DE ATIVIDADE E SEXO - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950

MICRORREGIÕES, MUNICÍPIOS E TOTAL DO ESTADO	PRIMÁRIO			SECUNDÁRIO			TOTAL SERVIÇOS			COMÉRCIO DE MERCADORIAS			PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			TRANSPORTE, COMUNICA ÇÃO E ARMAZENAGEM			ATIVIDADES SOCIAIS			ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			OUTRAS ATIVIDADES			T O T A L		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
Prudentópolis	9.937	6.770	3.167	808	787	21	839	533	306	192	182	10	295	183	112	38	37	1	218	36	182	81	80	1	15	15	-	11.584	8.090	3.494
MR-20	17.183	14.130	3.053	544	543	1	663	465	198	217	210	7	223	110	113	40	39	1	106	29	77	63	63	-	14	14	-	18.390	15.138	3.252
Manuel Ribas																														
Palmital																														
Pitanga	17.183	14.130	3.053	544	543	1	663	465	198	217	210	7	223	110	113	40	39	1	106	29	77	63	63	-	14	14	-	18.390	15.138	3.252
MR-23	26.322	21.146	5.176	3.772	3.740	32	3.303	2.450	853	603	572	31	1.101	558	543	372	365	7	340	100	240	772	757	15	115	98	17	33.397	27.336	6.061
Guarapuava	17.452	13.944	3.508	3.073	3.046	27	2.655	1.968	687	460	436	24	882	427	455	311	306	5	238	63	175	658	645	13	106	91	15	23.180	18.958	4.222
Inácio Martins	8.870	7.202	1.668	699	694	5	648	482	166	143	136	7	219	131	88	61	59	2	102	37	65	114	112	2	9	7	2	10.217	8.378	1.839
Pinhão																														
Quedas do Iguaçu																														
TOTAL DA REGIÃO PLANO	53.442	42.046	11.396	5.124	5.070	54	4.805	3.448	1.357	1.012	964	148	1.619	851	768	450	441	9	664	165	459	916	900	16	144	127	17	63.371	50.564	12.807
TOTAL DO ESTADO	602.382	451.731	150.651	77.246	71.967	5.279	135.139	102.325	32.814	28.396	25.662	2.734	42.887	23.539	19.348	25.596	24.802	794	13.822	5.540	8.282	18.028	17.069	959	6.410	5.713	697	814.767	626.023	188.744

FONTE: IBGE/CD/CA

TABELA 1.2. (n) - PESSOAL OCUPADO POR SETOR DE ATIVIDADE - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950 - (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TOTAL DE SERVIÇOS	COMÉRCIO DE MERCA- DORIAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	TRANSPORTE COMUNICAÇÃO E ARMAZE- NAGEM	ATIVIDA- DES SOCIAIS	ADMINIS- TRAÇÃO PÚBLICA	OUTRAS ATIVI- DADES	TOTAL
Prudentópolis	85,78	6,97	7,25	1,65	2,55	0,34	1,88	0,70	0,13	100,00
MR 20	93,44	2,96	3,60	1,18	1,20	0,22	0,58	0,34	0,08	100,00
Manuel Ribas										
Palmital										
Pitanga	93,44	2,96	3,60	1,18	1,20	0,22	0,58	0,34	0,08	100,00
MR 23	78,81	11,29	9,90	1,80	3,30	1,12	1,02	2,32	0,34	100,00
Guarapuava	75,30	13,26	11,44	1,97	3,80	1,34	1,03	2,84	0,46	100,00
Inácio Martins										
Laranjeiras do Sul	86,82	6,84	6,34	1,40	2,14	0,60	1,00	1,11	0,09	100,00
Pinhão										
Quedas do Iguaçu										
Total da Região Plano	84,33	8,09	7,58	1,60	2,55	0,71	1,05	1,45	0,22	100,00
Total do Estado	73,93	9,48	16,59	3,60	5,26	3,14	1,70	2,20	0,79	100,00

Fonte: IBGE/CA/CD - IPARDES

TABELA 1.2.(e)-PESSOAL OCUPADO, POR SEXO, NOS SETORES DE ATIVIDADE - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950 (x)

MUNICÍPIOS, MICROREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	PRIMÁRIO			SECUNDÁRIO			TOTAL DE SERVIÇOS			COMÉRCIO DE MERCADORIAS			PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			TRANSPORTE, COMUNICA- ÇÃO E ARMAZENAGEM			ATIVIDADES SOCIAIS			ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			OUTRAS ATIVIDADES			TOTAL					
	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
Prudentópolis	100,00	68,13	31,87	100,00	97,40	2,60	100,00	63,53	36,47	100,00	94,79	5,21	100,00	62,03	37,97	100,00	97,37	2,63	100,00	16,51	83,49	100,00	98,77	1,23	100,00	100,00	-	100,00	69,84	30,16			
MR-20	100,00	82,23	17,77	100,00	99,82	0,18	100,00	70,14	29,86	100,00	96,77	3,23	100,00	49,33	50,67	100,00	97,50	2,50	100,00	27,36	72,64	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00	82,32	17,68			
Manuel Ribas																																	
Palmital																																	
Pitanga	100,00	82,23	17,77	100,00	99,82	0,18	100,00	70,14	29,86	100,00	96,77	3,23	100,00	49,33	50,67	100,00	97,50	2,50	100,00	27,36	72,64	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00	82,32	17,68			
MR-23	100,00	80,34	19,66	100,00	99,15	0,85	100,00	74,17	25,83	100,00	94,86	5,14	100,00	50,68	49,32	100,00	98,12	1,88	100,00	29,41	70,59	100,00	98,06	1,94	100,00	85,22	14,78	100,00	81,85	18,15			
Guarapuava	100,00	79,90	20,10	100,00	99,12	0,88	100,00	74,12	25,88	100,00	94,78	5,22	100,00	48,41	51,59	100,00	98,39	1,61	100,00	26,47	73,53	100,00	98,02	1,98	100,00	85,85	14,15	100,00	81,79	18,21			
Inácio Martins																																	
Laranjeiras do Sul	100,00	81,19	18,81	100,00	99,28	0,72	100,00	74,38	25,62	100,00	95,11	4,89	100,00	59,82	40,18	100,00	96,72	3,28	100,00	36,27	63,73	100,00	98,25	1,75	100,00	77,78	22,22	100,00	82,00	18,00			
Pinhão																																	
Quedas do Iguaçu																																	
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	78,68	21,32	100,00	98,95	1,05	100,00	71,76	28,24	100,00	95,26	4,74	100,00	52,56	47,44	100,00	98,00	2,00	100,00	24,85	75,15	100,00	98,25	1,75	100,00	88,19	11,81	100,00	79,79	20,21			
TOTAL DO ESTADO	100,00	74,99	25,01	100,00	93,17	6,83	100,00	75,72	24,28	100,00	90,37	9,63	100,00	54,89	45,11	100,00	96,00	3,10	100,00	40,08	59,92	100,00	94,68	5,32	100,00	89,13	10,87	100,00	76,83	23,17			

FDNTE: IBGE/CA/CD-IPARDES

TABELA 1.2. (p) - PESSOAL OCUPADO POR SETOR DE ATIVIDADE E SEXO - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1970

MICRORREGIÕES, MUNICÍPIOS E TOTAL DO ESTADO	PRIMÁRIO			SECUNDÁRIO			TOTAL DE SERVIÇOS			COMÉRCIO DE MERCADORIAS			PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			TRANSPORTE, COMUNICA ÇÃO E ARMAZENAGEM			ATIVIDADES SOCIAIS			ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			OUTRAS ATIVIDADES			TOTAL		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
Prudentópolis	13.864	8.275	5.589	920	874	46	1.562	785	777	345	302	43	547	177	370	127	122	5	368	59	309	79	64	15	96	61	35	16.346	9.934	6.412
MR-20	45.417	26.528	18.889	1.621	1.595	25	2.710	1.746	964	653	611	42	775	266	509	306	303	3	476	165	311	237	191	46	263	210	53	49.748	29.870	19.878
Manuel Ribas	5.995	3.163	2.832	65	65	-	255	186	69	46	46	-	75	31	44	24	21	3	87	65	22	10	10	-	13	13	-	6.315	3.414	2.901
Palmital	13.638	8.148	5.490	147	144	3	605	399	206	162	149	13	196	88	108	91	91	-	82	24	58	31	26	5	43	21	22	14.390	8.691	5.699
Pitanga	25.784	15.217	10.567	1.409	1.387	22	1.850	1.161	689	445	416	29	504	147	357	191	191	-	307	76	231	196	155	41	207	176	31	29.043	17.765	11.278
MR-23	49.536	30.728	18.808	9.658	9.470	188	13.748	8.154	5.594	2.799	2.383	416	4.555	1.666	2.889	1.755	1.721	34	2.014	358	1.656	956	825	131	1.669	1.201	468	72.942	48.352	24.590
Guarapuava	21.907	14.369	7.538	7.114	6.970	144	10.777	6.430	4.347	2.294	1.932	362	3.642	1.319	2.323	1.400	1.370	30	1.422	277	1.145	660	573	87	1.359	959	400	39.798	27.769	12.029
Inácio Martins	1.814	1.756	658	595	585	10	325	181	144	61	49	12	66	19	47	62	62	-	89	14	75	36	26	10	11	11	-	2.734	1.922	812
Laranjeiras do Sul	14.263	8.490	5.773	784	764	20	1.657	997	660	308	276	32	528	229	299	177	173	4	305	56	249	156	136	20	183	127	56	16.704	10.251	6.453
Pinhão	7.341	4.142	3.199	920	906	14	626	293	333	85	78	7	194	37	157	31	31	-	156	4	152	95	86	9	65	57	8	8.887	5.341	3.546
Quedas do Iguaçu	4.211	2.571	1.640	245	245	-	363	253	110	51	48	3	125	62	63	85	85	-	42	7	35	9	4	5	51	47	4	4.819	3.069	1.750
TOTAL DA REGIÃO PLANO	108.817	65.531	43.286	12.199	11.940	259	18.020	10.685	3.335	3.797	3.296	501	5.877	2.109	3.768	2.188	2.146	42	2.858	582	2.276	1.272	1.080	192	2.028	1.472	556	139.036	88.156	50.880
TOTAL DO ESTADO	1.937.827	1.287.064	650.763	232.576	200.067	12.509	605.340	389.530	215.810	137.317	116.844	20.473	180.060	73.879	106.181	75.141	72.253	2.888	86.652	22.959	63.693	54.276	46.747	7.529	71.894	56.848	15.046	2.775.743	1.896.661	879.082

FONTE: IBGE/CD/CA - IPARDES

TABELA I.2. (q) - PESSOAL OCUPADO POR SETOR DE ATIVIDADE - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1970 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TOTAL DE SERVIÇOS	COMÉRCIO DE MERCAN- DARIAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	TRANSPORTE COMUNICAÇÃO E ARMAZE- NAGEM	ATIVIDA- DES SOCIAIS	ADMINIS- TRAÇÃO PÚBLICA	OUTRAS ATIVI- DADES	TOTAL
Prudentópolis	84,81	5,63	9,56	2,11	3,35	0,78	2,25	0,48	0,59	100,00
MR 20	91,29	3,26	5,45	1,31	1,56	0,61	0,96	0,48	0,53	100,00
Manuel Ribas	94,93	1,03	4,04	0,72	1,19	0,38	1,38	0,16	0,21	100,00
Palmital	94,78	1,02	4,20	1,13	1,36	0,62	0,59	0,20	0,30	100,00
Pitanga	88,78	4,85	6,37	1,53	1,73	0,66	1,06	0,67	0,72	100,00
MR 23	67,90	13,24	18,86	3,84	6,24	2,41	2,76	1,32	2,29	100,00
Guarapuava	55,04	17,87	27,09	5,76	9,15	3,52	3,57	1,66	3,43	100,00
Inácio Martins	66,35	21,76	11,89	2,23	2,41	2,27	3,25	1,32	0,41	100,00
Laranjeiras do Sul	85,39	4,69	9,92	1,84	3,16	1,06	1,83	0,94	1,09	100,00
Pinhão	82,60	10,35	7,05	0,96	2,18	0,35	1,75	1,07	0,74	100,00
Quedas do Iguaçu	87,38	5,08	7,54	1,06	2,60	1,76	0,87	0,19	1,06	100,00
Total da Região Plano	78,26	8,77	12,97	2,73	4,23	1,57	2,06	0,91	1,46	100,00
Total do Estado	69,81	8,38	21,81	4,95	6,49	2,71	3,12	1,96	2,59	100,00

Fonte: IBGE/CD/CA - IPARDES

TABELA 1.2. (r) - PESSOAL OCUPADO, POR SEXO, NOS SETORES DE ATIVIDADE - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1970 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	PRIMÁRIO			SECUNDÁRIO			TOTAL SERVIÇOS			COMÉRCIO DE MERCADORIAS			PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			TRANSPORTE, COMUNICA ÇÃO E ARMAZENAGEM			ATIVIDADES SOCIAIS			ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			OUTRAS ATIVIDADES			TOTAL		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
Prudentópolis	100,00	59,69	40,31	100,00	95,00	5,00	100,00	50,26	49,74	100,00	87,54	12,46	100,00	32,36	67,64	100,00	96,06	3,94	100,00	16,03	83,97	100,00	81,01	18,99	100,00	63,54	36,46	100,00	60,77	39,23
MR-20	100,00	58,41	41,59	100,00	98,46	1,54	100,00	64,43	35,57	100,00	93,57	6,43	100,00	34,32	65,68	100,00	99,02	0,98	100,00	34,66	65,34	100,00	80,59	19,41	100,00	79,85	20,15	100,00	60,04	39,96
Manuel Ribas	100,00	52,76	47,24	100,00	100,00	-	100,00	72,94	27,06	100,00	100,00	-	100,00	41,33	58,67	100,00	87,50	12,50	100,00	74,71	25,29	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00	54,06	45,94
Palmital	100,00	59,74	40,26	100,00	97,96	2,04	100,00	65,95	34,05	100,00	95,97	8,03	100,00	44,90	55,10	100,00	100,00	-	100,00	29,27	70,73	100,00	83,87	16,13	100,00	48,84	51,16	100,00	60,40	39,60
Pitanga	100,00	59,02	40,98	100,00	98,44	1,56	100,00	62,76	37,24	100,00	93,48	6,52	100,00	29,17	70,83	100,00	100,00	-	100,00	24,76	75,24	100,00	79,08	20,92	100,00	85,02	14,98	100,00	61,17	38,83
MR-23	100,00	62,03	37,97	100,00	98,05	1,95	100,00	59,31	40,69	100,00	85,14	14,86	100,00	36,58	63,42	100,00	98,06	1,94	100,00	17,78	82,22	100,00	86,30	13,70	100,00	71,96	28,04	100,00	66,29	33,71
Guarapuava	100,00	65,59	34,41	100,00	97,98	2,02	100,00	59,66	40,34	100,00	84,22	15,78	100,00	36,22	63,78	100,00	97,86	2,14	100,00	19,48	80,52	100,00	86,82	13,18	100,00	70,57	29,43	100,00	69,77	30,23
Inácio Martins	100,00	63,73	36,27	100,00	98,32	1,68	100,00	55,69	44,31	100,00	80,33	19,67	100,00	28,79	71,21	100,00	100,00	-	100,00	15,73	84,27	100,00	72,22	27,78	100,00	100,00	-	100,00	70,30	29,70
Laranjeiras do Sul	100,00	59,52	40,48	100,00	97,45	2,55	100,00	60,17	39,83	100,00	89,61	10,39	100,00	43,37	56,63	100,00	97,74	2,26	100,00	18,36	81,64	100,00	87,18	12,82	100,00	69,40	30,60	100,00	61,37	38,63
Pinhão	100,00	56,42	43,58	100,00	98,48	1,52	100,00	46,80	53,20	100,00	91,76	8,24	100,00	19,07	80,93	100,00	100,00	-	100,00	2,56	97,44	100,00	90,53	9,47	100,00	87,69	12,31	100,00	60,10	39,90
Quedas do Iguaçu	100,00	61,05	38,95	100,00	100,00	-	100,00	69,70	30,30	100,00	94,12	5,88	100,00	49,60	50,40	100,00	100,00	-	100,00	16,67	83,33	100,00	44,44	5,56	100,00	92,16	7,84	100,00	63,69	36,31
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	60,22	39,78	100,00	97,88	2,12	100,00	59,29	40,71	100,00	86,80	13,20	100,00	35,89	64,11	100,00	98,08	1,92	100,00	20,36	79,64	100,00	84,91	15,09	100,00	72,58	27,42	100,00	63,41	36,59
TOTAL DO ESTADO	100,00	66,42	33,58	100,00	94,62	5,38	100,00	64,35	35,65	100,00	85,09	14,91	100,00	41,03	58,97	100,00	96,16	3,83	100,00	26,50	73,50	100,00	86,13	13,87	100,00	79,07	20,93	100,00	68,33	31,67

FONTE: IBGE/CD/CA - IPARDES

TABELA I.2. (s) - EVOLUÇÃO DA ÁREA E ESTABELECIMENTOS DE LAVOURA - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950 / 1970.

MICRORREGIÕES, MUNICÍPIOS E TOTAL DO ESTADO	1950	1960		1970		ACRÉSCIMO ABSOLUTO			ACRÉSCIMO PERCENTUAL			ÁREA DE LAVOURA		
	ÁREA	ESTABELE CIMENTO	ÁREA	ESTABELE CIMENTO	ÁREA	1950/60	1960/70		1950/60	1960/70		ÁREA TOTAL (%)		
						ÁREA	ESTABELE CIMENTO	ÁREA	ÁREA	ESTABELE CIMENTO	ÁREA	1950	1960	1970
MRH 23	52.620	11.211	151.187	14.611	167.369	98.567	3.400	16.182	187,32	30,32	10,70	5,65	16,03	14,29
Guarapuava	30.255	7.967	212.087	6.939	82.627	81.832	-1.028	-29.460	270,47	-	-	4,97	15,51	15,24
Inácio Martins	-	-	-	527	3.431	-	-	-	-	-	-	-	-	5,13
Laranjeiras do Sul	22.365	3.244	39.200	3.881	50.147	16.735	637	11.047	74,83	19,64	28,25	6,95	17,73	24,29
Pinhão	-	-	-	2.049	19.508	-	-	-	-	-	-	-	-	9,05
Quedas	-	-	-	1.215	11.656	-	-	-	-	-	-	-	-	8,30
MRH 20	52.604	12.519	109.499	13.101	130.539	36.895	582	21.040	70,13	4,65	19,21	17,83	20,31	27,58
Manuel Ribas	-	4.767	42.060	1.463	13.518	-	-3.304	-28.542	-	-	-	-	30,29	27,42
Palmital	-	-	-	3.279	42.605	-	-	-	-	-	-	-	-	30,16
Pitanga	52.604	7.752	67.439	8.359	74.416	14.835	607	6.971	28,20	7,83	10,35	17,83	16,85	26,24
Prudentópolis	19.176	4.130	28.486	6,234	31.650	9.310	2.104	3.164	48,55	50,94	11,11	12,20	17,08	21,03
TOTAL	124.400	27.860	289.172	33.946	329.559	164.772	6.086	40.387	132,45	21,84	13,97	9,00	17,53	18,36
ESTADO	1.358.222	323.063	3.440.971	626.414	4.718.606	2.082.749	303.351	1.277.635	153,34	93,90	37,13	16,91	30,22	32,26

FONTE: IBGE/C.A. - IPARDES

TABELA 1. 2. (t) - EVOLUÇÃO DE ÁREA E ESTABELECIMENTOS DE PASTAGEM - REGIÃO CENTRO-OESTE  
ESTADO DO PARANÁ - 1950 / 1970

MICRORREGIÕES MUNICÍPIOS E TOTAL DO ESTADO	1950			1960						1970						ACRÉSCIMO ABSOLUTO				ACRÉSCIMO PERCENTUAL				ÁREA DE PASTAGEM			
	PASTAGEM NATURAL	PASTAGEM PLANTADA	TOTAL ÁREA PASTAGEM	PASTAGEM NATURAL		PASTAGEM PLANTADA		TOTAL PASTAGEM		PASTAGEM NATURAL		PASTAGEM PLANTADA		TOTAL DE PASTAGEM		1950/60		1960/70		1950/60		1960/70		1950	1960	(1)	
				ESTABELE- CIMENTO	ÁREA	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA	ESTABELE- CIMENTO	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA	ESTABELE- CIMENTO
MRM 23	336.589	7.326	343.915	6.381	323.851	1.522	18.329	7.903	342.180	8.377	340.126	3.968	53.631	12.345	393.757	-	- 1.735	4.442	51.577	-	-	56,21	15,07	36,36	36,27	33,62	
Guarapuava	309.701	6.798	316.499	4.381	303.621	283	10.010	4.664	313.635	4.035	189.740	1.456	24.977	5.491	214.717	-	- 2.868	827	-98.914	-	-	17,63	-	51,90	43,38	39,61	
Inácio Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	416	14.760	18	462	434	15.222	-	-	434	15.222	-	-	-	-	-	-	22,74	
Laranjeiras do Sul	26.888	528	27.416	2.000	20.230	1.239	8.319	3.239	28.549	1.446	17.132	1.634	21.562	3.090	38.694	-	1.133	- 159	10.145	-	-	35,53	8,52	12,95	18,74		
Pinhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.051	116.977	128	2.727	2.179	119.704	-	-	2.179	119.704	4,13	-	-	-	-	-	55,56	
Quedas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	429	1.517	732	3.903	1.161	5.420	-	-	1.161	5.420	-	-	-	-	-	-	3,86	
MRM 20	35.757	2.991	38.748	3.778	30.848	2.710	18.327	6.488	49.175	4.536	34.406	4.833	58.186	9.369	93.592	-	10.427	2.881	44.417	26,91	44,40	90,32	13,13	9,12	19,78		
Manuel Ribas	-	-	-	269	2.214	1.765	11.163	2.034	13.377	86	295	1.014	16.413	1.100	16.708	-	-	- 934	3.331	-	-	24,90	-	-	9,64	34,15	
Palmital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.019	5.171	1.078	20.475	2.097	25.646	-	-	2.097	25.646	-	-	-	-	-	-	18,15	
Pitanga	35.757	2.991	38.748	3.509	28.634	945	7.164	4.454	35.798	3.431	29.940	2.741	21.298	6.172	51.238	-	- 2.950	1.518	15.440	-	-	34,08	43,13	13,13	8,94	18,07	
Prudentópolis	26.383	247	26.630	2.819	26.179	94	444	2.913	26.623	2.333	12.178	238	1.377	2.571	13.555	-	- 7	- 343	-13.068	-	-	-	-	16,94	15,96	9,00	
TOTAL	398.724	10.564	409.288	12.978	380.878	4.326	37.100	17.304	417.978	15.246	387.710	9.039	113.194	24.285	500.904	-	8.685	6.981	82.926	2,12	40,34	19,84	29,60	25,34	27,90		
ESTADO	1.967.767	280.815	2.248.582	79.264	1.912.081	-79.951	781.947	159.215	2.694.028	99.898	1.809.429	197.648	2.700.281	297.546	4.509.710	-	445.446	38.433	1.815.682	19,81	24,14	67,40	27,99	23,66	30,83		

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I.2. (u) - ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA DA REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL		- 10 ha		10 - 20 ha		20 - 50 ha		50 - 100 ha		100 - 500 ha		+ 500 ha	
	E *	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A
Prudentópolis	2.453	157.213	148	793	327	4.839	1.051	35.387	602	41.889	309	52.940	16	21.365
MR-20	2.627	295.090	77	458	110	1.576	743	27.301	750	63.619	902	152.357	45	49.779
Manuel Ribas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palmital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pitanga	2.627	295.090	77	458	110	1.576	743	27.301	750	63.619	902	152.357	45	49.779
MR-23	4.088	930.509	251	1.720	310	4.651	999	36.167	1.078	86.398	1.150	233.985	300	567.588
Guarapuava	2.394	608.707	231	1.588	269	4.062	533	18.220	420	30.739	667	146.683	274	407.415
Inácio Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laranjeiras do Sul	1.694	321.802	20	132	41	589	466	17.947	658	55.659	483	87.302	26	160.173
Pinhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quedas do Iguaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DA REGIÃO PLANO	9.168	1.382.812	476	2.971	747	11.066	2.793	98.855	2.430	191.906	2.361	439.282	361	638.732
TOTAL DO ESTADO	89.461	8.032.743	14.941	90.241	17.340	252.141	30.376	978.944	13.810	999.391	11.177	2.177.686	1.815	3.534.332

Fonte: IBGE/CA - IPARDES

\* Inclusive estabelecimentos sem declaração de área

Observação: E = estabelecimento

A = área

TABELA 1.2. (v) - ESTABELECIDAMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA DA REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950 (%)

Municípios, Microrregiões e TOTAL DO ESTADO	TOTAL		- 10 ha		10 - 20 ha		20 - 50 ha		50 - 100 ha		100 - 500 ha		+ 500 ha	
	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A
Prudentópolis	100,00	100,00	6,03	0,50	13,33	3,08	42,85	22,51	24,54	26,64	12,60	33,68	0,65	13,59
MR-20	100,00	100,00	2,93	0,16	4,19	0,53	28,28	9,25	28,55	21,56	34,34	51,63	1,71	16,87
Manuel Ribas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palmital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pitanga	100,00	100,00	2,93	0,16	4,19	0,53	28,28	9,25	28,55	21,56	34,34	51,63	1,71	16,87
MR-23	100,00	100,00	6,14	0,18	7,58	0,50	24,44	3,89	26,37	9,29	28,13	25,14	7,34	61,00
Guarapuava	100,00	100,00	9,65	0,26	11,24	0,67	22,26	2,99	17,54	5,05	27,86	24,10	11,45	66,93
Inácio Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laranjeiras do Sul	100,00	100,00	1,18	0,04	2,42	0,18	27,51	5,58	38,84	17,30	28,51	27,13	1,54	49,77
Pinhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quedas do Iguaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	100,00	5,19	0,21	8,15	0,80	30,46	7,15	26,51	13,88	25,75	31,77	3,94	46,19
TOTAL DO ESTADO	100,00	100,00	16,70	1,12	19,38	3,14	33,95	12,19	15,44	12,44	12,49	27,11	2,04	44,00

Fonte: IBGE/CA - IPARDES

Observação: E = estabelecimento

A = área

TABELA I.2. (x) - ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA DA REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL		- 10 ha		10 - 20 ha		20 - 50 ha		50 - 100 ha		100 - 500 ha		+ 500 ha	
	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A
Petrópolis	26,76	11,37	31,09	26,69	43,77	43,73	37,63	35,80	24,78	21,83	13,09	12,05	4,43	3,35
MR-20	28,65	21,34	16,18	15,42	14,73	14,24	26,60	27,62	30,86	33,15	38,20	34,68	12,47	7,79
Manuel Ribas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palmital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pitanga	28,65	21,34	16,18	15,42	14,73	14,24	26,60	27,62	30,86	33,15	38,20	34,68	12,47	7,79
MR-23	44,59	67,29	52,73	57,89	41,50	42,03	35,77	36,58	44,36	45,02	48,71	53,27	83,10	88,86
Guarapuava	26,11	44,02	48,53	53,45	36,01	36,71	19,08	18,43	17,28	16,02	28,25	33,39	75,90	63,78
Inácio Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laranjeiras do Sul	18,48	23,27	4,20	4,44	5,49	5,32	16,69	18,15	27,08	29,00	20,46	19,88	7,20	25,08
Pinhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quedas do Iguaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
REGIÃO/ESTADO	10,25	17,21	3,19	3,29	4,39	4,39	9,19	10,10	17,60	19,20	21,12	20,17	19,89	18,07

Fonte: IBGE/CA - IPARDES

\* Inclusive estabelecimentos sem declaração de área.

Observação: E = estabelecimento

A = área

TABELA 1.2. (z) - ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA DA REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1960

MUNICÍPIOS; MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL		-10 ha		10 - 50ha		20 - 50ha		50 - 100ha		100 - 500ha		+ 500ha		ESTABELECIMENTOS SEM DECLARAÇÃO
	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	
Prudentópolis	4.124	166.807	888	5.231	781	11.533	1.525	50.566	622	43.005	301	48.920	7	7.552	-
MR-20	12.183	539.088	4.041	20.670	2.187	30.192	3.405	114.884	1.623	125.329	878	162.532	49	85.481	-
Manuel Ribas	4.180	138.831	1.481	9.771	1.537	20.605	889	26.671	173	12.626	88	16.952	12	52.206	-
Palmital															
Pitanga	8.003	400.257	2.560	10.889	650	9.587	2.516	88.213	1.450	112.703	790	145.580	37	33.275	-
MR-23	10.928	943.395	2.190	12.852	1.764	25.813	3.663	122.095	1.626	121.153	1.396	278.209	289	383.273	-
Guarapuava	7.776	722.887	1.797	10.047	1.218	17.740	2.419	80.395	1.038	75.392	1.049	212.744	255	326.569	-
Inácio Martins															
Laranjeiras do Sul	3.152	220.508	393	2.805	546	8.073	1.244	41.700	588	45.761	347	65.465	34	56.704	-
Pinhão															
Quedas do Iguaçu															
TOTAL DA REGIÃO PLANO	27.235	1.649.290	7.119	38.753	4.732	67.538	8.593	287.545	3.871	289.487	2.575	489.661	345	476.306	-
TOTAL DO ESTADO	269.146	11.384.934	93.477	523.892	63.422	895.479	74.215	2.308.050	21.450	1.537.852	14.351	2.820.406	2.131	3.299.255	100

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

Observação: E: Estabelecimento

A: Área

TABELA 1.2. (a.a) - ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1960 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL		- 10 ha		10-20 ha		20-50 ha		50-100 ha		100-500 ha		+ 500 ha		ESTABELECIMENTOS SEM DECLARAÇÃO
	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	
Prudentópolis	100,00	100,00	21,53	3,14	18,94	6,91	36,98	30,31	15,08	25,78	7,30	29,33	0,17	4,53	-
MR 20	100,00	100,00	33,17	3,83	17,95	5,60	27,95	21,31	13,32	23,25	7,21	30,15	0,40	15,86	-
Manuel Ribas	100,00	100,00	35,43	7,04	36,77	14,84	21,27	19,21	4,14	9,09	2,11	12,22	0,28	37,60	-
Palmital															
Pitanga	100,00	100,00	31,99	2,72	8,12	2,40	31,44	22,04	18,12	28,16	9,87	36,37	0,46	8,31	-
MR 23	100,00	100,00	20,04	1,36	16,14	2,74	33,52	12,94	14,88	12,84	12,77	29,49	2,65	40,63	-
Guarapuava	100,00	100,00	23,11	1,39	15,66	2,45	31,11	11,12	13,35	10,43	13,49	29,43	3,28	45,18	-
Inácio Martins															
Laranjeiras do Sul	100,00	100,00	12,47	1,27	17,32	3,66	39,47	18,91	18,65	20,75	11,01	29,69	1,08	25,72	-
Pinhão															
Quedas do Iguaçu															
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	100,00	26,14	2,35	17,37	4,09	31,55	17,43	14,21	17,55	9,45	29,69	1,28	28,89	-
TOTAL DO ESTADO	100,00	100,00	34,73	4,60	23,56	7,87	27,57	20,27	7,97	13,51	5,34	24,77	0,79	28,98	0,04

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

Obs.: E = Estabelecimento

A = Área

TABELA I.2. (a.b.) - ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1960 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL		- 10 ha		10-20 ha		20-50 ha		50 a 100 ha		100 a 500 ha		+ 500 ha	
	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A
Prudentópolis	15,14	10,11	12,48	13,50	16,50	17,08	17,75	17,59	16,07	14,86	11,69	9,99	2,03	1,59
MR 20	44,73	32,69	56,76	53,34	46,22	44,70	39,63	39,95	41,93	43,29	34,10	33,19	14,20	17,95
Manuel Ribas	15,35	8,42	20,80	25,22	32,48	30,51	10,35	9,28	4,47	4,36	3,42	3,46	3,48	10,96
Palmital														
Pitanga	29,38	24,27	35,96	28,12	13,74	14,19	29,28	30,67	37,46	38,93	30,68	29,73	10,72	6,99
MR 23	40,13	57,20	30,76	33,16	37,28	38,22	42,62	42,46	42,00	41,85	54,21	56,82	83,77	80,46
Guarapuava	28,55	43,83	25,24	25,93	25,74	26,27	28,15	27,96	26,81	26,04	40,74	43,45	73,91	68,56
Inácio Martins														
Laranjeiras do Sul	11,58	13,37	5,52	7,23	11,54	11,95	14,47	14,50	15,19	15,81	13,47	13,37	9,86	11,90
Pinhão														
Quedas do Iguaçu														
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
REGIÃO / ESTADO	10,12	14,49	7,62	7,40	7,46	7,54	11,58	12,46	18,05	18,82	17,94	17,36	16,19	14,44

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

Obs. : E = Estabelecimento

A = Área

TABELA 1.2. (a.c.) - ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA DA REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1970

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL		-10 ha		10 - 20ha		20 - 50ha		50 - 100ha		100 - 500ha		+500ha	
	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A
Prudentópolis	7.614	150.510	3.359	14.945	1.762	24.867	1.939	58.835	414	28.898	137	21.049	3	1.917
MR-20	13.544	473.280	5.515	28.583	2.505	34.777	3.457	110.217	1.251	91.438	758	137.641	58	70.625
Manuel Ribas	1.388	48.420	435	2.526	352	4.966	417	12.848	134	9.101	47	7.895	3	11.083
Palmital	3.188	141.272	982	5.327	576	7.897	1.057	33.467	305	22.723	244	47.286	24	24.572
Pitanga	8.968	283.589	4.098	20.730	1.577	21.914	1.983	63.902	812	59.615	467	82.460	31	34.970
MR-23	16.515	1.171.371	5.426	27.307	2.874	41.644	4.450	140.511	1.811	128.335	1.660	338.800	294	494.773
Guarapuava	7.474	542.034	3.006	14.031	1.106	16.001	1.575	50.263	782	55.530	830	174.063	175	232.148
Inácio Martins	799	66.937	287	1.393	131	1.838	212	6.659	96	6.859	58	12.345	15	37.843
Laranjeiras do Sul	3.792	206.473	851	5.430	780	11.253	1.295	41.332	482	34.183	344	66.506	40	47.768
Pinhão	3.270	215.453	1.062	5.170	569	8.417	880	27.252	340	24.265	360	73.236	59	77.113
Quedas do Iguaçu	1.180	140.475	220	1.283	288	4.135	488	15.006	111	7.498	68	12.651	5	99.902
TOTAL DA REGIÃO PLANO *	37.673	1.795.161	14.300	70.835	7.141	101.288	9.846	309.563	3.476	248.671	2.555	497.490	355	567.315
TOTAL DO ESTADO	554.488	14.625.530	295.272	1.575.024	127.021	1.769.431	91.604	2.767.110	22.311	1.560.825	15.608	3.131.132	2.637	3.822.008

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

\* O total corresponde a soma dos agregados da coluna. As discrepâncias da soma interna dos dados são verificadas no próprio censo.

Observação: E: Estabelecimento

A: Área

TABELA 1.2. (a.d.) -- ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1960 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL		- 10 ha		10-20 ha		20-50 ha		500-100 ha		100-500 ha		+ 500 ha	
	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A
Prudentópolis	100,00	100,00	44,11	9,93	23,14	16,52	25,47	39,09	5,44	19,20	1,80	13,99	0,04	1,27
MR 20	100,00	100,00	40,72	6,04	18,49	7,35	25,52	23,29	9,24	19,32	5,60	29,08	0,43	14,92
Manuel Ribas	100,00	100,00	31,34	5,22	25,36	10,26	30,04	26,53	9,65	18,80	3,39	16,30	0,22	22,89
Palmital	100,00	100,00	30,80	3,77	18,07	5,59	33,16	23,69	9,57	16,08	7,65	33,48	0,75	17,39
Pitanga	100,00	100,00	45,70	7,31	17,58	7,73	22,11	22,53	9,05	21,02	5,21	29,08	0,35	12,33
MR 23	100,00	100,00	32,85	2,33	17,40	3,56	26,95	12,00	10,97	10,96	10,05	28,92	1,78	42,23
Guarapuava	100,00	100,00	40,22	2,59	14,80	2,95	21,07	9,27	10,46	10,24	11,11	32,11	2,34	42,84
Inácio Martins	100,00	100,00	35,92	2,08	16,40	2,75	26,53	9,95	12,02	10,25	7,26	18,44	1,87	56,53
Laranjeiras do Sul	100,00	100,00	22,44	2,63	20,57	5,45	34,15	20,02	12,71	16,56	9,07	32,21	1,06	23,13
Pinhão	100,00	100,00	32,48	2,40	17,40	3,91	26,91	12,65	10,40	11,26	11,01	33,99	1,80	35,79
Quedas do Iguaçu	100,00	100,00	18,64	0,91	24,41	2,94	41,36	10,68	9,41	5,34	5,76	9,01	0,42	71,12
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	100,00	37,96	3,95	18,96	5,64	26,14	17,24	9,23	13,85	6,78	27,72	0,93	31,60
TOTAL DO ESTADO	100,00	100,00	53,25	10,77	22,91	12,10	16,52	18,92	4,02	10,67	2,81	21,41	0,49	26,13

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I.2 (a.e.) - ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1970 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL		- 10 ha		10-20 ha		20-50 ha		50 a 100 ha		100-500ha		+ 500 ha	
	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A
Prudentópolis	20,21	8,38	23,49	21,10	24,67	24,55	19,69	19,01	11,92	11,62	5,36	4,23	0,84	0,34
MR 20	35,95	26,37	38,57	40,35	35,08	34,34	35,11	35,60	35,98	36,77	29,67	27,67	16,34	12,45
Manuel Ribas	3,68	2,70	3,04	3,57	4,93	4,90	4,23	4,15	3,85	3,66	1,84	1,59	0,84	1,95
Palmital	8,46	7,87	6,87	7,52	8,07	7,80	10,74	10,81	8,77	9,14	9,55	9,50	6,76	4,34
Pitanga	23,81	15,80	28,66	29,26	22,08	21,64	20,14	20,64	23,36	23,97	18,28	16,58	8,74	6,16
MR 23	43,84	65,25	37,94	38,55	40,25	41,11	45,20	45,39	52,10	51,61	64,97	68,10	82,82	87,21
Guarapuava	19,84	30,19	21,02	19,81	15,49	15,80	16,00	16,24	22,50	22,33	32,49	34,99	49,30	40,92
Inácio Martins	2,13	3,73	2,00	1,96	1,83	1,81	2,15	2,15	2,76	2,76	2,27	2,48	4,22	6,67
Laranjeiras do Sul	10,06	11,50	5,95	7,67	10,92	11,11	13,15	13,35	13,87	13,75	13,46	13,37	11,27	8,42
Pinhão	8,68	12,00	7,43	7,30	7,97	8,31	8,94	8,80	9,78	9,76	14,09	14,72	16,62	13,59
Quedas do Iguaçu	3,13	7,83	1,54	1,81	4,04	4,08	4,96	4,85	3,19	3,01	2,66	2,54	1,41	17,61
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
REGIÃO / ESTADO	6,79	12,27	4,84	4,50	5,62	5,72	10,75	11,19	15,58	15,93	16,37	15,89	13,46	14,84

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

Obs. : E = Estabelecimento

A = Área

TABELA 1.2. (a.f.) - EVOLUÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950 - 1970

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL			- 10 ha			10 a 20 ha			20 a 50 ha			50 a 100 ha			100 - 500 ha			+ 500 ha		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
Prudentópolis	64,09	40,45	19,76	5,36	5,89	4,45	14,80	14,77	14,11	33,67	43,16	30,34	69,58	69,14	69,80	171,33	162,52	153,64	1.335,31	1.078,86	639,00
MR 20.	112,33	44,25	34,94	9,55	5,11	5,18	14,33	13,80	13,88	36,74	47,77	31,88	84,82	77,22	73,09	168,91	185,12	181,58	1.106,2	1.744,51	1.217,67
Manuel Ribas	-	33,21	34,88	-	6,60	5,81	-	13,41	14,11	-	30,00	30,81	-	72,98	67,92	-	192,64	167,98	-	4.350,5	3.694,33
Palmital	-	-	44,31	-	-	5,42	-	-	13,71	-	-	31,66	-	-	74,50	-	-	193,79	-	-	1.023,83
Pitanga	112,33	50,01	31,62	9,55	4,26	5,06	14,33	14,75	13,90	36,74	35,06	32,22	84,82	77,73	73,42	168,91	184,28	176,57	1.106,2	899,32	1.128,06
MR 23	227,62	86,33	70,93	6,85	5,87	5,03	15,00	14,63	14,49	36,20	33,33	31,57	80,15	74,51	70,86	203,46	199,29	204,09	1.891,96	1.326,20	1.682,90
Guarapuava	254,26	92,96	72,52	6,87	5,59	4,67	15,10	14,56	14,47	34,18	33,23	31,91	73,19	72,63	71,01	219,91	202,81	209,71	1.486,92	1.280,66	1.326,56
Inácio Martins	-	-	83,77	-	-	4,85	-	-	14,03	-	-	31,41	-	-	71,45	-	-	212,84	-	-	946,07
Laranjeiras do Sul	189,96	69,96	54,45	6,6	7,14	6,38	14,37	14,79	14,43	38,51	33,52	31,92	84,59	77,82	70,92	180,75	188,66	193,33	6.160,5	1.667,66	1.194,2
Pinhão	-	-	65,89	-	-	4,87	-	-	14,79	-	-	30,97	-	-	71,37	-	-	203,43	-	-	1.307,00
Quedas do Iguaçu	-	-	119,05	-	-	5,83	-	-	14,36	-	-	30,75	-	-	67,55	-	-	186,04	-	-	19.980,04
TOTAL DA REGIÃO PLANO	150,83	60,56	47,65	6,24	5,44	4,95	14,81	14,27	14,18	35,39	33,46	31,44	78,97	74,78	71,54	186,06	190,16	194,71	1.769,34	138,60	1.598,07
TOTAL DO ESTADO	89,79	42,30	26,38	6,04	5,60	5,33	14,54	14,12	13,93	32,23	31,10	30,21	72,34	71,69	69,96	194,84	196,53	200,61	1.947,29	1.548,22	1.449,38

FONTE: IBGE/CA-IPARDES

TABELA I.2. (a.g) - ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÃO E TOTAL DO ESTADO	TOTAL	ÚNICA			M I S T A				
		SUB- TOTAL	PRÓPRIAS	ARREN- DADAS	OCUPA- DAS	SUB- TOTAL	PRÓPRIAS E ARRENDADAS	PRÓPRIAS E OCUPADAS	ARRENDADAS E OCUPADAS
Prudentópolis	2.453	2.265	2.134	59	72	188	136	48	4
MR 20	2.627	2.590	1.679	20	891	37	17	20	-
Manuel Ribas									
Palmital									
Pitanga	2.627	2.590	1.679	20	891	37	17	20	-
MR 23	4.088	3.968	2.721	71	1.176	120	59	54	7
Guarapuava	2.394	2.324	2.075	65	184	70	41	26	3
Inácio Martins									
Laranjeiras do Sul	1.694	1.644	646	6	992	50	18	28	4
Pinhão									
Quedas do Iguaçu									
TOTAL DA REGIÃO PLANO	9.168	8.823	6.534	150	2.139	345	212	122	11
TOTAL DO ESTADO	89.461	86.443	70.041	4.404	11.998	3.018	2.262	663	93

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I.2. (a.h.) - ESTABELECIMENTOS SEGUNDO CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL	UNICA				MISTA			
		SUB- TOTAL	PRÓPRIAS	ARREN- DADAS	OCUPA- DAS	SUB- TOTAL	PRÓPRIAS E ARRENDADAS	PRÓPRIAS E OCUPADAS	ARRENDADAS E OCUPADAS
Prudentópolis	100,00	92,34	87,00	2,40	2,94	7,66	5,54	1,96	0,16
MR 20 Manuel Ribas Palmital	100,00	98,59	63,91	0,76	33,92	1,41	0,65	0,76	-
Pitanga	100,00	98,59	63,91	0,76	33,92	1,41	0,65	0,76	-
MR 23 Guarapuava	100,00	97,06	66,56	1,74	28,76	2,94	1,45	1,32	0,17
Inácio Martins	100,00	97,08	86,68	2,72	7,68	2,92	1,71	1,09	0,12
Laranjeiras do Sul Pinhão Quedas do Iguaçu	100,00	97,05	38,13	0,35	58,55	2,95	1,06	1,65	0,24
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	96,24	71,27	1,64	23,33	3,76	2,31	1,33	0,12
TOTAL DO ESTADO	100,00	96,63	78,29	4,93	13,41	3,37	2,53	0,74	0,10

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I.2.(a.i.) - ESTABELECIMENTOS SEGUNDO CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL	UNICA			MISTA				
		SUB- TOTAL	PRÓPRIAS	ARREN- DADAS	OCUPA DAS	SUB- TOTAL	PRÓPRIAS E ARRENDADAS	PRÓPRIAS E OCUPADAS	ARRENDADAS E OCUPADAS
Prudentópolis	26,76	25,67	32,66	39,33	3,37	54,49	64,15	39,35	36,36
MR 20 Manuel Ribas	28,65	29,36	25,70	13,33	41,65	10,73	8,02	16,39	-
Palmital									
Pitanga	28,65	29,36	25,70	13,33	41,65	10,73	8,02	16,39	-
MR 23	44,59	44,97	41,64	47,34	54,98	34,78	27,83	44,26	63,64
Guarapuava	26,11	26,34	31,76	43,34	8,60	20,29	19,34	21,31	27,27
Inácio Martins									
Laranjeiras do Sul	18,48	18,63	9,88	4,00	46,38	14,49	8,49	22,95	36,37
Pinhão									
Quedas do Iguaçu									
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
REGIÃO / ESTADO	10,25	10,21	9,33	3,41	17,83	11,43	9,37	18,40	11,83

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I.2. (a.j.) - ESTABELECIMENTOS SEGUNDO CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1960 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL	ÚNICA				MISTA			
		SUB- TOTAL	PRÓPRIAS	ARREN- DADAS	OCUPA- DAS	SUB- TOTAL	PRÓPRIAS E ARRENDADAS	PRÓPRIAS E OCUPADAS	ARRENDADAS E OCUPADAS
Prudentópolis	4.124	3.746	3.173	460	113	378	295	74	9
MR 20	12.183	11.980	7.555	1.850	2.575	203	24	172	7
Manuel Ribas	4.180	4.170	3.860	194	116	10	8	2	-
Palmital									
Pitanga	8.003	7.810	3.695	1.656	2.459	193	16	170	7
MR 23	10.928	10.077	8.054	699	1.324	851	633	178	40
Guarapuava	7.776	7.104	6.300	565	239	672	555	86	31
Inácio Martins									
Laranjeiras do Sul	3.152	2.973	1.754	134	1.085	179	78	92	9
Pinhão									
Quedas do Iguaçu									
TOTAL DA REGIÃO PLANO	27.235	25.803	18.782	3.009	4.012	1.432	952	424	56
TOTAL DO ESTADO	269.146	261.039	171.849	55.404	33.786	8.107	5.188	1.991	928

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I.2. (a.1.) - ESTABELECIMENTO SEGUNDO CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1960 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES TOTAL DO ESTADO	TOTAL	UNICA				MISTA			
		SUB- TOTAL	PRÓPRIAS	ARREN- DADAS	OCUPA- DAS	SUB- TOTAL	PRÓPRIAS E ARRENDADAS	PRÓPRIAS E OCUPADAS	ARRENDADAS E OCUPADAS
Prudentópolis	100,00	90,83	76,94	11,15	2,74	9,17	7,15	1,79	0,23
MR 20	100,00	98,33	62,01	15,19	21,13	1,67	0,20	1,41	0,06
Manuel Ribas	100,00	99,76	92,34	4,64	2,78	0,24	0,19	0,05	-
Palmital									
Pitanga		97,59	46,17	20,69	30,73	2,41	0,20	2,12	0,09
MR 23	100,00	92,21	73,70	6,40	12,11	7,79	5,79	1,63	0,37
Guarapuava	100,00	91,36	81,02	7,27	3,07	8,64	7,14	1,10	0,40
Inácio Martins									
Laranjeiras do Sul	100,00	94,32	55,65	4,25	34,42	5,68	2,47	2,92	0,29
Pinhão									
Quedas do Iguaçu									
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	94,74	68,96	11,05	14,73	5,26	3,50	1,56	0,20
TOTAL DO ESTADO	100,00	96,99	63,85	20,59	12,55	3,01	1,93	0,74	0,34

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I.2. (a.m.) - ESTABELECIMENTOS SEGUNDO CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1960 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL	Ú N I C A				M I S T A			
		SUB- TOTAL	PRÓPRIAS	ARREN- DADAS	OCUPA- DAS	SUB- TOTAL	PRÓPRIAS E ARRENDADAS	PRÓPRIAS E OCUPADAS	ARRENDADAS E OCUPADAS
Prudentópolis	15,14	14,52	16,89	15,29	2,82	26,40	30,99	17,45	16,07
MR 20	44,73	46,43	40,22	61,48	64,18	14,17	2,52	40,57	12,50
Manuel Ribas	15,35	16,16	20,55	6,45	2,89	0,70	0,84	0,48	-
Palmital									
Pitanga	29,38	30,27	19,67	55,03	61,29	13,47	1,68	40,09	12,50
MR 23	40,13	39,05	42,88	23,23	33,00	59,43	66,49	41,98	71,43
Guarapuava	28,56	27,53	33,54	18,78	5,96	46,93	58,30	20,28	55,36
Inácio Martins									
Laranjeiras do Sul	11,57	11,52	9,34	4,45	27,04	12,50	8,19	21,70	16,07
Pinhão									
Quedas do Iguaçu									
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
REGIÃO / ESTADO	10,12	9,88	10,93	5,43	11,87	17,66	18,35	21,30	6,03

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA 1.2. (a.n.) - ESTABELECIMENTOS SEGUNDO CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1970 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL	Ú N I C A				M I S T A			
		SUB- TOTAL	PRÓPRIAS	ARREN- DADAS	OCUPA- DAS	SUB- TOTAL	PRÓPRIAS E ARRENDADAS	PRÓPRIAS E OCUPADAS	ARRENDADAS E OCUPADAS
Prudentópolis	7.614	7.449	5.770	849	830	165	101	53	11
MR 20	13.544	13.224	8.720	2.386	2.118	320	163	133	24
Manuel Ribas	1.388	1.350	940	272	138	38	24	11	3
Palmital	3.188	3.126	2.346	559	221	62	31	30	1
Pitanga	8.968	8.748	5.434	1.555	1.759	220	108	92	20
MR 23	16.515	15.846	11.222	1.731	2.893	669	393	154	122
Guarapuava	7.474	6.976	4.804	1.028	1.144	498	292	96	110
Inácio Martins	799	791	455	95	241	8	4	1	3
Laranjeiras do Sul	3.792	3.726	2.996	222	508	66	48	17	1
Pinhão	3.270	3.183	1.941	351	891	87	40	39	8
Quedas do Iguaçu	1.180	1.170	1.026	35	109	10	9	1	-
TOTAL DA REGIÃO PLANO	37.673	36.519	25.712	4.966	5.841	1.154	657	340	157
TOTAL DO ESTADO	554.488	540.104	300.153	189.903	50.048	14.384	10.209	2.400	1.775

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I. 2. (a.o.) - ESTABELECIMENTOS SEGUNDO CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE  
ESTADO DO PARANÁ - 1970

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL	Ú N I C A			M I S T A				
		SUB- TOTAL	PRÓPRIAS	ARREN- DADAS	OCUPA- DAS	SUB- TOTAL	PRÓPRIAS E ARRENDADAS	PRÓPRIAS E OCUPADAS	ARRENDADAS E OCUPADAS
Prudentópolis	100,00	97,83	75,78	11,15	10,90	2,17	1,33	0,70	0,14
MR 20	100,00	97,64	64,38	17,62	15,64	2,36	1,20	0,98	0,18
Manuel Ribas	100,00	97,26	67,72	19,60	9,94	2,74	1,73	0,79	0,22
Palmital	100,00	98,06	73,59	17,54	6,93	1,94	0,97	0,94	0,03
Pitanga	100,00	97,55	60,59	17,34	19,62	2,45	1,20	1,03	0,22
MR 23	100,00	95,95	67,95	10,48	17,52	4,05	2,38	0,93	0,74
Guarapuava	100,00	93,34	64,28	13,75	15,31	6,66	3,91	1,28	1,47
Inácio Martins	100,00	99,00	56,95	11,89	30,16	1,00	0,50	0,12	0,38
Laranjeiras do Sul	100,00	98,26	79,01	5,85	13,40	1,74	1,26	0,45	0,03
Pinhão	100,00	97,34	59,36	10,73	27,25	2,66	1,22	1,19	0,24
Quedas do Iguaçu	100,00	99,15	86,95	2,96	9,24	0,85	0,76	0,09	-
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	96,94	68,25	13,18	15,51	3,06	1,74	0,90	0,42
TOTAL DO ESTADO	100,00	97,41	54,13	34,25	9,03	2,59	1,84	0,43	0,32

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I. 2. (a.p.) - ESTABELECIMENTOS SEGUNDO CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE  
ESTADO DO PARANÁ - 1970 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL	Ú N I C A			M I S T A				
		SUB- TOTAL	PRÓPRIAS	ARREN- DADAS	OCUPA- DAS	SUB- TOTAL	PRÓPRIAS E ARRENDADAS	PRÓPRIAS E OCUPADAS	ARRENDADAS E OCUPADAS
Prudentópolis	20,21	20,40	22,44	17,09	14,21	14,30	15,37	15,59	7,00
MR 20	35,95	36,21	33,91	48,05	36,26	27,73	24,81	39,12	15,29
Manuel Ribas	3,68	3,70	3,66	5,48	2,36	3,29	3,65	3,24	1,91
Palmital	8,46	8,56	9,12	11,26	3,78	5,37	4,72	8,82	0,64
Pitanga	23,81	23,95	21,13	31,31	30,12	19,07	16,44	27,06	12,74
MR 23	43,84	43,39	43,65	34,86	49,53	57,97	59,82	45,29	77,71
Guarapuava	19,84	19,10	18,69	20,70	19,58	43,15	44,44	28,24	70,06
Inácio Martins	2,12	2,17	1,77	1,91	4,13	0,69	0,61	0,29	1,91
Laranjeiras do Sul	10,07	10,20	11,65	4,47	8,70	5,72	7,31	5,00	0,64
Pinhão	8,68	8,72	7,55	7,08	15,25	7,54	6,09	11,47	5,10
Quedas do Iguaçu	3,13	3,20	3,99	0,70	1,87	0,87	1,37	0,29	-
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
REGIÃO / ESTADO	6,79	6,76	8,57	2,62	11,67	8,02	6,44	14,17	8,85

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I.2.(a.q.) - ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL	Ú N I C A				M I S T A			
		SUB-TOTAL	PRÓPRIAS	ARRENDADAS	OCUPADAS	SUB-TOTAL	PRÓPRIAS E ARRENDADAS	PRÓPRIAS E OCUPADAS	ARRENDADAS E OCUPADAS
Prudentópolis	157.213	149.755	144.947	965	3.843	7.458	4.858	2.576	24
MR 20	295.090	290.907	193.768	1.704	95.435	4.183	819	3.364	-
Manuel Ribas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palmital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pitanga	295.090	290.907	193.768	1.704	95.435	4.183	819	3.364	-
MR 23	930.509	897.934	748.963	24.949	124.022	32.575	21.369	11.085	121
Guarapuava	608.707	581.714	535.059	24.789	21.866	26.993	20.602	6.368	23
Inácio Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laranjeiras do Sul	321.802	316.220	213.904	160	102.156	5.582	767	4.717	98
Pinhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quedas do Iguaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da Região Plano	1.382.812	1.338.596	1.087.678	27.618	223.300	44.216	27.046	17.025	145
Total do Estado	8.032.743	7.855.437	6.982.683	185.163	687.591	177.306	126.986	48.462	1.858

Fonte: IBGE/CA - IPARDES

TABELA 1.2.(a.r.) - ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1960 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL	Ú N I C A				M I S T A			
		SUB-TOTAL	PRÓPRIAS	ARRENDADAS	OCUPADAS	SUB-TOTAL	PRÓPRIAS E ARRENDADAS	PRÓPRIAS E OCUPADAS	ARRENDADAS E OCUPADAS
Prudentópolis	100,00	95,25	92,19	0,61	2,45	4,75	3,09	1,64	0,02
MR 20	100,00	98,58	65,66	0,58	32,34	1,42	0,28	1,14	-
Manuel Ribas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palmital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pitanga	100,00	98,58	65,66	0,58	32,34	1,42	0,28	1,14	-
MR 23	100,00	96,49	80,49	2,68	13,32	3,51	2,30	1,20	0,01
Guarapuava	100,00	95,56	87,90	4,07	3,59	4,44	3,39	1,05	0,00
Inácio Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laranjeiras do Sul	100,00	98,26	66,48	0,04	31,74	1,74	0,24	1,47	0,03
Pinhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quedas do Iguaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da Região Plano	100,00	96,80	78,65	1,99	16,16	3,20	1,95	1,24	0,01
Total do Estado	100,00	97,79	86,93	2,30	8,56	2,21	1,59	0,60	0,02

Fonte: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I.2.(a.s.) - ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL	Ú N I C A			M I S T A				
		SUB-TOTAL	PRÓPRIAS	ARRENDADAS	OCUPADAS	SUB-TOTAL	PRÓPRIAS E ARRENDADAS	PRÓPRIAS E OCUPADAS	ARRENDADAS E OCUPADAS
Prudentópolis	11,37	11,19	13,33	3,49	1,72	16,87	17,96	15,13	16,55
MR 20	21,34	21,73	17,81	6,17	42,74	9,45	3,03	19,76	-
Manuel Ribas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palmital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pitanga	21,34	21,73	17,81	6,17	42,74	9,45	3,03	19,76	-
MR 23	67,29	67,08	68,86	90,34	55,54	73,68	79,01	65,11	83,45
Guarapuava	44,02	43,46	49,19	89,76	9,79	61,05	76,18	37,41	15,87
Inácio Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laranjeiras do Sul	23,27	23,62	19,67	0,58	45,75	2,63	2,84	27,70	67,58
Pinhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quedas do Iguaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da Região Plano	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Região / Estado	17,22	17,04	15,58	14,92	32,48	24,94	21,30	35,13	7,81

Fonte: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I.2. (a.t.) - ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1960

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL	Ú N I C A				M I S T A			
		SUB-TOTAL	PRÓPRIAS	ARRENDADAS	OCUPADAS	SUB-TOTAL	PRÓPRIAS E ARRENDADAS	PRÓPRIAS E OCUPADAS	ARRENDADAS E OCUPADAS
Prudentópolis	166.807	155.447	147.439	5.573	2.435	11.360	6.842	4.447	71
MR 20	539.088	514.302	370.455	11.411	132.436	24.786	1.640	22.659	487
Manuel Ribas	138.831	138.593	135.541	2.307	745	238	172	66	-
Palmital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pitanga	400.257	375.709	234.914	9.104	131.691	24.548	1.468	22.593	487
MR 23	943.395	889.186	790.672	31.125	67.389	54.209	34.052	18.149	2.008
Guarapuava	722.887	678.339	639.102	27.202	12.035	44.548	31.887	10.811	1.850
Inácio Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laranjeiras do Sul	220.508	210.847	151.570	3.923	55.354	9.661	2.165	7.338	158
Pinhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quedas do Iguaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da Região Plano	1.649.290	1.558.935	1.308.566	48.109	202.260	90.355	42.534	45.255	2.566
Total do Estado	11.384.934	10.999.624	9.162.383	775.215	1.062.026	385.310	232.380	133.951	18.979

Fonte: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I.2.(a.u.) - ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1960 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL	ÚNICA				M I S T A			
		SUB-TOTAL	PRÓPRIAS	ARRENDADAS	OCUPADAS	SUB-TOTAL	PRÓPRIAS E ARRENDADAS	PRÓPRIAS E ARRENDADAS E OCUPADAS	ARRENDADAS E OCUPADAS
Prudentópolis	100,00	93,18	88,39	3,34	1,46	6,81	4,11	2,66	0,04
MR 20	100,00	95,40	68,72	2,11	24,57	4,60	0,30	4,20	0,10
Manuel Ribas	100,00	99,83	97,63	1,66	0,54	0,17	0,12	0,05	-
Palmital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pitanga	100,00	93,87	58,69	2,28	32,90	6,13	0,36	5,65	0,12
MR 23	100,00	94,25	83,81	3,29	7,15	5,75	3,61	1,93	0,21
Guarapuava	100,00	93,84	88,40	3,77	1,67	6,16	4,41	1,49	0,26
Inácio Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laranjeiras do Sul	100,00	95,62	68,74	1,78	25,10	4,38	0,98	3,32	0,08
Pinhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quedas do Iguaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da Região Plano	100,00	94,52	79,35	2,91	12,26	5,48	2,58	2,74	0,16
Total do Estado	100,00	96,62	80,48	6,81	9,32	3,38	2,04	1,18	0,16

Fonte: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I.2.(a.v.) - ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1960 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL	Ú N I C A				M I S T A			
		SUB-TOTAL	PRÓPRIAS	ARRENDADAS	OCUPADAS	SUB-TOTAL	PRÓPRIAS E ARRENDADAS	PRÓPRIAS E OCUPADAS	ARRENDADAS E OCUPADAS
Prudentópolis	10,12	9,98	11,27	11,59	1,20	12,58	16,09	9,83	2,77
MR 20	32,68	32,99	28,30	23,72	65,48	27,43	3,85	50,07	18,98
Manuel Ribas	8,41	8,89	10,35	4,79	0,38	0,27	0,40	0,14	-
Palmital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pitanga	24,27	24,10	17,95	18,93	65,10	27,16	3,45	49,93	18,98
MR 23	57,20	57,03	60,43	64,69	33,32	59,99	80,06	40,10	78,25
Guarapuava	43,83	43,51	48,84	56,54	5,96	49,30	74,97	23,89	72,09
Inácio Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laranjeiras do Sul	13,37	13,52	11,59	8,15	27,36	10,69	5,09	16,21	6,16
Pinhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quedas do Iguaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da Região Plano	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Região / Estado	14,48	14,17	14,28	6,20	19,04	23,44	18,30	33,78	13,52

Fonte: IBGE/CA - IPARDES

TABELA 1.2. (a.x.) - ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1970

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL	ÚNICA				MISTA			
		SUB-TOTAL	PRÓPRIAS	ARRENDADAS	OCUPADAS	SUB-TOTAL	PRÓPRIAS E ARRENDADAS	PRÓPRIAS E OCUPADAS	ARRENDADAS E OCUPADAS
Prudentópolis	150.510	146.832	134.260	5.144	7.428	3.679	2.083	1.471	124
MR 20	473.280	457.499	401.523	22.529	33.447	15.781	4.462	11.095	224
Manuel Ribas	48.420	47.289	41.219	3.899	2.171	1.131	974	110	47
Palmital	141.272	133.094	120.969	4.677	7.449	8.178	1.098	7.071	9
Pitanga	283.589	277.117	239.335	13.954	23.828	6.472	2.390	3.914	168
MR 23	1.171.371	1.139.146	1.040.079	36.061	63.006	32.225	16.431	14.621	1.172
Guarapuava	542.034	519.973	464.786	26.417	28.771	22.060	12.493	8.533	1.034
Inácio Martins	66.937	66.484	61.632	403	4.450	452	209	207	36
Laranjeiras do Sul	206.473	203.076	187.796	5.476	9.804	3.397	2.005	1.383	8
Pinhão	215.453	209.360	189.013	2.986	17.361	6.094	1.512	4.488	94
Quedas do Iguaçu	140.475	140.252	136.852	780	2.620	223	213	10	-
Total da Região Plano (*)	1.795.161	1.743.477	1.575.862	63.734	103.881	51.685	22.976	27.187	1.520
Total do Estado	14.625.530	14.181.583	11.739.226	1.692.015	750.342	443.947	302.594	119.463	21.890

Fonte: IBGE/CA - IPARDES

(\*) O total corresponde à soma dos agregados da coluna fornecidos pelo censo. As discrepâncias das somas internas dos dados são verificadas no próprio censo.

TABELA I.2. (a.z.) - ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1970 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL	Ú N I C A				M I S T A			
		SUB- TOTAL	PRÓPRIAS	ARREN- DADAS	OCUPA- DAS	SUB- TOTAL	PRÓPRIAS E ARRENDADAS	PRÓPRIAS E OCUPADAS	ARRENDADAS E OCUPADAS
Prudentópolis	100,00	97,56	89,21	3,42	4,93	2,44	1,38	0,98	0,08
MR 20	100,00	96,67	84,84	4,76	7,07	3,33	0,94	2,34	0,05
Manuel Ribas	100,00	97,66	85,13	8,05	4,48	2,34	2,01	0,23	0,10
Palmital	100,00	94,21	85,63	3,31	5,27	5,79	0,78	5,00	0,01
Pitanga	100,00	97,71	84,39	4,92	8,40	2,29	0,84	1,39	0,06
MR 23	100,00	97,25	88,79	3,08	3,08	2,75	1,40	1,25	0,10
Guarapuava	100,00	95,93	85,75	4,87	5,31	4,07	2,31	1,57	0,19
Inácio Martins	100,00	99,33	92,07	0,60	6,66	0,67	0,31	0,31	0,05
Laranjeiras do Sul	100,00	98,35	90,95	2,65	4,75	1,65	0,97	0,68	0,00
Pinhão	100,00	97,17	87,74	1,38	8,05	2,82	0,70	2,08	0,04
Quedas do Iguaçu	100,00	99,84	97,42	0,55	1,87	0,16	0,15	0,01	-
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	97,12	87,78	3,55	5,79	2,88	1,28	1,51	0,09
TOTAL DO ESTADO	100,00	96,96	80,26	11,57	5,13	3,04	2,07	0,82	0,15

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

Obs. : Os percentuais foram aproximados em função das discrepâncias das somas internas dos dados apresentados no censo.

TABELA I.2. (b.a.)- ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1970 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	TOTAL	Ú N I C A			M I S T A				
		SUB- TOTAL	PRÓPRIAS	ARREN- DADAS	OCUPA- DAS	SUB- TOTAL	PRÓPRIAS E ARRENDADAS	PRÓPRIAS E OCUPADAS	ARRENDADAS E OCUPADAS
Prudentópolis	8,39	8,42	8,52	8,07	7,15	7,12	9,06	5,41	0,10
MR 20	26,36	26,24	25,48	35,35	32,30	30,53	19,42	40,81	0,18
Manuel Ribas	2,69	2,71	2,62	6,12	2,09	2,19	4,24	0,40	0,04
Palmital	7,88	7,64	7,67	7,34	7,17	15,82	4,78	26,01	0,01
Pitanga	15,79	15,89	15,19	21,89	22,94	12,52	10,40	14,40	0,13
MR 23	65,25	65,34	66,00	56,58	60,65	62,35	71,52	53,78	0,92
Guarapuava	30,19	29,82	29,49	41,46	27,70	42,68	54,37	31,39	0,82
Inácio Martins	3,74	3,81	3,91	0,63	4,28	0,87	0,90	0,76	0,03
Laranjeiras do Sul	11,50	11,65	11,92	8,59	9,44	6,57	8,73	5,08	0,01
Pinhão	12,00	12,01	11,99	4,68	16,71	11,79	6,58	16,51	0,06
Quedas do Iguaçu	7,82	8,05	8,69	1,22	2,52	0,44	0,94	0,04	-
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100	100	100	100	100	100	100	100	100
REGIÃO / ESTADO	12,27	12,29	13,42	3,76	13,84	11,64	7,59	22,76	6,95

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I.2. (b.b.) - PESSOAL OCUPADO NO SETOR PRIMÁRIO POR OCUPAÇÃO E CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL -  
REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	RESPONSÁVEIS								MEMBROS NÃO RE- MUNERA- DOS DA FAMÍLIA	EMPREGADOS					
	TOTAL (1)	PROPRI- ETÁRIOS	ARRENDATÁRIOS			OCUPAN- TES	ADMINIS- TRADO- RES	OUTRA CONDI- ÇÃO		TOTAL	EM TRABA- LHO TEM- PORÁRIO	EM TRABA- LHO PER- MANENTE	PARCEI- ROS (2)	OUTRA CONDI- ÇÃO	TOTAL
Prudentópolis	2.493	2.299	63	-	-	72	19	-	4.650	2.269	2.118	151	81	-	9.453
MR 20	2.627	1.708	20	-	-	891	8	-	5.246	4.052	3.539	513	179	-	12.104
Manuel Ribas															
Palmital															
Pitanga	2.627	1.708	20	-	-	891	8	-	5.246	4.052	3.539	513	179	-	12.104
MR 23	4.088	2.778	75	-	-	1.179	56	-	8.665	4.594	3.935	659	106	-	17.453
Guarapuava	2.394	2.093	67	-	-	185	49	-	5.836	2.246	1.888	358	79	-	10.555
Inácio Martins															
Laranjeiras do Sul	1.694	685	8	-	-	994	7	-	2.829	2.348	2.047	301	27	-	6.898
Pinhão															
Quedas do Iguaçu															
TOTAL DA REGIÃO PLANO	9.168	6.785	158	-	-	2.142	83	-	18.561	10.915	9.592	1.323	366	-	39.010
TOTAL DO ESTADO	89.461	68.609	4.436	-	-	12.043	4.361	12	188.749	203.145	96.280	106.865	26.252	-	507.607

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

(1) Inclusive os Estabelecimentos sem Declaração da Condição do Responsável.

(2) Inclusive o pessoal que trabalha por conta dos parceiros.

TABELA I. 2. (b. c.) - PESSOAL OCUPADO NO SETOR PRIMÁRIO POR CATEGORIA DE OCUPAÇÃO E CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL -  
REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	RESPONSÁVEIS								MEMBROS NÃO RE- MUNERA- DOS DA FAMÍLIA	EMPREGADOS			PARCEI- ROS	OUTRA CONDI- ÇÃO	TOTAL
	PROPRIETÁRIOS		ARRENDATÁRIOS			OCUPAN- TES	ADMINIS- TRADO- RES	OUTRA CONDI- ÇÃO		TOTAL	EM TRABA- LHO TEM- PORÁRIO	EM TRABA- LHO PER- MANENTE			
	TOTAL	PROPRIETÁRIOS	TOTAL	ARRENDATÁRIOS	PARCEIROS										
Prudentópolis	25,95	24,32	0,67	-	-	0,76	0,20	-	49,19	24,00	22,40	1,60	0,86	-	100,00
MR 20	21,70	14,11	0,17	-	-	7,36	0,07	-	43,34	33,48	29,24	4,24	1,48	-	100,00
Manuel Ribas															
Palmital															
Pitanga	21,70	14,11	0,17	-	-	7,36	0,07	-	43,34	33,48	29,24	4,24	1,48	-	100,00
MR 23	23,42	15,92	0,43	-	-	6,76	0,32	-	49,65	26,32	22,55	3,78	0,61	-	100,00
Guarapuava	22,68	19,83	0,63	-	-	1,75	0,46	-	55,29	21,28	17,89	3,39	0,75	-	100,00
Inácio Martins															
Laranjeiras do Sul	24,56	9,93	0,12	-	-	14,41	0,10	-	41,01	34,04	29,68	4,36	0,39	-	100,00
Pinhão															
Quedas do Iguaçu															
TOTAL DA REGIÃO PLANO	23,50	17,39	0,41	-	-	5,49	0,21	-	47,58	27,98	24,59	3,39	0,94	-	100,00
REGIÃO / ESTADO	17,63	13,52	0,87	-	-	2,37	0,86	0,01	37,18	40,02	18,97	21,05	5,17	-	100,00

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA 1. 2. (b. d.) - PESSOAL OCUPADO NO SETOR PRIMÁRIO POR CATEGORIA DE OCUPAÇÃO E CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL  
 REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1950 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	RESPONSÁVEIS								MEMBROS NÃO RE- MUNERA- DOS DA FAMÍLIA	EMPREGADOS			PARCEI- ROS	OUTRA CONDI- ÇÃO	TOTAL
	TOTAL	PROPRI- ETÁRIOS	ARRENDATÁRIOS			OCUPAN- TES	ADMINIS- TRADO- RES	OUTRA CONDI- ÇÃO		TOTAL	EM TRABA- LHO TEM- PORÁRIO	EM TRABA- LHO PER- MANENTE			
			TOTAL	ARREN- DATA- RIOS	PARCEI- ROS										
Prudentópolis	26,76	33,89	39,87	-	-	3,36	22,89	-	25,05	20,79	22,08	11,41	22,13	-	24,23
MR 20	28,65	25,17	12,66	-	-	41,60	9,64	-	28,26	37,12	36,90	38,78	48,91	-	31,03
Manuel Ribas															
Palmital															
Pitanga	28,65	25,17	12,66	-	-	41,60	9,64	-	28,26	37,12	36,90	38,78	48,91	-	31,03
MR 23	44,59	40,94	47,47	-	-	55,04	67,47	-	46,69	42,09	41,02	49,81	28,96	-	44,74
Guarapuava	26,11	30,85	42,41	-	-	8,64	59,04	-	31,44	20,58	19,68	27,06	21,58	-	27,06
Inácio Martins															
Laranjeiras do Sul	18,48	10,09	5,06	-	-	46,40	8,43	-	15,24	21,51	21,34	22,75	7,38	-	17,68
Pinhão															
Quedas do Iguaçu															
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	100,00	100,00	-	-	100,00	100,00	-	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	-	100,00
REGIÃO / ESTADO	10,25	9,89	3,56	-	-	17,79	1,90	-	9,83	5,37	9,96	1,24	1,39	-	7,69

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I.2. (b. e) - PESSOAL OCUPADO NO SETOR PRIMÁRIO POR CATEGORIA DE OCUPAÇÃO E CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL  
REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1960 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	RESPONSÁVEIS									EMPREGADOS					
	TOTAL (1)	PROPRIETÁRIOS	ARRENDATÁRIOS			OCUPANTES	ADMINISTRADORES	OUTRA CONDIÇÃO	MEMBROS NÃO REMUNERADOS DA FAMÍLIA	TOTAL	EM TRABALHO PORÁRIO	EM TRABALHO PERMANENTE	PARCEIROS	OUTRA CONDIÇÃO	TOTAL
			TOTAL	ARRENDATÁRIOS	PARCEIROS										
Prudentópolis	4.124	3.535	469	-	-	113	7	-	6.726	2.439	2.174	265	52	40	13.381
MR 20	12.183	7.464	1.857	-	-	2.575	287	-	16.311	10.198	8.134	2.064	227	85	39.004
Manuel Ribas	4.180	3.625	194	-	-	116	245	-	7.171	4.472	3.124	1.348	180	30	16.033
Palmital															
Pitanga	8.003	3.839	1.663	-	-	2.459	42	-	9.140	5.726	5.010	716	47	55	22.971
MR 23	10.928	8.746	739	-	-	1.324	119	-	19.880	7.927	6.489	1.438	109	490	39.334
Guarapuava	7.776	6.874	596	-	-	239	67	-	14.077	5.457	4.444	1.013	40	214	27.564
Inácio Martins															
Laranjeiras do Sul	3.152	1.872	143	-	-	1.085	52	-	5.803	2.470	2.045	425	69	276	11.770
Pinhão															
Quedas do Iguaçu															
TOTAL DA REGIÃO PLANO	27.235	19.745	3.065	-	-	4.012	413	-	42.917	20.564	16.797	3.767	388	615	91.719
TOTAL DO ESTADO	269.146	165.974	56.332	-	-	33.786	13.054	-	528.471	363.407	170.409	192.998	95.558	28.116	1.284.698

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

(1) Inclusive os estabelecimentos sem declaração da condição do responsável.

TABELA I. 2. (b. f.) - PESSOAL OCUPADO NO SETOR PRIMÁRIO POR CATEGORIA DE OCUPAÇÃO E CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL  
REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1970 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	RESPONSÁVEIS								MEMBROS NÃO RE- MUNERA- DOS DA FAMÍLIA	EMPREGADOS					TOTAL
	TOTAL	PROPRI- TÁRIOS	ARRENDATÁRIOS			OCUPAN- TES	ADMINIS- TRADO- RES	OUTRA CONDI- ÇÃO		TOTAL	EM TRABA- LHO TEM- PORÁRIO	EM TRABA- LHO PER- MANENTE	PARCEI- ROS	OUTRA CONDI- ÇÃO	
			TOTAL	ARREN- DATA- RIOS	PARCEI- ROS										
Prudentópolis	30,82	26,42	3,51	-	-	0,84	0,05	-	50,26	18,23	16,25	1,98	0,39	0,30	100,00
MR 20	31,24	19,14	4,76	-	-	6,60	0,74	-	41,82	26,15	20,85	5,29	0,58	0,22	100,00
Manuel Ribas	26,07	22,61	1,21	-	-	0,72	1,53	-	44,73	27,89	19,48	8,41	1,12	0,19	100,00
Palmital	34,84	16,71	7,24	-	-	10,71	0,18	-	39,79	24,93	21,81	3,12	0,20	0,24	100,00
Pitanga															
MR 23	27,78	22,24	1,88	-	-	3,37	0,30	-	50,54	20,15	16,50	3,66	0,28	1,25	100,00
Guarapuava	28,21	24,94	2,16	-	-	0,87	0,24	-	51,07	19,80	16,12	3,68	0,15	0,78	100,00
Inácio Martins															
Laranjeiras do Sul	26,78	15,90	1,21	-	-	9,22	0,44	-	49,30	20,99	17,38	3,61	0,59	2,34	100,00
Pinhão															
Quedas do Iguaçu															
TOTAL DA REGIÃO PLANO	29,69	21,53	3,34	-	-	4,37	0,45	-	46,79	22,42	18,31	4,11	0,42	0,67	100,00
TOTAL DO ESTADO	20,95	12,92	4,38	-	-	2,63	1,02	-	41,14	28,29	13,26	15,02	7,44	2,10	100,00

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I.2. (b.g.) - PESSOAL OCUPADO NO SETOR PRIMÁRIO POR CATEGORIA DE OCUPAÇÃO E CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL  
REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1960 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	RESPONSÁVEIS								MEMBROS NÃO REMUNERADOS DA FAMÍLIA	EMPREGADOS					
	TOTAL	PROPRIETÁRIOS	ARRENDATÁRIOS					TOTAL		EM TRABALHO TEMPORÁRIO	EM TRABALHO PERMANENTE	PARCEIROS	OUTRA CONDIÇÃO	TOTAL	
			TOTAL	ARRENDATÁRIOS	PARCEIROS	OCUPANTES	ADMINISTRADORES								OUTRA CONDIÇÃO
Prudentópolis	15,14	17,90	15,30	-	-	2,82	1,70	-	15,67	11,86	12,94	7,03	13,40	6,50	14,59
MR 20	44,73	37,80	60,59	-	-	64,18	69,49	-	38,01	49,59	48,43	54,79	58,51	13,82	42,53
Manuel Ribas	15,35	18,36	6,33	-	-	2,89	59,32	-	16,71	21,75	18,60	35,78	46,39	4,88	17,48
Palmital															
Pitanga	29,38	19,44	54,26	-	-	61,29	10,17	-	21,30	27,84	29,83	19,01	12,11	8,94	25,04
MR 23	40,13	44,30	24,11	-	-	33,00	28,81	-	46,32	38,55	38,63	38,17	28,09	79,68	42,88
Guarapuava	28,55	34,81	19,45	-	-	8,96	16,22	-	32,80	26,54	26,46	26,89	10,31	34,80	30,05
Inácio Martins															
Laranj. do Sul	11,57	9,48	4,67	-	-	27,04	12,59	-	13,52	12,01	12,17	11,28	17,78	44,88	12,83
Pinhão															
Quedas do Iguaçu															
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	100,00	100,00	-	-	100,00	100,00	-	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
REGIÃO/ESTADO	10,12	11,90	5,44	-	-	11,87	3,16	-	8,12	5,66	9,86	1,95	0,41	2,19	7,14

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA 1.2. (b. h.) - PESSOAL OCUPADO NO SETOR PRIMÁRIO POR CATEGORIA DE OCUPAÇÃO E CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL -  
REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1970

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	RESPONSÁVEIS									EMPREGADOS					
	TOTAL	PROPRIETÁRIOS	ARRENDATÁRIOS			OCUPANTES	ADMINISTRADORES	OUTRA CONDIÇÃO	MEMBROS NÃO REMUNERADOS DA FAMÍLIA	TOTAL	EM TRABALHO PORÁRIO	EM TRABALHO PERMANENTE	PARCEIROS	OUTRA CONDIÇÃO	TOTAL
			TOTAL	ARRENDATÁRIOS	PARCEIROS										
Prudentópolis	7.614	5.924	860	695	165	830	-	-	8.392	939	808	131	71	20	17.036
MR 20	13.544	9.016	2.410	1.142	1.268	2.118	-	-	30.825	3.335	2.198	1.137	40	37	47.781
Manuel Ribas	1.388	975	275	85	190	138	-	-	4.528	136	37	99	7	10	6.069
Palmital	3.188	2.407	560	398	162	221	-	-	9.709	1.241	906	335	-	15	14.153
Pitanga	8.968	5.634	1.575	659	916	1.759	-	-	16.588	1.958	1.255	703	33	12	27.559
MR 23	16.515	11.769	1.853	1.702	151	2.893	-	-	29.966	4.679	2.389	2.290	9	62	51.231
Guarapuava	7.474	5.192	1.138	1.079	59	1.144	-	-	11.949	2.177	855	1.322	9	51	21.660
Inácio Martins	799	460	98	96	2	241	-	-	1.043	137	36	101	-	-	1.979
Laranjeiras do Sul	3.792	3.061	223	148	75	508	-	-	9.358	656	291	365	-	4	13.810
Pinhão	3.270	2.020	359	357	2	891	-	-	5.110	1.399	951	448	-	7	9.786
Quedas do Iguaçu	1.180	1.036	35	22	13	109	-	-	2.506	310	256	54	-	-	3.996
TOTAL DA REGIÃO PLANO	37.673	26.709	5.123	3.539	1.584	5.841	-	-	69.183	8.953	5.395	3.558	120	119	116.048
TOTAL DO ESTADO	554.488	312.762	191.678	68.741	122.937	50.048	-	-	1.141.796	251.199	119.126	132.073	24.607	9.381	1.981.471

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I. 2. (b.i.) - PESSOAL OCUPADO NO SETOR PRIMÁRIO POR CATEGORIA DE OCUPAÇÃO E CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL - REGIÃO CENTRO-OESTE- ESTADO DO PARANÁ - 1970 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	RESPONSÁVEIS								MEMBROS NÃO RE- MUNERA- DOS DA FAMÍLIA	EMPREGADOS			PARCEI- ROS	OUTRA CONDI- ÇÃO	TOTAL
	TOTAL	PROPRI- ETÁRIOS	ARRENDATÁRIOS			OCUPAN- TES	ADMINIS- TRADO- RES	OUTRA CONDI- ÇÃO		TOTAL	EM TRABA- LHO TEM- PORÁRIO	EM TRABA- LHO PER- MANENTE			
			TOTAL	ARREN- DATA- RIOS	PARCEI- ROS										
Prudentópolis	44,69	34,77	5,05	4,08	0,97	4,87	-	-	49,26	5,51	4,74	0,77	0,42	0,12	100,00
MR 20	28,35	18,87	5,04	2,39	2,65	4,43	-	-	64,51	6,98	4,60	2,38	0,08	0,08	100,00
Manuel Ribas	22,87	16,07	4,53	1,40	3,13	2,27	-	-	74,61	2,24	0,61	1,63	0,12	0,16	100,00
Palmital	22,52	17,01	3,96	2,81	1,14	1,56	-	-	68,60	8,77	6,40	2,37	-	0,11	100,00
Pitanga	32,54	20,44	5,72	2,39	3,32	6,38	-	-	60,19	7,10	4,55	2,55	0,12	0,04	100,00
MR 23	32,24	22,97	3,62	3,32	0,29	5,65	-	-	58,49	9,13	4,66	4,47	0,02	0,12	100,00
Guarapuava	34,51	23,97	5,25	4,98	0,27	5,28	-	-	55,17	10,05	3,95	6,10	0,04	0,23	100,00
Inácio Martins	40,37	23,24	4,95	4,85	0,10	12,18	-	-	52,70	6,92	1,82	5,10	-	-	100,00
Laranjeiras do Sul	27,46	22,17	1,61	1,07	0,54	3,68	-	-	67,76	4,75	2,11	2,64	-	0,03	100,00
Pinhão	33,42	20,64	3,67	3,65	0,02	9,10	-	-	52,22	14,30	9,72	4,58	-	0,07	100,00
Quedas do Iguaçu	29,53	25,93	0,88	0,55	0,33	2,73	-	-	62,71	7,76	6,41	1,35	-	-	100,00
TOTAL DA REGIÃO PLANO	32,46	23,02	4,41	3,05	1,36	5,03	-	-	59,62	7,72	4,65	3,07	0,10	0,10	100,00
TOTAL DO ESTADO	27,98	15,78	9,67	3,47	6,20	2,53	-	-	57,62	12,68	6,01	6,67	1,24	0,47	100,00

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA I. 2. (b. j.) - PESSOAL OCUPADO NO SETOR PRIMÁRIO POR CATEGORIA DE OCUPAÇÃO E CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1970 (%)

MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES E TOTAL DO ESTADO	RESPONSÁVEIS								MEMBROS NÃO RE- MUNERA- DOS DA FAMÍLIA	EMPREGADOS					
	TOTAL	PROPRIETÁRIOS	ARRENDATÁRIOS			OCUPANTES	ADMINISTRADORES	OUTRA CONDIÇÃO		TOTAL	EM TRABALHO TEMPORÁRIO	EM TRABALHO PERMANENTE	PARCEIROS	OUTRA CONDIÇÃO	TOTAL
			TOTAL	ARRENDATÁRIOS	PARCEIROS										
Prudentópolis	20,21	22,18	16,79	19,64	10,42	14,21	-	-	12,13	10,49	14,98	3,68	59,17	16,81	14,68
MR 20	35,95	33,76	47,04	32,27	80,05	36,26	-	-	44,56	37,25	40,74	31,96	33,33	31,09	41,17
Manuel Ribas	3,68	3,65	5,37	2,40	11,99	2,36	-	-	6,54	1,52	0,69	2,78	5,83	8,40	5,23
Palmital	8,46	9,01	10,93	11,25	10,23	3,78	-	-	14,03	13,86	16,79	9,42	-	12,61	12,20
Pitanga	23,80	21,09	30,74	18,62	57,83	30,11	-	-	23,98	21,87	23,26	19,76	27,50	10,08	23,75
MR 23	43,84	44,06	36,17	48,09	9,53	49,53	-	-	43,31	52,26	44,28	64,36	7,50	52,10	44,15
Guarapuava	19,84	19,44	22,21	30,49	3,72	19,59	-	-	17,27	21,87	15,85	37,16	7,50	42,86	18,66
Inácio Martins	2,12	1,72	1,91	2,71	0,13	4,13	-	-	1,51	1,53	0,67	2,84	-	-	1,71
Laranjeiras do Sul	10,07	11,46	4,35	4,18	4,73	8,70	-	-	13,53	7,33	5,39	10,26	-	3,36	11,90
Pinhão	8,68	7,56	7,01	10,09	0,13	15,25	-	-	7,39	15,63	17,63	12,59	-	5,88	8,43
Quedas do Iguaçu	3,13	3,88	0,68	0,62	0,82	1,87	-	-	1,71	3,46	4,75	1,52	-	-	3,44
TOTAL DA REGIÃO PLANO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
REGIÃO / ESTADO	6,79	8,54	2,67	5,15	1,29	11,67	-	-	6,09	3,56	4,53	2,69	0,49	1,27	5,86

FONTE: IBGE/CA - IPARDES

TABELA 1. 2. (b.1) - ÁREA COLHIDA DAS PRINCIPAIS CULTURAS - REGIÃO CENTRO-OESTE - ESTADO DO PARANÁ - 1970-1973

MICRORREGIÕES, MUNICÍPIOS E TOTAL DO ESTADO	CULTURAS																							
	MILHO				SOJA				FEIJÃO				TRIGO				BATATA INGLESA				ARROZ			
	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973
MR 23	88.600	95.300	97.720	80.135	10.500	10.700	20.250	30.100	16.080	19.100	19.500	17.556	40.490	44.050	36.280	24.900	2.351	1.912	1.765	2.641	20.160	24.120	21.760	23.624
Guarapuava	33.000	36.000	37.000	29.994	8.500	8.500	16.250	22.000	5.950	6.550	6.600	5.856	28.000	30.000	27.500	13.500	1.641	1.042	980	861	12.500	14.000	12.000	13.500
Inácio Martins	2.600	2.800	2.820	2.230	-	-	-	300	950	1.100	1.200	1.065	490	500	530	375	320	375	285	385	160	170	180	184
Laranjeiras do Sul	37.000	39.000	40.000	33.151	-	-	-	2.400	1.800	3.600	3.700	3.344	4.000	4.200	150	6.900	230	240	250	800	1.600	3.500	3.600	3.700
Pinhão	8.000	8.500	8.700	7.025	2.000	2.200	4.000	5.400	1.380	1.650	1.700	1.531	7.200	8.500	8.500	1.000	3.900	160	165	150	5.500	6.000	5.500	5.800
Quedas do Iguaçu	8.000	9.000	9.200	7.735	-	-	-	-	6.000	6.200	6.300	5.720	800	850	100	225	-	90	100	450	400	450	480	500
MR 20	80.500	88.750	100.000	88.010	-	-	350	600	11.750	13.000	147	19.888	2.300	2.700	3.150	2.663	435	475	515	700	1.175	1.290	1.500	1.580
Manuel Ribas	12.500	13.750	15.000	13.025	-	-	50	60	1.800	2.000	2.200	2.816	700	800	900	750	55	60	65	95	275	300	400	360
Palmital	28.000	31.000	35.000	31.573	-	-	-	140	3.750	4.200	5.000	7.216	500	600	750	675	60	65	70	105	300	330	370	420
Pitanga	40.000	44.000	50.000	43.412	-	-	300	400	6.200	6.800	7.500	9.856	1.100	1.300	1.500	1.238	320	350	380	500	600	660	730	800
Prudentópolis	19.500	19.550	19.550	14.9999	-	-	-	-	6.100	6.200	6.200	2.200	2.050	2.100	2.100	1.875	900	920	800	800	520	530	530	950
TOTAL DA REGIÃO	188.600	203.600	217.270	183.144	10.500	10.700	20.600	30.700	33.930	38.300	40.400	39.644	44.840	48.850	41.530	29.438	3.686	3.307	3.080	4.141	21.855	25.940	23.790	26.214
TOTAL DO ESTADO	1.883.309	2.005.064	1.994.620	1.620.000	304.211	357.701	452.692	817.815	790.139	826.313	845.933	709.274	287.598	342.442	397.332	341.015	43.367	41.980	38.631	44.855	462.191	460.911	453.471	472.339

FORTE: M.A./SUPLAN - IPARDES

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - ATUALIDADE AGRÍCOLA. São Paulo, Ed. Brasileira de Agricultura, v.1, n.3, set. 1976.
- 2 - AS DUAS faces da agricultura. Veja, São Paulo, (390):58-66, fev. 1976.
- 3 - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ S.A.-BADEP. Análise setorial das indústrias de óleos vegetais no Paraná. Curitiba, 1976.
- 4 - \_\_\_\_\_. Tecnificação da produção de soja no Estado do Paraná; estudo preliminar. Curitiba, SERETE, 1972. Programa Nacional de Corredores de Transporte para Exportação.
- 5 - BERLAN, J.P. et alii. Blé et soja penuries sur commande? La Recherche, (56):408-417, mai. 1975.
- 6 - \_\_\_\_\_. Elements sur le developpement du complexe soja americain dans Te monde. Revue Tiers Monde, 17(66):307-330, abr./juin 1976.
- 7 - BOHRER, Dirceu. Soja. São Paulo, SANBRA, 1973. Separata da Atualidades SANBRA, 6(33):1-19, maio/jun. 1973.
- 8 - BRANDT, Vinicius Caldeira. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. São Paulo, CEBRAP, 1975.
- 9 - O BRASIL no mercado mundial de soja. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 30(11):114-128, nov. 1976.
- 10 - CASTRO, Antonio Barros de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975. v.1
- 11 - DOELLINGER, Carlos Von et alii. A política brasileira de comércio exterior e seus efeitos: 1967/73. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974. (Relatórios de pesquisa, 22)
- 12 - DUARTE, João Carlos & QUEDA, Oriowaldo. Agricultura e acumulação. Debate e Crítica, São Paulo, (2):90-97, jan./jun. 1974.
- 13 - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Projeto de implantação do Centro Nacional de pesquisa da soja. s.n.t.
- 14 - GALE, Johnson. World agriculture in Dissaray. Londres, Fontana Collins, 1973.
- 15 - GARCIA, Ronaldo Coutinho. Contribuição para o estudo do trabalho assalariado na agricultura. s.l., e.ed., 1976.
- 16 - GUIMARÃES. O complexo agro industrial. Opinião:8, nov. 1976.
- 17 - HENKLEIN, Everlindo & WILBERG, Eunice de Quadros. Soja - estrutura de mercado no Paraná e indicações de política econômica. Curitiba, IPARDES, 1975. Trabalho apresentado no 1º Simpósio Nacional da Soja, Porto Alegre, 1975.

- 18 - IANNI, Octavio. A classe operária vai ao campo. São Paulo, Brasiliense, 1976. (Caderno CEBRAP, 24)
- 19 - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. Termo de referência para o plano microrregional de desenvolvimento integrado da AMCOPAR. Curitiba, 1976.
- 20 - LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Parceria e capitalismo; estudo de caso. São Paulo, USP, 1975.
- 21 - MANDEL, Ernest. La 3<sup>ème</sup> age du capitalisme. Paris, Editions 10/18, 1976. v.1.
- 22 - MATIÈRES premières: les interets em présence. Revista Economia, Paris, :71, sept. 1975.
- 23 - PEREIRA, Osny Duarte. Multinacionais no Brasil, aspectos sociais e políticos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
- 24 - PRODUCTION YEARBOOK, Roma, FAO, v.27, 1973.
- 25 - RIBEIRO, Sylvio Wanick. Desempenho do setor agrícola; década 1960/1970. Brasília, IPEA/IPLAN, 1973. (Estudos para o planejamento,6)
- 26 - SINGER, Paul Israel. Campo e cidade no contexto histórico latino-americano. São Paulo, 1972. (Cadernos CEBRAP, 7)
- 27 - SOJA - novo ciclo da agricultura brasileira. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 30(6):98-110, jun. 1976.
- 28 - TRADE YEARBOOK, Roma, FAO, v.27, 1973.
- 29 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Centro de Ciências Rurais. Cultura da soja. Santa Maria/1973. Boletim Técnico nº 5.

## **EQUIPE TÉCNICA**

### **COORDENADORAS :**

MARIA DE LOURDES URBAN KLEINKE Socióloga

CARMEM REGINA RIBEIRO Socióloga

### **EQUIPE AUXILIAR**

DENISE MARIA MAIA Acadêmica de  
Economia

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN Acadêmica de  
Economia

### **ASSESSORA TÉCNICA**

ROSELI MARIA ROCHA DOS SANTOS Socióloga